



Departamento de Economia Política

Para uma Universidade Socialmente Responsável.
A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local.
Estudo Exploratório da ITES – UFBA

Hugo Ricardo da Palma Coelho

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora:
Doutora Maria Suzana Souza Moura,
Universidade Federal da Bahia – UFBA, Bahia, Brasil

Lisboa, Outubro de 2010

Departamento de Economia Política

Para uma Universidade Socialmente Responsável.
A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local.
Estudo Exploratório da ITES – UFBA

Hugo Ricardo da Palma Coelho

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora:

Doutora Maria Suzana Souza Moura,
Universidade Federal da Bahia – UFBA, Bahia, Brasil

Lisboa, Outubro de 2010



Para uma Universidade Socialmente Responsável, Hugo Coelho Outubro, 2010



Para uma Universidade Socialmente Responsável.
A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local
Hugo Coelho

Outubro
2010

RESUMO

Esta dissertação aborda uma das funções menos conhecida e menos fortalecida da Universidade que é a “Extensão Universitária” (EU), demonstrando como este conceito prático pode contribuir para o fortalecimento de “Compromisso Social da Universidade” (pública), e como a Extensão pode contribuir para o “Desenvolvimento Local” (DL) de comunidades *desfavorecidas*.

Sabendo-se que nem toda a actividade de Extensão Universitária pode ser considerada como socialmente responsável, pretende-se compreender e caracterizar quais as concepções de Extensão que melhor dinamizem um processo de desenvolvimento local. Assim, defende-se uma concepção de Extensão Social e Académica que alia a vertente ensino-investigação a actividades que favoreçam a resolução de problemáticas de Desenvolvimento Local, numa perspectiva integrada e multi-dimensional.

Este é um estudo exploratório que incide sobre dois projectos comunitários em curso (Matarandiba e Cairu, ambos situados no Estado da Bahia no Brasil), desenvolvidos pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA). Desde 2005, data da sua constituição, a Incubadora Universitária tem praticado actividades *extensionistas* que visam o Desenvolvimento Local a partir da Incubação de Redes Locais de Economia Solidária, fertilizando uma relação dialógica e recíproca entre moradores, entidades locais, docentes e estudantes da UFBA.

Conceitos-chave: Extensão Universitária (Z00); Compromisso Social da Universidade (Z00); Incubação de Redes Locais de Economia Solidária (J59); Desenvolvimento Local (O29).

ABSTRACT

This present dissertation approaches one of the least known and less strengthened functions of the University which is the Extension University (EU) demonstrating how this practical concept can contribute to enhance the Social Commitment of a State University, and how can the Extension University contribute to the Local Development of less favoured communities.

Knowing that not all of the Extension University activities can be considered as socially responsible, we look for to understand and describe which of the concepts of Extension University better work for a Local Development process. Hence, we defend a concept of Social and Academic Extension which links both learning-research to activities that promote solving Local Development problematics from an integrated and multidimensional perspective.

This is an exploratory study lying upon two current community projects (Matarandiba and Cairu both situated in Bahia in Brazil) developed by the Technological Incubator of Solidary Economy and Territorial Development Management from the Federal University of Bahia (ITES / UFBA). Since 2005, date of its constitution, this University's Incubator had implemented extensioning activities aiming Local Development based on the Incubation of Solidary Economy Local Networks fertilising a dialogical and reciprocal relation between neighbours, local entities, scholars and students from UFBA.

Key-concepts: Extension University (Z00); University Social Responsibility (Z00); Incubation of Solidary Economy Local Networks (J59); Local Development (O29).

DEDICATÓRIA

À Professora Neyde de Souza Marques,
pela sua inspiração, modelo de exemplaridade, que é e será sempre, uma referência para mim.
Dedico-lhe este trabalho que também é seu, pois sei que esteve sempre a orientar-me nesta cruzada.
O meu muito obrigado do aluno, aprendiz, admirador!

AGRADECIMENTOS

À Professora Suzana Moura,
Por ter caminhado sempre ao meu lado com o seu inesgotável apoio, mestria e iluminação.
Sem a sua amizade, incentivo, inspiração e sabedoria nunca teria sido possível terminar este trabalho.
Este trabalho também é seu e agradeço-lhe imenso pelo prazer e motivação que recebi com a sua orientação!!!

Ao Professor Genauto França Filho,
O meu profundo agradecimento pela partilha, pelo enriquecimento pessoal e académico, pela generosidade e disponibilidade com que me acolheu e espero que este trabalho seja proveitoso para a ITES. Foi uma honra revê-lo 8 anos depois e ter tido a oportunidade de continuar a vivenciar tão entusiasmamente uma nova forma de pensar e fazer a Universidade e poder ainda testemunhar que as sementes lançadas começam agora a dar frutos.

A todos os membros da ITES,
Que me acolheram e apoiaram sempre e graças a vocês foi possível em tão pouco tempo conhecer o vosso maravilhoso trabalho. Um agradecimento especial ao meu ex-colega e grande amigo Ademário, ao Leonardo, à Débora, à Paola e a todos os estudantes que me receberam tão bem. Saravá!!!

A todos os amigos de Salvador, da UFBA,
que me ajudaram nesta jornada, principalmente Yang, Maiana, Madson,...

Aos colegas de turma e aos professores de 2008/10,
à Rute que teve no início desta caminhada, ao Nuno, ao Fernando, ao Mário,... enfim a todos os que vivemos e partilhámos tantos momentos neste mestrado. Ao Prof. Roque Amaro pelo exemplo e dedicação com os estudantes.

Aos meus amigos,
especialmente, à Helena Massi e ao Raul Boino Lapa que me ajudaram na construção e revisão final.

Aos meus colegas da ONV: André, Rita, Susana; aos meus amigos da Graça,
e a todos aqueles que contribuíram directa e indirectamente para esta dissertação.

Aos meus pais José e Odete e à minha esposa Rita,
que estiveram sempre presentes e me apoiaram, incondicionalmente,
nos momentos mais difíceis deste longo trajecto. Jamais tê-lo-ia conseguido sem vocês!
Obrigado por estarem sempre ao meu lado.

INDICE

i. Resumo & Abstract	pag. 4
ii. Dedicatória & Agradecimentos	pag. 6
iii. Índice de figuras	pag. 8
iv. Índice de quadros	pag. 8
v. Lista de abreviaturas e siglas	pag. 9
1. Introdução	pag. 10
2. A Universidade na actualidade	pag. 18
2.1. Objectivos e Funções da Universidade	pag. 18
2.2. As crises actuais e a necessidade de reforma da Universidade	pag. 19
2.3. Responsabilidade Social e Compromisso Social da Universidade	pag. 21
3. A Extensão Universitária (EU)	pag. 26
3.1. A Extensão Universitária no seio da Universidade	pag. 28
3.2. Origens da Extensão Universitária	pag. 27
3.3. Concepções e modalidades de Extensão Universitária	pag. 30
3.4. A Extensão Universitária e o Desenvolvimento Local (DL)	pag. 35
4. A Universidade Federal da Bahia em campo	pag. 40
4.1. A Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia	pag. 40
4.2. A visão de compromisso social na extensão da UFBA	pag. 47
4.3 A visão do Desenvolvimento na Extensão Universitária da UFBA	pag. 49
5. A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e de Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES / UFBA)	pag. 51
5.1. Origens e percurso	pag. 51
5.2. A Extensão Universitária na ITES	pag. 52
5.3. Especificidades de uma Incubadora Universitária de Economia Solidária e de Desenvolvimento Territorial	pag. 62
5.4. A metodologia de Incubação de Redes Locais de Economia Solidária	pag. 63
5.5 Contextualização do Projecto ECOSMAR e do Projecto CAIRU	pag. 66
5.6. Avaliação da metodologia para o Desenvolvimento Local	pag. 70
6. Considerações Finais	pag. 81
7. Fontes e referência bibliográficas	pag. 90
8. Anexos - Lista de Anexos	pag. 94

INDICE DE FIGURAS

Figura 1.3 - Síntese dos conceitos de extensão dos vários autores	34
Figura 2.3 – Correspondência da concepção assistencialista com as diversas tipologias	34
Figura 3.3 – Correspondência da concepção mercantilista com as diversas tipologias	34
Figura 4.3 – Correspondência da concepção social e académica com as diversas tipologias	34
Figura 1.4 - Cartaz na Pró-Reitoria de Extensão com o lema da UFBA: Universidade Pública, Compromisso Social	40
Figura 2.4 - A extensão praticada na UFBA segundo os dirigentes de órgãos de extensão da UFBA	43
Figura 3.4 - A extensão praticada na UFBA segundo o coordenador geral da ITES /UFBA	44
Figura 1.5 – Logótipo da Incubadora universitária da Escola de Administração – ITES/UFBA	51
Figura 2.5 - Vínculos institucionais e composição organizativa da ITES / UFBA	53
Figura 3.5 – Caracterização da extensão da ITES	54
Figura 4.5 - Avaliação dos projectos segundo os atributos de Amaro (2009)	76
Figura 5.5 - Avaliação dos projectos segundo os atributos de Amaro (2009)	78
Figura 6.5 - Avaliação dos projectos segundo os atributos de Amaro (2009)	78
Figura 1.8 - A pirâmide institucional da Responsabilidade Social Universitária	98
Figura. 2.8 – As dimensões da reforma de Responsabilidade Social Universitária	99
Figura 3.8 – Esquema de relacionamento entre as acções de extensão	103
Figura 4.8 - Mapa de localização geográfica dos projectos da ITES / UFBA	106
Figura 5.8 – Vista parcial da comunidade de Matarandiba	107
Figura 6.8 - Sede da ASCOMA, do Banco Comunitário Ilhamar e do Infocentro Infomar.....	108
Figura 7.8 - Vista parcial da comunidade de Matarandiba, com cartaz alusivo ao 1º FDC	108
Figura 8.8 - Vista parcial de uma das ruas principais da cidade de Cairu – sede	109
Figura 9.8 – Vista parcial de uma das ruas da cidade de Cairu – sede	109
Figura 10.8 - Localização do Banco de Desenvolvimento Comunitário Casa do Sol	110
Figura 11.8 – Fluxograma geral de actividades dos projectos da ITES	111
Figura 12.8 - Conchas – moeda social de Matarandiba	112
Figura 13.8 - Tinhare – moeda social de Cairu	112
Figura 14.8 - Composição do Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba	114
Figura 15.8 - Composição do Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Cairu	114

INDICE DE QUADROS

Quadro 1.5 - Constituição dos empreendimentos apoiados pelas ITCP's	62
Quadro 2.5 – Análise Financeira do BCD Ilhamar em Matarandiba	77
Quadro 3.5 - Análise Financeira do BCD Casa do Sol em Matarandiba	77
Quadro 1.8 – Concepção de extensão universitária para as Universidades Públicas no Brasil	101
Quadro 2.8 – Funções prioritárias da extensão para as Universidades Públicas no Brasil	101

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACC	Actividade Curricular em Comunidade
ASCOMA	Associação Comunitária de Matarandiba
BanSol	Associação de Fomento à Economia Solidária
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
CAC	Comité de Avaliação de Crédito do Banco Comunitário de Desenvolvimento
DL	Desenvolvimento Local
EAF	Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EU	Extensão Universitária
EcoSol	Economia Solidária
EADM	Escola de Administração da UFBA
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia
FDC	Fórum de Desenvolvimento Comunitário
FINEP	Financiadora de Estudos e Projectos
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITES / UFBA	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia
NEA	Núcleo de Extensão da Escola de Administração da UFBA
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG	Organização Não Governamental
PEDECO	Plano Estratégico de Desenvolvimento Comunitário
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão da UFBA
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RSU	Responsabilidade Social Universitária ou Responsabilidade Social da Universidade
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e do Emprego (do Brasil)
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (do Brasil)
SESOL	Superintendência Estadual de Economia Solidária (do Brasil)
TAC	Termo de Ajustamento e Conduta
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

1. INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho incide sobre a Extensão Universitária (EU) promovida pela Universidade Pública¹, enquanto prática de Responsabilidade Social Universitária, considerando os contributos que a EU pode ter num processo de Desenvolvimento Local (DL) de comunidades desfavorecidas.²

Geralmente, não se identifica, ou não se destaca com a mesma relevância, o papel da universidade pública, e em particular da extensão universitária, para o desenvolvimento de uma comunidade, de uma região ou de um país, sendo por isso subvalorizado ou ignorado o contributo da universidade (enquanto instituição) e da extensão universitária (enquanto função), para as estratégias e processo de Desenvolvimento (local, regional, nacional).

Tendo em conta o actual isolamento da universidade pública com o exterior da instituição, este trabalho sugere que através da Extensão Universitária, a instituição possa efectivar a sua abertura face a todos os segmentos que compõe a sociedade, concretizar o seu compromisso social e interagir e contribuir no desenvolvimento de comunidades desfavorecidas.

Partindo da premissa, que a Extensão Universitária pode assumir diferentes modalidades e que por isso nem todas as suas práticas podem ser consideradas como práticas de Responsabilidade Social, o foco deste estudo incide sobre a Extensão Universitária que priorize fins sociais, académicos, de cidadania e de desenvolvimento. Desta forma, relaciona-se uma das concepções mais contemporâneas de EU, a Concepção Social e Académica, com o processo de

¹ Somente se aborda a Universidade enquanto instituição pública, dada a sua natureza pública detém uma maior relevância pública de atender e responder ao interesse colectivo, constituindo-se o serviço que presta como bem público para a sociedade que a mantém e a financia. A Universidade Federal da Bahia, é uma Universidade Pública de carácter Estatal e que servirá de referência para análise deste trabalho. No nosso entendimento, as considerações que faremos neste trabalho deverão também servir para a universidade privada, no entanto não a abordaremos por em primeiro lugar delimitarmos o nosso objecto de estudo e em segundo, entendermos que pela sua natureza privada não detém o mesmo nível de “obrigação” (ainda que deva existir) de responder a um interesse colectivo ou constituindo-se como um bem público.

² Entende-se “sociedade” no seu sentido lato, ou seja, as várias entidades, pessoas e organizações que a compõe, sejam elas: Estado, empresas, sociedade civil, movimentos sociais, pessoa a título individual, etc. Quanto ao conceito de “comunidades desfavorecidas, recorreremos à definição de comunidade utilizada pela ITES (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial) e defendida por França Filho e Cunha (2009 b : 227) – que compreende comunidade como parte de um território, tal como um bairro ou um pequeno município que engloba os diversos sujeitos sociais: moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes dos poderes públicos e outras instituições locais. O termo *desfavorecidas* é utilizado para caracterizar sucintamente, quer o alto grau de vulnerabilidade, quer o regime de exclusão social dos moradores dessas comunidades, manifestando o *deficit* da sua qualidade de vida nas mais variadas dimensões: sociais, económicas, políticas, culturais e ambientais.

Desenvolvimento Local de comunidades desfavorecidas. Nesse sentido, ressalta-se as especificidades da concepção de extensão Social e Académica que a tornam distinta daquelas concepções de extensão que apenas visem a prestação de serviços e a captação de recursos ou a actuação meramente assistencialista e de intervenção pontual.

A extensão universitária é uma função da universidade que é indissociável às funções de ensino e de investigação. É vasto o entendimento sobre o conceito de extensão, pois de uma forma geral por extensão compreende-se todos os fluxos, as interacções, as articulações e as relações entre a universidade e o seu contexto envolvente. Através da Extensão Universitária, a Universidade enquanto instituição, “estende-se” ao exterior, amplia e enriquece o seu campo de actuação, bem como, fortalece as finalidades para qual foi instituída.

Por outras palavras, a EU consiste na articulação e interacção que a universidade estabelece com o seu exterior (entre os diferentes segmentos da sociedade, tais como Estado, entidades governamentais e autárquicas, sector empresarial, sociedade civil organizada, com comunidades e bairros, etc.). A EU ao induzir a abertura da universidade à sociedade, também a obriga a ampliar o seu campo e raio de actuação, indo assim ao encontro de exigências e necessidades contemporâneas das nossas sociedades, visando na busca de soluções para o desemprego, a exclusão social, a desigualdade, a degradação ambiental, o êxodo rural, etc.

A extensão universitária por ter um campo de actuação muito vasto assume uma grande multiplicidade de formas e abrange uma grande variedade de destinatários, envolvendo inúmeras entidades e actores. Esta situação faz com que seja difícil a sua delimitação. No entanto, e dentro do universo riquíssimo de actividades e práticas de extensão desenvolvidas pelas universidades, vários autores, dos quais destacamos Jezine (2004), identificam 3 grandes grupos ou concepções de EU: a assistencialista, a mercantilistas e a social e académica.

A concepção assistencialista foi uma das primeiras formas de extensão que a universidade desenvolveu na interacção com o exterior.

Actualmente a concepção mercantilista é a mais comum e a mais praticada nas universidades, que atribuem primazia a esta concepção ao priorizarem a realização de actividades de prestação de serviços como forma de captação de recursos externos, na sua maioria provenientes do sector empresarial.

Procura-se defender neste estudo a concepção Social e Académica, como a modalidade que melhor promove a missão social e o compromisso social da universidade, que melhor une e enriquece a dimensão académica (seja de formação ou de investigação realizada por professores e estudantes), que melhor estabelece interacções de fluxos de saberes e aprendizagens em *via de*

mão-dupla e finalmente, que melhor vocaciona fins sociais e de Desenvolvimento Local, especialmente de comunidades desfavorecidas.

Apesar de defendermos esta concepção, todas elas são necessárias e importantes cumprindo finalidades diferentes nas várias articulações que estabelecem com a sociedade. No entanto, a EU que se pretende para a Universidade Pública é um conceito de extensão que se adequa ao século XXI e que supere a “ideia da prática extensionista como consultoria empresarial ou assistencialismo comunitário.” (Fazzio, Silva, 2010).

Autores como Santos (2008), Almeida Filho (2007) e Werthein (2002) mencionam que desde a sua origem na Idade Média a Universidade por muito tempo serviu a grupos específicos e construiu uma imagem elitista. Apenas nos últimos anos, esta tem aumentado a sua sensibilidade para segmentos tradicionalmente mais excluídos e desfavorecidos.

As actuais reformas a que temos assistido, como a reforma de Bolonha na União Europeia, como a da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que está, neste momento, a introduzir uma nova reforma intitulada de “Universidade Nova” (Almeida Filho, 2007), podem constituir-se como uma oportunidade real para a universidade se tornar numa “instituição social” (Almeida Filho, 2008: 11). Conforme o autor, a universidade precisa de reconhecer a necessidade da sua abertura ao exterior, à sociedade que a abriga e sustenta, indo além do Estado e do mercado, incluindo famílias e movimentos sociais.

No actual contexto de reforma e de renovação que a universidade atravessa, é importante perceber em que medida a extensão universitária consegue afirmar-se como uma função de igual importância ao ensino e à pesquisa e é capaz de articular a universidade com o todo o exterior e não apenas alguns, ou os habituais, segmentos da sociedade.

A universidade deve ter um papel significativo para a equação dos problemas sociais, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, englobando no seu seio e nas suas preocupações os excluídos, as minorias, os novos pobres, os imigrantes, entre aqueles que, historicamente, sempre se situaram “à margem” da universidade e de uma forma geral, da própria sociedade. Esta preocupação em promover uma melhoria e bem-estar da sociedade, com uma postura voluntariosa de participar e contribuir positivamente para a resolução dos principais problemas que o mundo enfrenta é o que se pode traduzir como o Compromisso Social da Universidade.

O compromisso social consiste no fortalecimento da função social da universidade, ou seja, quando a universidade preconiza um retorno social à sociedade, atendendo às solicitações dos vários segmentos que a compõem (acesso à instituição, socialização de conhecimentos, apoio à

inovação e competitividade, criação de tecnologia social, etc.) e contribuindo com soluções para problemas como a pobreza, a exclusão social, o desemprego, a degradação ambiental...

Uma entre a muitas formas deste Compromisso Social se efectivar é precisamente, através da Extensão Universitária. Para tal é importante que a abertura da universidade ao exterior, isto é, as articulações promovidas pela universidade se estendam aos vários segmentos da sociedade e não única ou preferencialmente, aos empresariais e industriais como tem sido comum:

“ É crucial que a abertura ao exterior não se reduza à abertura ao mercado e que a universidade possa desenvolver espaços de intervenção que, de algum modo, equilibram os interesses múltiplos e mesmo contraditórios que circulam na sociedade e que, com maior ou menor poder de convocação, interpelam a universidade.” (Santos, 2008: 60)

No século XXI, a Universidade tem de ser capaz de compatibilizar as suas funções primordiais – ensino, investigação e extensão – renovando o modelo tradicional alemão de Humboldt, (modelo de reforma universitária que inspirou a Universidade de Berlim) no qual só são privilegiados as duas funções mais conhecidas da Universidade – o ensino e a investigação.

“ Essa extensão surgiu diante do imperativo de democratização do ensino e da pesquisa, para oferecer a um maior número de pessoas os benefícios do saber universitário (...) Com o crescimento da extensão universitária, surgiu a ideia de uma universidade solidária, que se inserisse numa nova concepção de educação para o séc. XXI. Como instituição mantida por todos, deveria ter a obrigação de responder ao interesse colectivo.” (Werthein, 2002: 11)

De acordo com as leituras que realizámos, observa-se que na América Latina a Extensão Universitária está mais desenvolvida que o panorama universitário europeu, onde a extensão tem cumprido maioritariamente a função de difusão e transmissão de conhecimentos a partir de cursos, eventos e a através da prestação de serviços.

Mello, *et al* (2009) referem que, se a universidade europeia ou norte-americana se distinguem pela sua pertinência científica, estando as acções sociais e as iniciativas de inovação tecnológica a cabo da forte e actuante sociedade civil daqueles países, por sua vez, a universidade brasileira, precisa de ter para além de qualidade académico-científica, uma “relevância social” dada a fragilidade da sua sociedade civil e dos problemas sociais existentes.

Se, na Europa, o conceito de extensão é tendencialmente ignorado pelas Universidades, já nos países em que as Universidades praticam esta função tem-se verificado, nas últimas décadas, que a extensão tem sido considerada um “parente pobre” ou uma “ONG dentro da

Universidade”, não lhe sendo dadas a mesma prioridade e valorização dentro da académica se comparando com as outras funções: o ensino e a pesquisa. (Calderón, 2006).

De acordo com Santos (1994: 198), de uma forma geral, quando as actividades de extensão apareceram visavam “estender” a universidade sem a transformar. Estas actividades traduziam-se em aplicações técnicas e não em aplicações edificantes da ciência; e a prestação de serviços a outrém não era concebida como uma prestação de serviço à própria universidade. Portanto, na opinião do autor, a maioria das actividades extensionistas não obtiveram êxito e foram sistematicamente abandonadas e desvalorizadas, e nalguns casos, esgotaram-se somente na área da investigação.

Santos (2008: 37 e ss.) considera ainda que deve ser atribuição da universidade, enquanto instituição pública, desempenhar um contributo activo na construção do projecto político nacional de um país.

Apesar de ainda existir um longo caminho a percorrer, notamos um maior reforço e afirmação da Extensão Universitária em alguns países da América do Sul, especialmente no Brasil, onde a extensão já é vista como uma forma de realização de políticas públicas, articulando os esforços do governo com os da Universidade, nomeadamente, através da atribuição de mais recursos e da abertura de candidaturas públicas para actividades de EU.

A extensão universitária enriquece e alimenta o ensino e a investigação, pois articula formação e a qualificação profissionais, com valores de cidadania, de solidariedade e de desenvolvimento humano integral, e simultaneamente, orienta a investigação para a resolução de problemas sociais, alinhada a modelos e processos de desenvolvimento.

Neste sentido, o objectivo deste trabalho pretende destacar a importância da extensão universitária como uma função da Universidade, que efectiva o Compromisso Social da Universidade e que promova o contributo face às grandes questões do Desenvolvimento, em particular, do Desenvolvimento Local.

Outro objectivo é demonstrar a importância das incubadoras universitárias, por norma vinculadas a organismos institucionais de extensão dentro das universidades, no reforço da compromisso ou missão social da Universidade. De forma a ilustrar este objectivo, recorreremos da incubadora universitária ITES / UFBA, que se reveste ainda de um interesse adicional por se manifestar como uma experiência inovadora da extensão universitária orientada para processos de Desenvolvimento Local.

Assim, veja-se a opinião de Heckert sobre a importância das incubadoras universitárias:

“Tal é a essência do programa das incubadoras. Exercitando essa praxis, a universidade cumpre também o seu compromisso social. A economia solidária, enquanto ensaio de um novo projecto de sociedade, sinaliza também para uma nova universidade, (...) com seu potencial inovador, abre perspectivas para renovar também a universidade.” Heckert (2004)

Assim, pretende-se compreender as possibilidades e desafios da EU como motor para um processo de Desenvolvimento Local, associada à particularidade de ser desenvolvida por uma incubadora universitária de uma universidade pública (UFBA). A partir da avaliação qualitativa da peculiar lógica de intervenção e incubação da ITES em duas comunidades distintas, pretende-se analisar uma estratégia possível de actuação no domínio do Desenvolvimento Local.

Dada a importância do tema, a problemática que orienta a presente pesquisa centra-se na seguinte questão: Quais as possibilidades da Extensão Universitária se constituir como motor de desenvolvimento de comunidades desfavorecidas?

A presente dissertação apoia-se nos seguintes pressupostos:

Primeiro: a Extensão Universitária tem diferentes modalidades e para se constituir como motor de Desenvolvimento Local tem de aliar a vertente social à académica, e ter um carácter de inserção mais permanente junto de comunidades desfavorecidas.

Segundo: esta modalidade de Extensão Universitária tem de ser socialmente responsável, isto é, que a Universidade na sua abertura ao exterior tenha como preocupação maior cumprir com a sua missão social, atendendo a segmentos da sociedade historicamente excluídos, como são as comunidades desfavorecidas.

- Metodologia

A pesquisa de campo ocorreu entre Março e Abril de 2010 e deteve-se sobre um caso específico dentro da Universidade Federal (pública) da Bahia. Trata-se da incubadora universitária ITES / UFBA - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial – cujo propósito inovador consiste na utilização de uma metodologia de incubação de redes de empreendimentos locais de economia solidária visando o desenvolvimento local.

Esta escolha deve-se ao facto do autor desta dissertação ter participado, como estudante em 2002, num programa de extensão da UFBA, a ACC – Actividade Curricular em Comunidade. As actividades desenvolvidas no âmbito da ACC tiveram um considerável contributo no refinamento da metodologia da ITES e na sua criação uns anos mais tarde. Outro motivo é ainda,

a afinidade do autor com os professores “extensionistas” da UFBA e a identificação com os seus métodos formativos, de pesquisa e de cunho comunitário aplicados à Extensão Universitária.

O caso do Brasil reveste-se de interesse especial pois este país discute a questão da Extensão Universitária há mais de quatro décadas e ter incluído e reconhecido legalmente na sua Constituição (Constituição de 1988, art. 207º) a indissociabilidade da extensão com as demais funções principais da Universidade: o ensino e a pesquisa.

Caracteriza-se o presente estudo como exploratório, devido à incipiente produção científica sobre o tema da Extensão Universitária, principalmente, aquela que tem como objectivo primordial a promoção do Desenvolvimento Local (DL).

A pesquisa bibliográfica inicia-se ao redor de temas relacionados com o da Extensão Universitária, tais como, a reforma da universidade pública; a Responsabilidade Social da Universidade (RSU); o papel e a relevância social da Universidade e a extensão universitária. Sobre a situação actual da Universidade e as condicionantes que sugerem a sua reforma buscou-se a referência de autores como Boaventura Santos e Naomar Almeida Filho. Em relação à RSU são mencionados Ignacio Calderón, Vallaeys, Macedo, entre outros. E em relação à Extensão buscámos referências junto de Paulo Freire, Jezine, Toscano, França Filho, entre outros.

A partir da pesquisa bibliográfica constata-se que é escassa a elaboração teórica sobre o tema da Extensão Universitária e a existente ainda se encontra pouco estruturada e sintetizada. Pretende-se, por isso, contribuir para uma maior delimitação e caracterização teórica da EU.

Por sua vez, a nossa escolha da ITES pretende, ainda, servir de referencial prático de uma actividade de Extensão Universitária que se vincula a uma actividade de investigação sobre economia solidária e utiliza uma metodologia de incubação de redes locais diferencial e inovadora, cuja finalidade principal é a de promover o DL de comunidades desfavorecidas onde actua, neste caso em Matarandiba e em Cairu, ambas localizadas no Estado da Bahia no Brasil.

Trata-se de um estudo exploratório de base qualitativa e descritiva que foi desenvolvido a partir dos seguintes instrumentos de recolha de informação: (1) foram feitas entrevistas ao actual, ao ex-Pró-Reitor de Extensão e ao coordenador do Núcleo de Extensão da Escola de Administração, onde está localizada a ITES [para uma maior aproximação geral à UFBA]; (2) foram realizadas entrevistas ao professor e coordenador geral da ITES, bem como a um técnico administrativo, a dois coordenadores de equipa e a seis estudantes [para uma maior aproximação à ITES]. Em ambos os casos utiliza-se entrevistas semi-estruturadas, ou seja, orientadas com roteiros específicos para a UFBA e para a ITES (ver anexo A).

Recorreu-se ainda à observação directa, através da realização de visitas às comunidades onde actua a ITES: Matarandiba (2 visitas); Cairu (2 visitas) e Saramandaia/Pernambúes (1

visita). Em complemento, acompanhou-se durante cinco semanas as várias reuniões de trabalho da equipa de estudantes responsável pelo projecto em Cairu.

Nas entrevistas com os moradores da comunidade, o recurso utilizado foram diálogos livres (sem roteiro fixo e menos estruturados). Simultaneamente, recorreu-se à pesquisa documental baseada em relatórios dos projectos, sites oficiais, publicações específicas, dissertações e teses relacionadas com o tema.

No que diz respeito ao trabalho sobre a informação recolhida, partiu-se da elaboração de quadros de análise que incluem os conceitos-chaves levantados na pesquisa bibliográfica, no trabalho de campo e documental, cruzando-os de forma triangular para uma melhor verificação dos pressupostos previamente assumidos nesta pesquisa.

Incluindo o capítulo introdutório, esta dissertação está estruturada em 6 Capítulos:

No 2º capítulo trata-se da contextualização da Universidade nos dias de hoje, enumerando-se as principais funções que esta persegue. Igualmente, são referidas as crises que a universidade atravessa e discute-se ainda o conceito de Responsabilidade Social e de relevância social e académica da universidade.

No Capítulo 3 introduz-se o conceito de Extensão Universitária, as suas origens e evolução de concepções, destacando-se as diferenças entre as actividades de extensão que sejam académica e socialmente responsáveis, das actividades ditas assistencialistas e das mercantilistas. Estabelecem-se os vínculos que a extensão pode criar com o Desenvolvimento, nomeadamente o Local, apresentando alguns dos atributos que esta deve contemplar para melhor se constituir como motor de Desenvolvimento Local.

No Capítulo 4 iniciam-se os diálogos com os actores responsáveis pelos vários organismos de extensão da UFBA e apresenta-se, na teoria e na prática, o conceito de extensão universitária aplicado pela UFBA, o conceito de missão e compromisso social na UFBA e ainda busca-se identificar práticas extensionistas que promovam o Desenvolvimento Local.

No Capítulo 5 apresenta-se a história, a estrutura, a metodologia e as especificidades da ITES/UFBA e como a incubadora universitária se propõe a promover o DL de comunidades desfavorecidas a partir dos princípios da Economia Solidária. Da análise de dois dos quatro projectos extensionistas em curso, pretende-se identificar se as actividades desenvolvidas contribuem para o desenvolvimento local destas comunidades, a partir da percepção dos actores envolvidos (estudantes, professor e coordenador geral da ITES, moradores e agentes locais).

No capítulo 6 conclui-se este trabalho com as considerações finais, contribuições, limitações e recomendações para próximas investigações.

2. A UNIVERSIDADE NA ACTUALIDADE

Neste capítulo tratam-se as funções da universidade (pública) e discute-se o conceito de Responsabilidade Social Universitária. São também enunciados os problemas e as crises que a universidade atravessa que sugerem uma necessária reforma da instituição universitária actual.

2.1 Objectivos e Funções da Universidade

O primeiro passo é definir o conceito de Universidade, nomeadamente, de universidade Pública enquanto instituição que realiza funções de interesse público, regional e/ou nacional.

Uma possível definição para “Universidade” é avançada por Santos (2008: 47) que refere a necessidade de distinguir o que significa “Universidade” diferenciando-a do que significa “Ensino Superior” (sejam estes públicos ou privados). Conforme o autor, só as instituições que detenham ensino, investigação e extensão universitária poderão ser consideradas “Universidades”. Na inexistência de uma destas três funções – ensino, investigação, extensão - estamos perante instituições de “Ensino Superior”.

Wanderley (2003: 8 e ss.) refere que tanto nos países socialistas, como nos países capitalistas, nos centrais e nos periféricos, as universidades assumem diferentes concepções, e que, consoante a autonomia e liberdade que estas dispõem face ao Estado, tendem a seguir modelos que colaboram na transformação social, ou ao invés, seguem modelos que colaboram na manutenção e perpetuação de estruturas políticas e ideológicas dominantes. Wanderley (idem) destaca ainda que, em todas as sociedades (mas sobretudo nas mais dependentes) cabe à universidade exercer tarefas urgentes de compromisso social, tais como a luta contra a exclusão e desigualdade social, o desemprego, a degradação ambiental, entre outros.

Conforme Santos (2008: 75) devido ao seu carácter público, a universidade pública, não só deve desempenhar essas tarefas como promover um ensino, uma investigação e uma extensão de interesse público, acessível a todos e que sirva os interesses da coesão de um país e da solidariedade entre cidadãos, desempenhando um papel activo no “projecto de desenvolvimento e modernização nacional”, considerando o autor que “a universidade é um bem público intimamente ligado ao projecto de país.”

Desde a sua origem na Idade Média, e ao longo da história, a universidade tem sofrido profundas alterações na sua missão, nos seus objectivos e nas suas funções. Nas últimas décadas tem-se verificado um crescimento exacerbado das funções da Universidade e esta multiplicidade

de funções originou incompatibilidade e contradição nos seus objectivos e finalidades.³

Esta situação tem gerado várias “tensões” internas e externas à universidade e a instituição tem denotado problemas em gerir e contornar as mesmas, seja no relacionamento com o Estado e a Sociedade, como também no seu próprio contexto interno. Na difícil gestão das tensões e das reivindicações externas, a universidade tem preferido isolar-se e a privilegiar a articulação com apenas alguns segmentos da sociedade, em detrimento de outros que historicamente têm estado excluídos da universidade.

2.2 As crises actuais e a necessidade de reforma da Universidade

De acordo com Santos (2008) nos últimos trinta anos sucederam-se dois aspectos essenciais: o desinvestimento do Estado na Universidade pública e a globalização mercantil da Universidade, o que originou perda de autonomia, recursos financeiros e, aumento da competição e concorrência com o sector educacional privado, levando a várias crises na Universidade.

No período pós-anos 70, a descapitalização da universidade pública deveu-se, em primeira instância, à decadência do Estado Previdência que conduziu à redução de financiamento de políticas públicas para o sector da educação superior.

Na década de 80, assistiu-se a uma tendência por parte dos Estados, para a privatização da educação e do ensino superior, justificada pela necessidade de aumentar o acesso à educação a grande parte da população. Simultaneamente, devido à descapitalização e escassez de financiamento da universidade por parte dos Estados, foi-se eliminando gradualmente o ensino público gratuito e incentivado a criação de receitas próprias por parte da universidade, através da privatização de parte dos seus serviços prestados que respondessem às necessidades do mercado profissional e da indústria. Essa privatização dos serviços prestados pela instituição ocorreu e ocorre principalmente na área da investigação.

Outro acontecimento mais recente, com difusão a nível global a partir da década de 90, foi a transnacionalização do mercado universitário, que deveu-se essencialmente ao facto do

³ Santos menciona o relatório da OCDE no final da década de 1980 (OCDE (1987), *Universities under Scrutiny*, Paris.) onde se atribui nesse relatório 10 funções principais às Universidades, a saber: 1. educação geral pós-secundária; 2. investigação; 3. fornecimento de mão-de-obra qualificada; 4. educação e treinamento altamente especializados; 5. fortalecimento da competitividade da economia; 6. mecanismo de selecção para empregos de alto nível através da credencialização; 7. mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; 8. prestação de serviços à região e à comunidade local; 9. paradigmas de aplicação de políticas nacionais; preparação para os papéis de liderança social. Para mais informação sobre as funções e a incompatibilidade das mesmas que estão na origem das tensões e das crises que a instituição actualmente atravessa veja-se Santos(1994: 164 e segs.).

mercado da educação ser muito atractivo e de grande potencial, o que originou a proliferação de novas funções e serviços mercantis universitários, principalmente nas universidades dos países em desenvolvimento. Para esta situação muito contribuíram os acordos feitos pelo Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio com os Estados destes países.

Segundo Santos (1994 e 2008) as implicações destes dois aspectos são de várias ordens e fizeram com que a universidade atravessasse actualmente três tipos de crises: as crises de hegemonia (1), a crise de legitimidade (2) e a crise institucional (3):

Assim, sintetizamos o teor de cada uma destas crises identificadas pelo autor:

(1) A crise de hegemonia resulta da perda de monopólio e exclusividade em matérias de ensino superior e produção de pesquisa, levando a que o Estado e outros agentes económicos procurem alternativas fora da Universidade.

(2) A crise de legitimidade resulta das contradições entre a preservação do elitismo, do mérito e da hierarquização de saberes, e as crescentes e novas exigências sociais provenientes de classes ou grupos mais desfavorecidos.

(3) A crise institucional resulta da crescente dependência financeira e perda de autonomia da Universidade conjugada com a pressão de se submeter a modelos organizativos e a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial.

Esta identificação das três crises possibilitam uma melhor compreensão do actual momento da universidade pública e sugerem a necessidade de abertura ao exterior, a necessidade de se repensar e renovar a universidade, de forma a esta responder às exigências actuais, evitando “problemas de compatibilidade histórica”, senão leia-se:

“ Há urgente necessidade de recuperar a contemporaneidade da universidade. Se oferecermos uma graduação oriunda do séc. XIX, numa organização do conhecimento tipicamente desenvolvida no séc. XX e se estamos inseridos numa comunidade global do séc. XXI, ficaremos diante um sério problema de compatibilidade histórica.” (Almeida Filho 2008: 138)

Dentro dos vários possíveis campos de actuação de resposta a estas três crises estruturantes, existem diversos caminhos e possibilidades para se encontrarem novas visões para o papel e para o contributo da Universidade, que vão ao encontro das exigências e das reivindicações emergentes que rodeiam a universidade num mundo crescente de complexidade, seja ela epistemológica, política, económica, social, etc.

A título de exemplo, algumas das reivindicações externas que pressionam a instituição, consistem na necessidade de esta constituir um novo e necessário “contracto social”, entre si e a

sociedade (envolvendo o Estado, o sector empresarial, a sociedade civil, etc.) numa união de esforços permanente na busca de novas soluções estruturantes para os flagelos (como a pobreza, o desemprego, etc.) que atingem as sociedades, principalmente a dos países em desenvolvimento. (Jimenez *et al*, 2006: 58)

Jimenez *et al* salientam que na procura da construção de um novo paradigma de Universidade, implementou-se uma experiência de reforma universitária no Chile (intitulada “Universidad Construye País”) que aponta para a necessidade do reforço do compromisso e da responsabilidade sociais da Universidade.⁴

Da necessidade de constituir-se um novo contracto social como aponta Jimenez *et al* (2006) deve existir também por parte da universidade pública a preocupação de garantir a realização de actividades com “relevância social e académica” para a Universidade quando esta estabelece interacções com o exterior e com os vários segmentos da sociedade.

Almeida Filho (2007: 124) refere que “o carácter público e gratuito da Universidade não é contraditório com a convivência com financiamentos (...) com entidades públicas ou privadas desde que destinados a actividades de relevância social, com alto interesse académico, sob controle social e transparência de gestão”.

Por relevância social, o autor considera que a Universidade deve ter uma missão social: “O papel social fundamental da Universidade repousa sobre a liberdade de pensamento e a capacidade crítica e de criação, organicamente afinadas, para enfrentar os desafios do desenvolvimento local, regional e nacional.” (Almeida Filho, 2007: 121) De acordo com o autor a missão social passa por conquistar a autonomia para a Universidade, ampliar o acesso de sectores sociais excluídos, ampliar o papel da universidade na sociedade prestando serviços socialmente relevantes e, por fim, inserir a Universidade no desenvolvimento local, regional e nacional. (Almeida Filho, 2007: 122).

Por relevância académica, o referido autor sublinha a necessidade da Universidade deter um projecto político (mas não partidário) capaz de transformar a excelência académica num efectivo instrumento para a transformação social: “Devemos valorizar as produções científicas, artísticas e tecnológicas no mesmo patamar. Para isso, vamos dinamizar a atuação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.” (Almeida Filho, 2007: 122).

Por outro lado, como nos adverte Santos (2008), há que referir que a abertura ao exterior e a crescente vinculação das universidades com governos, empresas, grupos privados, entre outros,

⁴ Para mais informação do projecto onde participaram 13 Universidades chilenas consultar o site (www.construyepais.cl) ou na Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (2006) indicada na bibliografia desta dissertação.

aumenta o risco de perda de autonomia da universidade e aumenta o risco de pressão por parte de interesses económicos e mercantis que sujeitam a Universidade ao ritmo, ao interesse e à lógica empresarial, conduzindo à privatização da instituição.

2.3 A Responsabilidade Social e o Compromisso Social da Universidade

Missão social, Compromisso Social, Relevância Social e Relevância Académica são termos relacionados com o conceito de Responsabilidade Social da Universidade.

Em sentido lato, “Responsabilidade Social” acontece quando uma organização toma consciência de si mesma, do seu contexto e do papel que representa, de uma forma global, integral e holística e passa a realizar acções voluntárias que visem minorar os efeitos negativos que a sua actividade produz, ou realizando acções para a melhoria e bem-estar geral.

Da mesma forma, a Responsabilidade Social da Universidade (RSU) é uma actuação que vai além de uma obrigação legal ou de uma prática filantrópica isolada, pontual e assistencialista por parte da própria Universidade.

De acordo com Calderón a RSU sendo mais do que um compromisso com a questão social, é um dever e uma obrigação que se torna parte da cultura institucional, da natureza e da essência da Universidade. O tema não é recente, pois já em 1962 em Montevideu no Uruguai, no Congresso Internacional “ La Responsabilidade Social de la Universidad”, se discutia a RSU como “os deveres que a Universidade tem com a sociedade que a financia, devendo encontrar soluções para os principais problemas sociais e à criação de mecanismos de promoção social de sectores historicamente marginalizados.” (Calderón, 2006: 9)

O autor apresenta “a RSU como parte de uma tradição universitária pautada pela defesa de ideais humanísticos, em prol de uma universidade comprometida na luta contra a pobreza e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática.”

Na mesma linha Wagenberg afirma que:

“... a RSU é o elo entre dois mundos diferentes: a universidade, com seus tecnocratas, docentes, estudantes, missão, currículo, pesquisa (...) e a realidade de nossos países, com a sua iniquidade, sua pobreza, seus antagonismos e sua globalização. Dois mundos que vivem uma relação simbiótica e conflituosa. A RSU deve, portanto, impor ordem e equilíbrio entre estes dois mundos.” (Wagenberg, 2006: 30)

A RSU cobre várias áreas de actuação da Universidade como o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão (ANEXO B e C). A estas quatro dimensões que compõem uma reforma de responsabilidade social universitária, Vallaeys (2006) adiciona a dimensão de “Desenvolvimento” que, para ele se reveste de singular importância, devendo a Universidade dedicar especial atenção à formação do estudante como um “agente de desenvolvimento”, inserindo a problemática do Desenvolvimento como tema transversal e prioritário em todas as disciplinas. Tal concepção alia o interesse estudantil com novos métodos de ensino e, reequilibra a relação com o contexto social, quer do estudante, quer da universidade.

A Universidade, ao deixar de estar confinada dentro da sua “torre de marfim”, passa a dispor de um campo de actuação mais abrangente, obtendo uma acrescida riqueza de perspectivas e abordagens advindas da realidade social, quer para as suas actividades de ensino, quer para as actividades de pesquisa.

Num estudo realizado a seis universidades da Bahia no Brasil (4 privadas e 2 públicas, uma das quais a UFBA) concluiu-se que os gestores destas universidades destacam a importância das acções de RSU no que diz respeito ao contributo das suas instituições para a promoção do desenvolvimento social na Bahia.⁵

Mello, Almeida Filho e Ribeiro, sublinham a importância da Universidade deter relevância social, devendo cumprir com parte da tarefa destinada à sociedade civil e ao Estado, através de actividades extensionistas, formando assim cidadãos comprometidos com a ética da causa pública, responsabilizados pela sociedade onde vivem como “património” colectivo:

“o conhecimento acumulado (...) por meio de programas de extensão e outras acções abertas à sociedade, também precisa tornar-se património de todos, à disposição das comunidades e grupos locais, sobretudo das camadas sociais mais pobres, as quais de outra forma jamais teriam acesso a tais recursos (...) torna-se imprescindível a inserção orgânica, nos projectos pedagógicos dos cursos de graduação, de actividades académicas voltadas para o cumprimento da relevância social, comumente designadas como actividades de extensão universitária (...) a extensão deve transformar-se passando a ser o canal onde se articulam universidade e sociedade.” (Mello, *et al*, 2009: 295 - 296)

Santos (2008: 48-62). vai mais longe e apresenta um vasto programa de responsabilização social (RSU) e de reconquista da legitimidade da Universidade, através de seis áreas de actuação: o acesso; a extensão; a pesquisa-acção; a ecologia de saberes, a Universidade e escola pública, e

⁵ Ver Rodrigues, Cláudia, et al (2006) - A Responsabilidade Social em IES: Uma Dimensão de Análise do SINAES

por último, a Universidade e Indústria.

Note-se que a RSU não é o mesmo que extensão. Muitas vezes, os conceitos confundem-se na literatura sobre o assunto, dando-se a RSU e EU os mesmos significados. Estes são, no entanto, conceitos distintos. Como Santos (2008) referiu, a extensão universitária é um entre os seis caminhos para o reforço da RSU. A RSU é um conceito mais abrangente que deve envolver não só a extensão, como o ensino, a investigação e a gestão universitárias (Anexo B).

Calderón reforça a importância da extensão neste âmbito: “Tradicionalmente, a construção de pontes entre a universidade e a sociedade, a concretização do compromisso social da universidade e a reflexão ética sobre a dimensão do ensino e da pesquisa têm sido uma atribuição da chamada extensão universitária.” (Calderón, 2008: 14)

Através dos seus institutos de avaliação do ensino superior, particularmente o SINAES ⁶, o Governo do Brasil está a incentivar a contribuição e comprometimento da Universidade junto da sociedade e, com isso, o seu retorno social.⁷

O SINAES define dez dimensões institucionais onde atribui uma dimensão específica à RSU – avaliando, nomeadamente, a contribuição da Universidade para a inclusão social, para o desenvolvimento económico e social, entre outros – e para a Extensão – avaliando, especificamente, as políticas e as formas de operacionalização desta.

Em síntese, a RSU passa por uma nova postura e um novo compromisso que a Universidade deve assumir no sentido de reforçar a sua relevância social. Sendo a RSU um conceito abrangente e holístico requer-se que as reformas sejam feitas nos mais variados domínios, incluindo claro está, as principais funções da Universidade: ensino, a pesquisa e a extensão.

Porém, a reforma da universidade, assente no reforço da RSU, obriga a instituição a repensar o seu ensino, a sua pesquisa e a sua extensão, segundo práticas socialmente responsáveis, de forma a que evitem que a Universidade tenda a isolar-se e a padecer das crises que anteriormente identificamos no capítulo 1.

A Extensão Universitária deve ocupar uma nova centralidade nos processos de reforma da instituição, mudando-se o paradigma extensionista (passando de uma extensão a curto prazo, pontual e massificada pontuada por acções semnexo de carácter assistencialista e voluntarista) para um paradigma de institucionalização da extensão com carácter de inserção permanente e

⁶ SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Tais dimensões podem ser verificadas na íntegra no site www.inep.gov.br ou ver Rodrigues, *et al* (2006).

⁷ Por Retorno Social entende-se aqui com o que a Universidade devolve à sociedade, isto é, sendo a Universidade pública financiada pela sociedade (por aqueles que a compõem), deve retribuir através das suas principais funções (ensino, investigação, extensão) para toda a sociedade.

contínua, com práticas académicas dotadas de investimento e de recursos financeiros e humanos, que visem a indução de um impacto social a médio-longo prazo, especialmente junto de comunidades desfavorecidas:

“Para que construamos, portanto, uma universidade pública socialmente relevante, requer-se fomento suficiente, regular e sustentado a programas de extensão voltados, em todas as áreas do conhecimento, à solução e/ou assistência de problemas socialmente relevantes, direccionados, prioritária mas não exclusivamente, às populações de baixa renda.” (Mello et al., 2009: 299)

Como veremos de seguida, nem toda as actividades de EU podem ser consideradas como socialmente responsáveis ou académica e socialmente relevantes. Por isso, distinguiremos as diferentes concepções de extensão existentes, realçando as que melhor se constituem como motor de desenvolvimento local, de uma determinada comunidade.

3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (EU)

Apresenta-se neste capítulo o conceito e as modalidades da Extensão Universitária (EU) sobre diversas perspectivas: primeiro realça-se a sua importância como uma função da Universidade; segundo apresenta-se a sua evolução histórica e discute-se conceptualmente as suas concepções mais contemporâneas. Por último, aborda-se a extensão como um instrumento de intervenção universitária para o Desenvolvimento, nomeadamente o Desenvolvimento Local.

3.1 A Extensão Universitária no seio da Universidade

O movimento da EU tem crescido nas últimas décadas e vindo a ser institucionalizada (ainda que de forma autónoma, descontinuada e desarticulada) pelas Universidades no Brasil. Apesar desta tendência, o fomento de políticas de EU ainda está longe de ser solidificada, principalmente, devido à escassa regulação de políticas estatais com esses fins:

“ Enquanto que os cursos de graduação e de pós-graduação, assim como as atividades de pesquisa, encontram-se normalizados pelos órgãos governamentais, a extensão universitária ainda discute sua identidade conceitual e estrutural, em busca de alternativas para a sua organização e reconhecimento institucional.” (Carrijo, Moraes Filho, 2002: 104).

Actualmente, a função EU é inexistente, ou convive num plano inferior de prioridade e de relevância se comparada com as demais funções tradicionais da Universidade. Santos acrescenta que não faz sentido falar de extensão isoladamente, que esta deve estar intimamente ligada com o ensino e a investigação, sendo uma área de actuação na reforma da Universidade, nomeadamente no campo da legitimidade:

“Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da Universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino” (Santos, 1994: 195).

São vários os autores a destacar a importância da EU no seio da Universidade: Santos (2008) considera-a como uma via para as universidades participarem activamente na construção da coesão social, na luta contra a exclusão social e da degradação ambiental; autores como Vallaeys, Jimenez *et al*, Calderón, Kliksberg (2006) referem que a EU integra um dos 4 eixos

fundamentais (os autores acrescentam ainda a importância da gestão universitária – Anexo B) para efectivar a Responsabilidade Social da Universidade (RSU); Almeida Filho (2007 e 2008) e Mello *et al* (2009) vêem na EU um veículo para tornar a Universidade académica e socialmente mais relevante e; Toscano (2006) refere que a EU enquanto prática académica possibilita o diálogo entre saberes (universitários e populares) e uma formação cidadã para os estudantes.

Todos estes autores consideram que a EU é uma função fundamental para a Universidade no século XXI e que deve envolver os diversos segmentos que compõem a sociedade. Assim, tanto quanto possível e de acordo com uma actuação socialmente responsável, deve incluir na sua agenda o atendimento de interesses sociais provenientes de grupos excluídos e minoritários, que não têm capacidade para interpelar, influenciar e/ou financiar a Universidade.

Em muitas universidades, a EU tem sido entendida como um meio de captação de recursos externos, de forma a suprimir os problemas financeiros originados pelo desinvestimento estatal, tornando-a numa vasta gama de oferta de prestação de serviços, que não enriquece nem o ensino, nem a investigação e que não possibilita a participação dos estudantes.

Falar em extensão universitária é também referir-se à Universidade como um espaço de exercício político, cívico e de interacção com a sociedade, onde é possível potenciar as multi-aprendizagens, a participação, a democracia, a consciência crítica, a cidadania e a solidariedade por parte da Universidades, dos estudantes, dos professores, dos investigadores e por parte dos destinatários das actividades *extensionistas*.

3.2 Origens da Extensão Universitária

Na idade média, no séc. XI quando surgiram na Itália e na França as primeiras universidades, tinham como única função a prática do ensino direccionado exclusivamente para as elites da época. Não existiam práticas de extensão, apenas ocorriam pontualmente escassas acções religiosas, filantrópicas e missionárias.

A investigação enquanto função da universidade, só começou a ser praticada a partir de 1810 com a divulgação do relatório de Humboldt, sendo pioneira a Universidade de Berlim.

Por sua vez, a extensão universitária tem a sua origem em Inglaterra no século XIX, como consequência das alterações sociais e económicas que a revolução industrial provocou. Como nos conta Toscano (2006: 34), em complemento às universidades tradicionais de Oxford e Cambridge, criaram-se uma rede de escolas superiores e institutos científicos e tecnológicos, com o objectivo de expandir a acção da universidade junto das “massas” populares, que necessitavam de novos conhecimentos para melhor responderem às necessidades induzidas pelo

crescimento industrial da época. Os professores destas novas redes de escolas (também chamados de missionários) passam a transferir conhecimentos para aqueles que estavam impossibilitados de frequentar a Universidade.

Este modelo de “extensão” inglês é reproduzido anos mais tarde pelos Estados Unidos com o aparecimento da *Land Grants Colleges*.⁸ De acordo com Almeida Filho (2008: 89), os primeiros *Colleges* seguiam um modelo utilitarista e atendiam a necessidades educativas de comunidades rurais.

Na Europa no final do século XIX (concretamente em França em 1894), surgem as Universidades Populares por iniciativa de trabalhadores e com o apoio de professores e estudantes que se empenharam na socialização de saberes entre as “massas” populares.

Segundo Wanderley (2003) as Universidades Populares tinham como objectivo difundir conhecimentos técnicos e compreender as formas de vida e as propostas das classes trabalhadoras e populares.⁹

Na América Latina, o movimento da extensão universitária sofre influência do modelo americano (associado ao processo de desenvolvimento dos países latino-americanos) e do modelo francês (associado às exigências dos movimentos sociais e das classes populares por uma universidade mais social e que a aproximasse dos sectores excluídos da sociedade). Dinamizado pelos movimentos estudantis, a extensão tem no Movimento de Córdoba (Argentina) em 1918 o seu marco histórico, e que posteriormente, influenciou as universidades tradicionais latino-americanas. No início do século XX, o Movimento influencia também o caso brasileiro.

De acordo com Wanderley (2003) e Toscano (2006)¹⁰, desde a sua origem até aos tempos actuais, a extensão universitária no Brasil apresentou diversas concepções, variando a sua importância e papel dentro da universidade brasileira, consoante as mudanças de interesses políticos, económicos, sociais e culturais que ocorreram no Brasil durante todo o século XX.

⁸ É um modelo de extensionismo cooperativo e rural, assente na realização de experiências em zonas rurais, baseado na ideia de prestação de serviços e no desenvolvimento de novas técnicas para o sector productivo e rural. *Os Land Grant Colleges* previam mecanismos (como bolsas de estudo) para a mobilidade ascendente de estudantes pobres.

⁹ Por exemplo em Portugal, a Constituição Portuguesa de 1911 referenciava a extensão universitária no seu texto: “a difusão da alta cultura na massa da nação, pelos métodos da extensão universitária” (Loureiro, Cristovão, 2001: 78 apud Crespo, 1993: 35).

¹⁰ Para os autores, os principais documentos legais sobre a EU e que posicionam historicamente a evolução desta no Brasil são: o Decreto nº 19.851 de 1931 (institucionaliza a EU no Iº Estatuto das Universidades Brasileiras); a Declaração da Bahia em 1961 no Congresso da UNE (defendia a relação universidade e sociedade e a promoção do desenvolvimento nacional), a Lei n.º 5.540, de 28 de Novembro de 1968 (torna a EU obrigatória nas universidades). Para mais informações sobre as origens da extensão universitária no Brasil veja-se Wanderley (2003) e em particular no contexto do Nordeste Brasileiro veja-se Toscano (2006).

No Brasil quando surgiram na década de 1910, as primeiras experiências de extensão baseavam-se em cursos gratuitos; na década de 1920 consistiam na prestação de serviços de apoio técnico na área rural; na década de 1930 a EU apresenta-se como um caminho para a articulação entre a universidade e a sociedade; na década de 1940 surgem as Universidades Populares (como por exemplo as da Paraíba e de São Paulo) aproximando estudantes, trabalhadores e classes populares; na década de 1960 ocorre uma proliferação de movimentos e novas experiências extensionistas nas mais variadas áreas (cultura, educação, saúde, artes) como resposta a problemas sociopolíticos.

Entre a década de 1960 e 1980, com a instauração da ditadura (1964-1985), o movimento da extensão assume um papel político que serviu também ao controle social e político da sociedade por parte do governo ditatorial. (Wanderley 2003: 47). Na década de 80, em 1987 apesar do reconhecimento legal na Constituição Brasileira da extensão como função da Universidade, onde se estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a EU não obteve carácter obrigatório e ocupou sempre um lugar de menor destaque e prestígio no seio das Universidades.

Durante largos períodos de tempo, a extensão praticada pelas universidades assentava essencialmente na transmissão e difusão de conhecimentos, seguindo uma lógica assistencialista, o que levou a Paulo Freire (1977) criticar o termo “extensão” e propor a sua substituição pelo termo “comunicação”. Segundo o autor, o termo extensão remete para um acto de transmissão, de transferência, manipulação onde o educador extensionista (Freire baseou o seu estudo nos técnicos agrónomos que trabalhavam com camponeses) “depositava” conhecimentos e técnicas a outrém de uma forma mecânica, constituindo uma espécie de “assistencialismo educativo”.

Para Freire, a forma como ocorria o processo educativo na extensão, impedia a reflexão e a acção sobre a realidade, impedia a formação e a constituição de um conhecimento autêntico e verdadeiro, que não permitia a percepção da realidade na sua totalidade: “Este é, (...) um dos equívocos de algumas tentativas no setor da organização e do desenvolvimento das comunidades, como também da chamada “capacitação de líderes” (Freire, 1977: 34). Assim, a extensão deveria dar lugar à comunicação, pois esta assenta no diálogo e na reciprocidade entre educador e educando, numa relação horizontal onde os conteúdos problemáticos que instituem o programa da acção e do conhecimento, não são escolhidos isoladamente, mas em conjunto com os dois pólos dialógicos (Freire, 1977: 87).

Como veremos, a “extensão” que nos fala Freire aproxima-se da extensão de *via de mão única*, enquanto a “comunicação” se aproxima da *via de mão-dupla* que assenta no diálogo e na reciprocidade entre universidade e sociedade, entre educadores/técnicos e educandos.

Segundo os referidos autores, a concepção predominante desde a década de 1960 até à actualidade, baseou-se numa extensão de prestação de serviços e meramente assistencialista, principalmente, através da oferta de cursos, de seminários, de conferências e de outros tipos de serviços oferecidos.

Observa-se uma correspondência entre a realidade actual da extensão universitária brasileira e as reflexões apresentadas por Santos (1994 e 2008) quando este autor alerta para a necessidade da EU ocupar uma centralidade e uma importância maior dentro da Universidade. De modo que, segundo o autor, sempre que eram dados passos no sentido da abertura da universidade ao exterior, a instituição era alvo de fortes críticas, o que conduziu a que muitos dos programas orientados para a minoração dos problemas sociais fossem cancelados e as iniciativas sendo reduzidas às ligações com a indústria. Por conseguinte, as práticas *extensionistas* não têm vindo a privilegiar vínculos sociais e comunitários mais fortes rompendo com os seus ideais originários no início do século XX.

3.3 Concepções e modalidades de Extensão Universitária

Recorrendo ao dicionário de língua portuguesa, por extensão entende-se porção de espaço ou de tempo, propriedade de ocupar espaço, ampliação, engrandecimento e dimensão. (fonte: infopedia.pt – Porto Editora)

Aplicado ao contexto universitário, extensão significa os fluxos e as relações estabelecidas entre a Universidade e o seu contexto envolvente, ampliando e engrandecendo a sua intervenção. Mesmo dentro do meio universitário é vasto o entendimento sobre o conceito de extensão, sendo mencionado pela maioria das Pró-Reitorias de Extensão¹¹ das universidades públicas do Brasil como, a função que articula a universidade e a sociedade; a função que leva ao cumprimento da missão social da Universidade e como a função que articula o ensino e a investigação.

Menos frequente, é a referência à extensão como a promoção da interdisciplinaridade, a transmissão do conhecimento produzido pela Universidade e a prestação de serviços.¹²

¹¹ A Pró-Reitoria de Extensão é um órgão institucional, hierarquicamente dependente da Reitoria de uma universidade. Geralmente, na universidade brasileira existem diversas Pró-Reitorias (de Ensino, de pesquisa, etc.) sendo o Reitor que por norma nomeia os Pró-reitores para ocuparem estes cargos. Para melhor se perceber as atribuições de uma Pró-Reitoria de Extensão, sugere-se a leitura do ANEXO D onde se apresenta a título de exemplo as atribuições da Pró- Reitoria de Extensão da UFBA (PROEX).

¹² Ver ANEXO E que contém informações sobre um estudo realizado pela Forproex junto de 72 universidades brasileiras sobre a temática da extensão Universitária, no período de 2004 – FORPROEX (2007a).

Como vimos no sub-capítulo anterior, até finais da década de 1990, na extensão praticada pela maioria das universidades brasileiras, predominam as práticas assistencialistas e mercantilistas. Apresenta-se agora, autores e organismos brasileiros, que têm vindo a reflectir sobre concepções mais contemporâneas de extensão e a desenvolver um papel importante na discussão, na mobilização e na disseminação de novas concepções de EU. Neste domínio, destaca-se a FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) e a autora Edineide Jezine (2004).

A autora defende que as universidades devem dar primazia ao desenvolvimento das práticas de extensão social e académica. Esta última, distingue-se da concepção de extensão assistencialista e da concepção mercantilista:

A concepção assistencialista, caracteriza-se como uma prática baseada na prestação de serviços sob a forma de cursos práticos, conferências, serviços técnicos e assistenciais na busca de soluções para os problemas sociais e atendimento de necessidades emergentes de comunidades carentes. Nesta concepção, a extensão é considerada uma função esporádica e assistemática, de menor importância na estrutura universitária. O compromisso social é entendido como o atendimento às necessidades básicas de educação, saúde e cultura destas comunidades. Em muitas Universidades a concepção assistencialista é a dominante, principalmente as que limitam as acções de EU a actividade de atendimento à comunidade (médico, psicológico, deontológico, jurídico, entre outros).

A concepção mercantilista concebe as acções de extensão como uma oferta de serviços prestados que respondam às necessidades de uma sociedade globalizada e de um mercado competitivo e tecnológico. A EU passa a ser um dos principais canais de divulgação, de articulação comercial, de financiamento e de produção de bens e serviços por parte da Universidade. Os critérios económicos predominam sobre os de interesse social e a definição das áreas de actuação da extensão, do ensino e da investigação, são muitas vezes influenciadas pela relação Universidade-Indústria, que tende a pressionar a contribuição da universidade para prestar serviços a certos interesses e a certos grupos sociais, em detrimento de outros interesses e de outros grupos sociais subalternos, populares e excluídos.

Por último e mais recente a concepção social e académica. Esta teve a sua origem na década de 80, com o fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais. Nesta concepção é superada o mero assistencialismo ao considerar-se a extensão como uma função social da universidade e como um processo educativo que relaciona os diversos saberes numa íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social. Tem como princípios a relação dialógica entre universidade e sociedade, a incorporação da extensão às práticas de ensino

e de investigação (concedendo-lhe o mesmo nível de importância), promove a interdisciplinaridade e a troca de saberes, a integração do pensar e do fazer e a relação teórico-prática na produção do conhecimento com a realidade social. O foco continua nas comunidades “carentes” mas a prática social assenta na fertilização da organização política, da autonomia e do *empowerment* dessas comunidades.

Por sua vez, a FORPROEX em conjunto com as universidades públicas, colaborou na definição conceptual de extensão, adoptada no Plano Nacional de Extensão. Esta definição rege-se sobre 4 princípios ou directrizes orientadores – a acção transformadora, a interacção social, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão¹³. A definição que consta no Plano Nacional de Extensão e defendida pela FORPROEX é a seguinte:

“ A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade académica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento académico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, académico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento académico e a participação efectiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialéctico de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada da Sociedade” (FORPROEX, 2007a: 12)

Ainda conforme a Forproex (2007a), quanto ao tipo de actividades de extensão, estas podem assumir as 5 seguintes formas:

- *Programas; Projectos; Cursos; Eventos e Prestação de serviços* (ver ANEXO G)

Outro autor, Melo Neto (*s.a.*), descreve as actividades de extensão, quanto ao tipo de articulação (1), quanto às linhas de acção (2) e quanto à duração (3) que estas podem assumir:

(1) No tipo de articulação, o autor distingue a “via mão única” da “via de mão dupla”:

- *via de mão única*: está implícito a concepção autoritária do fazer académico, onde a Universidade detentora de conhecimento, leva o mesmo àqueles que não o detêm (comunidades desfavorecidas, “classes” populares e excluídas, etc.). Consiste na transmissão e difusão de

¹³ Ver ANEXO F sobre os 4 princípios da extensão definidos pela FORPROEX (2007a). O Plano Nacional de Extensão, promulgado pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, regula e orienta as políticas *extensionistas* das universidades brasileiras.

conhecimentos pela universidade.

- *via de mão dupla*: Para produzir efeitos deverá ter um carácter permanente. Fomenta um fluxo em duplo sentido, nomeadamente o retorno à universidade. Esta se torna espaço para a reflexão teórica e produz um conhecimento que é resultado da interacção com a realidade. Tem uma dimensão interna e externa, ou seja, não se exerce apenas a partir dos participantes da comunidade universitária (professores e estudantes) mas incentiva a participação dos membros da comunidade, de movimentos sociais, de dirigentes sindicais e de associações, para um trabalho conjunto e co-participado. Busca-se assim, objectos de estudo que superem a dicotomia teoria e prática, alimentando a investigação e o ensino, para a realização da construção de um novo conhecimento ou de novas reformulações das verdades existentes, existindo a devolução dos resultados à comunidade. Esta passa a ser detentora de novos saberes ou de saberes repercutidos, que serão utilizados por si nos seus movimentos emancipatórios.

Esta *via de mão dupla* é o tipo de articulação também defendido pela FORPROEX e a que mais se aproxima com o termo “comunicação” de Paulo Freire.

(2) Quanto às linhas de acção da extensão, podem assumir duas formas distintas:

- *eventista-inorgânica*: centrada no desenvolvimento de serviços, difusão de cultura e promoção de eventos,

- *processual-orgânica*: com carácter de permanência presente ao processo formativo (ensino) do aluno, bem como, à produção do conhecimento (pesquisa).

(3) Finalmente, quanto á duração, Melo Neto diz que a extensão pode ser:

- *Eventual*: a realização de actividades esporádicas que estão voltadas ao aperfeiçoamento e à actualização de conhecimento. Visa também a implementação de práticas objectivando a produção técnico-científica, cultural e artística. Essas práticas podem estar voltadas a “serviços educativos, assistenciais e comunitários”.

- *Permanente*: conjunto de actividades organizadas e estruturadas que adquirem formas sistematizadas e de maior duração em relação ao tempo de execução.

Loureiro e Cristovão (2002), ainda caracterizam a extensão quanto aos tipos de canais de abordagem. Estes dividem-se em formais e informais:

- formais: a abordagem é feita a nível institucional e requerida junto dos órgãos de extensão competentes.

- informais: a abordagem é feita ao nível pessoal e segundo o relacionamento existente entre os requerentes e geralmente os professores universitários. È muitas vezes utilizada para evitar burocracia e tempos de espera maiores.

Abaixo apresentamos quatro quadros com o objectivo de fazer uma síntese e estabelecer relações entre as concepções e os tipos de EU apresentados pelos diversos autores.

Temos no 1º quadro os autores e as suas tipologias de caracterização da Extensão:

Concepções	Principais Funções	Tipo de Actividade	Articulação	Duração
Assistencialista	1. Articulação entre a Universidade e a Sociedade	- Eventos	<i>Via de mão-única</i>	Eventual
	2. Cumprir a missão social da Universidade			
Mercantilista	3. Articulação do ensino	- Cursos	<i>Via de mão-dupla</i>	Permanente
	4. Articulação da pesquisa			
Social e Académica	5. Promoção da interdisciplinaridade	- Prestação de serviços	Linhas de Acção	Canais
	6. Transmissão dos conhecimentos	- Programas	Eventista-inorgânica	Informais
	7. Prestação de serviços			
	8. Outros	- Projectos	Processual-orgânica	Formais

Fig. 1.3 - Síntese dos conceitos de extensão dos vários autores - Fonte: elaboração própria

A partir das três concepções de EU definidas por Jezine (2004), nos três quadros seguintes relacionamos de cada uma delas com as restantes tipologias que caracterizam a Extensão:

Concepções	Principais Funções	Articulação	Tipos Acção	Duração
Assistencialista	1. Articulação entre a Universidade e Sociedade	<i>Via de mão-única</i>	Eventos	eventual
	6. Transmissão dos conhecimentos	Linhas de Acção	Cursos	Canais
	7. Prestação de serviços	Eventista-inorgânica	Projecto	formal e informal

Fig. 2.3 – Correspondência da concepção assistencialista com as diversas tipologias:

Concepções	Principais Funções	Articulação	Tipos Acção	Duração
Mercantilista	1. Articulação entre a Universidade e Sociedade	<i>Via de Mão-única</i>	Eventos	Eventual
	4. Articulação da pesquisa		Cursos	Canais
	6. Transmissão dos conhecimentos	Linhas de Acção	Projectos	formal
	7. Prestação de serviços	Eventista-inorgânica	Prestação de serviços	Informal

Fig. 3.3 – Correspondência da concepção mercantilista com as diversas tipologias:

Concepções	Principais Funções	Articulação	Tipos de Acção
Social	1. Articulação entre Universidade-Sociedade	<i>Via de mão-dupla</i>	Programas
	2. Cumprir a missão social	Linhas de Acção	Projectos
e Académica	3. Articulação do ensino	Processual-orgânica	Canais
	4. Articulação da pesquisa	Duração	Formal
	5. Promoção da interdisciplinaridade	Permanente	Informal

Fig. 4.3 – Correspondência da concepção social e académica com as diversas tipologias:

Comparando a extensão social e académica apresentada por Jezine (2004) observamos que se aproxima com o conceito de extensão defendida pela Forproex (2007a). Todas as concepções visam articular a Universidade com a Sociedade, e consoante a concepção as principais funções que visam cumprir variam com o tipo de actividades desenvolvidas. Para além das funções, o que diverge da concepção Social Académica face às outras duas, é principalmente, o tipo de articulação, as linhas de acção e a duração.

3.4 A Extensão Universitária e o Desenvolvimento Local (DL)

Dos autores estudados, não está expresso em nenhuma das concepções ou tipos de extensão, uma preocupação ou orientação da *praxis extensionista* a promoção do Desenvolvimento Local (DL). A temática do Desenvolvimento está presente em duas das 4 orientações das políticas de extensão (a acção transformadora e a interacção social – Anexo F) e de forma muito genérica em duas das principais funções da EU (a articulação entre universidade e sociedade e cumprir a missão social da universidade) no entanto é na concepção Social e Académica que encontramos maiores pontos de convergência com o DL, nomeadamente, na orientação das actividades *extensionistas* para o apoio a mecanismos de organização e emancipação de comunidades desfavorecidas.

Por isso, pretende-se neste sub-capítulo, sublinhar a extensão universitária que se articula com o DL. Um exemplo paradigmático é o caso da Universidade de Chittagong no Bangladesh, promovido pelo docente Muhammad Yunus e anos mais tarde distinguido com o prémio *Nóbel*.¹⁴

Quando a universidade facilita a criação de parcerias e sinergias, interagindo e integrando-se com comunidades que detêm menores recursos, potencializa a essas comunidades a construção dos seus próprios processos de desenvolvimento: “Em locais de crise, as parcerias ganharam destaque, devido aos actores locais desejarem participar mais activa e sistematicamente no desenho das estratégias de desenvolvimento para a sua comunidade.” (OCDE, 2001)¹⁵

¹⁴ Trata-se de uma iniciativa de EU desenvolvida na década de 1970 por estudantes (enquanto agentes de desenvolvimento) e um docente no âmbito da Disciplina de Economia Rural, na Universidade de Chittagong, no Bangladesh. A experiência ocorreu nos vilarejos próximos à Universidade, constituindo-se vários grupos de estudantes que se deslocavam e reuniam com mulheres em situação precária ou abaixo do limiar da pobreza, prestando-lhes apoio de consultoria e incentivando-as a aderirem ao micro-crédito. Do sucesso e alargamento da experiência para além da cidade de Jobra, Yunus com o apoio dos estudantes e da Universidade, lançou as fundações do que se tornou posteriormente o Banco Grameen. (Yunus 2001).

¹⁵ Tradução elaborada pelo autor da dissertação

A partir da análise das figuras 1.3 e 4.3, consideramos que a concepção social e académica teorizada por Jezine (2004), estabelece vínculos com um processo de DL, pois tem como princípios a relação dialógica, a troca de saberes, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, e ainda, prioriza uma prática social que visa fomentar a organização política, a autonomia e o *empowerment* de comunidades desfavorecidas.

Nas práticas extensionistas da concepção social e académica, para além da preocupação de intervenção na realidade, existe a preocupação da comunidade ser participativa, crítica e construtora dos seus próprios modelos de organização e cidadania (contrariando a transmissão passiva de técnicas e conhecimentos). Ao se enfatizar a *via de mão dupla*, as práticas extensionistas não substituem nem retiram o protagonismo das comunidades. Por outras palavras, na interacção que se estabelece entre actores da universidade e da comunidades, é incentivada a mobilização e participação das comunidades, na realização do diagnóstico das necessidades locais e, na busca de respostas as essas necessidades a partir dos recursos e capacidades existentes na comunidade.

Desta forma, a concepção social e académica vai ao encontro das premissas de um processo de Desenvolvimento Local, que não se preocupa apenas com o crescimento económico, mas um desenvolvimento que valoriza processos e iniciativas de base local, a partir das capacidades e aspirações do local.

Tal concepção de Desenvolvimento Local é definida por Amaro (2009: 108) como:

“O processo de satisfação de necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas. (...) a essência residia nas potencialidades endógenas, mais do que nos impulsos exógenos, embora estes pudessem ser importantes para dinamizar e fecundar aquelas, sobretudo quando as comunidades tivessem perdido a capacidade de iniciativa e a vontade de mudança.”

Ainda segundo Amaro num processo de DL devem existir os seguintes 10 atributos:

- a) um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- b) centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de acção (colectiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;
- c) que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
- d) a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;

- e) o que implica a adopção de metodologias participativas e de “empowerment” da comunidade local (do ponto de vista individual e colectivo);
- f) contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);
- g) numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;
- h) o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários actores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
- i) com impacte tendencial em toda a comunidade;
- j) e segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.” (Amaro, 2009: 111)

Vejamos então os pontos convergentes entre a concepção Social e Académica definida por Jezine e alguns dos atributos identificados por Amaro que deve conter um processo de DL:

“ O caminho não é unilateral da universidade para a sociedade, mas há a preocupação em auscultar as expectativas produzidas pela sociedade, bem como em valorizar o contexto onde as atividades se inserem, na busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico possa associar-se ao saber popular, a teoria à prática em um constante movimento dialéctico permeado pela realidade social e a experiência do pensar e fazer (...) trabalha-se junto à comunidade no sentido de potencializar a sua organização política e autonomia.” (Jezine, 2004)

França Filho vai mais longe ao referir que um processo de desenvolvimento local deve estar assente na “reorganização das economias locais”, numa plataforma onde a solidariedade e a sustentabilidade sejam princípios estruturantes da criação de redes de economia solidária, denominando o autor este processo, como uma “via sustentável-solidária no desenvolvimento local”. Citando o autor: “o modo de realização da concepção sustentável-solidária passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para a promoção do desenvolvimento local.” (França Filho, 2008: 223).

França Filho (2008: 224) revela-nos que a concepção sustentável-solidária enfatiza a importância dos territórios e a sua capacidade de serem sustentáveis, destacando “a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo o local, bairro, ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas”.

De acordo com o autor, esta via opõe-se ao modelo tradicional de combate à pobreza, ao desemprego e criação de actividade económica - “via insercional-competitiva” – na medida em que a via sustentável-solidária prioriza o território (comunidade) ao mercado, realça as soluções colectivas em vez das individuais, valoriza os recursos locais em detrimento dos recursos

externos. Deste modo, a via sustentável-solidária baseia-se na ideia da reorganização das economias locais em redes de economia solidária, buscando-se novas formas de regulação das actividades económico-sociais, defendendo um paradigma “alternativo” de desenvolvimento que muito se assemelha ao defendido por Amaro (2009).

França Filho e Santana Júnior (2007: 8) apresentam-nos cinco dimensões e respectivos indicadores para a análise do desenvolvimento local de um determinado território. A avaliação da sustentabilidade dos territórios é feita através de uma visão global e integrada do local e, a partir do equilíbrio e unidade existente entre estas cinco dimensões:

1. Dimensão económica – análise do grau de impacte promovido pela experiência na distribuição de rendimento no território (número de postos de trabalhos criados, o valor dos rendimentos proporcionados e o grau de utilização de produtos no território, a dinâmica do consumo local, etc.). Outro indicador diz respeito à capacidade da experiência em articular nas suas acções, diferentes lógicas económicas entre relações mercantis, não-mercantis e não monetárias.

2. Dimensão social - análise do nível de coesão social existente no ambiente de relações entre as pessoas (o tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas, etc.)

3. Dimensão cultural – análise da existência ou não de sentimento de pertença das pessoas em relação ao seu território, de práticas e valores comuns compartilhados (o grau de enraizamento das actividades empreendidas em relação ao tecido da vida cultural do lugar; reafirmação de valores e costumes próprios e o uso fruto de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas).

4. Dimensão política – análise conjuntamente 3 vectores: a) o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas na gestão das iniciativas; b) a capacidade da experiência em fomentar um modo de acção pública no território, tendo em conta o nível e a forma de participação das pessoas na discussão de problemas comuns; c) o nível de articulação da experiência, tanto com a sociedade civil, quanto com poderes públicos, preservando a sua autonomia.

5. Dimensão ambiental – análise do grau de vinculação da experiência em relação às características ambientais próprias de um território (a forma de manejo dos recursos ambientais e o grau de centralidade do ser humano nos processos utilizados).

Em síntese, a Extensão Universitária não é um tema recente e desde a sua origem tem sofrido constantes evoluções. Historicamente, esta sempre teve um papel inferior relativamente

ao ensino e à investigação. Por ter um campo de actuação muito vasto, é difícil a sua definição, existindo por isso inúmeras modalidades e tipologias diferentes, resultado da grande riqueza e diversidade das práticas extensionistas desenvolvidas pelas universidades.

As diversas concepções de Extensão co-existem simultaneamente nas universidades, i.e., as práticas assistencialistas (atendimento directo à comunidade - médico, jurídico, odontológico, psicológico, educacional, de alfabetização, etc.), com as actividades mercantilistas (articulação com o meio empresarial; prestação de consultoria ou assistência a instituições públicas ou privadas; estudos e pesquisas da realidade local ou regional) com práticas académicas e sociais (participação e promoção de actividades artísticas e culturais; actividades curriculares que envolvam professores e alunos nas comunidades ou em instituições) e de outros tipos de actividades *extensionistas* (cursos, estágios ou actividades que se destinem à formação e qualificação pré-profissional de estudantes; publicação e divulgação de conhecimento e técnicas de trabalho, estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica; etc.).

Pelos seus princípios e características, a Extensão Social e Académica é a que melhor privilegia a relação dialógica, a troca de saberes, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, e ainda, prioriza uma prática social que visa fomentar a organização política, a autonomia e as capacidades e aspirações de comunidades desfavorecidas.

Assim, através de programas e projectos extensionistas (inspirados na concepção social e académica) que visem a promoção do DL, a universidade contribui com recursos exógenos capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos, onde docentes e estudantes facilitam os processos de mudança e a capacidade de iniciativa local, estimulam a participação e a mobilização das pessoas da comunidade, não interferindo nem tirando o protagonismo dos actores locais, mas trabalhando em parceria e em estreita articulação com os actores locais e com as entidades locais (ONGs, associações, cooperativas, autarquias, etc.)

No Capítulo 5 quando tratarmos especificamente da ITES – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial – analisaremos como a incubadora universitária através das suas actividades de extensão se propõe a promover o desenvolvimento local de comunidades desfavorecidas, a partir da óptica da Economia Solidária.

4. A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA EM CAMPO



Fig 1.4 - Cartaz na Pró-Reitoria de Extensão com o lema da UFBA: Universidade Pública, Compromisso Social

4.1 A Extensão Universitária na Universidade Federal da Bahia

Neste capítulo analisa-se a Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), recorrendo-se a informações disponibilizadas em documentos oficiais e a depoimentos com o anterior e o actual Pró-Reitor de Extensão¹⁶ e com o coordenador do Núcleo de Extensão da Escola de Administração da UFBA (NEA). Antes de debruçarmo-nos sobre a ITES (a incubadora universitária está inserida na Escola de Administração e vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA) cabe compreendermos como os órgãos de extensão da UFBA percebem a EU praticada pela instituição.

- A Extensão Universitária nos documentos legais e oficiais da UFBA

Nos novos Estatutos da UFBA aprovados em 23 de Novembro de 2009, no Capítulo II, artigo 2º, encontramos os objectivos institucionais da UFBA (ver Anexo H) dos quais destacam-se aqueles que mais se relacionam com o tema deste trabalho, nomeadamente as alíneas I, V, VI e IX. Assim, a alínea V refere como objectivo institucional a promoção da extensão universitária; a alínea VI menciona como objectivo a contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional e; a alínea IX, sugere a abertura ao exterior e a intercâmbios com os vários sectores da sociedade.

Verifica-se então, que a promoção da extensão é um dos objectivos institucionais. Os estatutos remetem-nos para uma articulação de extensão assente numa *via de mão única*, pois

¹⁶ Durante o período em que realizámos as entrevistas (Março e Abril de 2010) e no actual momento de redacção da dissertação, Eugénio Lins é o actual Pró-Reitor de Extensão da UFBA e Horácio Filho é o actual coordenador do Núcleo de Extensão da Escola de Administração da UFBA (NEA). Ordep Serra foi Pró-Reitor de Extensão da UFBA no período de 2008-2009, sendo sucedido por Eugénio Lins (2009-2010) na PROEX da UFBA.

refere que a EU deve difundir os conhecimentos gerados pela instituição. Na alínea IX, os estatutos remetem-nos para uma *via de mão dupla* ao defenderem a participação e o intercâmbio de uma universidade aberta com o seu exterior. No que respeita à contribuição para o desenvolvimento (alínea VI), a ênfase reside no ensino e na pesquisa, não se mencionando a EU com esse fim.

Os Estatutos fornecem elementos genéricos e abrangentes sobre o posicionamento que a UFBA deve ter enquanto instituição e face à extensão que deve praticar. Por isso, analisaremos com maior pormenor o órgão institucional que tem como missão a promoção e coordenação da extensão dentro da UFBA, a sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Analisando os documentos institucionais da PROEX, verificamos que estes remetem para uma concepção mais alargada de extensão em comparação com os novos Estatutos da UFBA. No site da PROEX encontramos a seguinte definição de extensão:¹⁷

“ Compreendida como espaço próprio da interação da Universidade com a sociedade, etapa do processo de produção de conhecimento, processo educativo, cultural, científico e tecnológico de articulação entre a universidade e a sociedade eixo fundamental do fazer universitário articulando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, ao fazer universitário, todas essas concepções da Extensão universitária estão amparadas na indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, como substrato do fazer universitário (in www.extensao.ufba.br, acesso em 2 de Agosto de 2010).

Ainda no site da PROEX vemos que as actividades de extensão (tais como o ensino e a pesquisa) são um meio para a UFBA por um lado, produzir conhecimento e por outro, torná-lo acessível a toda a sociedade, promovendo um diálogo com a sociedade em via de mão-dupla, tomando-a como o sujeito das pesquisas e não apenas como objecto:

“ Para a universidade pública, de acordo com a sua função social, a extensão universitária pode ser concebida como a oportunidade de estabelecer um diálogo entre os diversos saberes, o lugar do exercício de uma das mais importantes funções da universidade que vincula ensino, pesquisa e sociedade, articulando a instituição com os diversos segmentos sociais, com o setor privado, com os movimentos sociais, com a sociedade civil, com o público consumidor de conhecimento, de cultura, artes e serviços e de preservação do património cultural do país. A extensão universitária, constitui-se (...) como um momento necessário para articulação e diálogo entre o conhecimento produzido sistematicamente na universidade e os diversos saberes disponíveis na sociedade,

¹⁷ Fonte: retirado do site da Pró-Reitoria de extensão da UFBA. - www.extensao.ufba.br

importante etapa para a formação do futuro profissional como um espaço pedagógico de articulação da teoria e prática.” (idem)

A extensão da UFBA está enquadrada em bases legais nacionais como a Constituição Federal de 1988, a Lei 9.394 de 1996, o Plano Nacional de Extensão, documentos legais internos como a resolução 02/1996 da Câmara de Extensão do Conselho de Administração da UFBA e ainda, recomendações internacionais como a Agenda XXI elaborada pela UNESCO.¹⁸

O conceito de extensão da UFBA em muito se assemelha à definição da FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (ver página 30).

A PROEX tem acompanhado a tendência de abertura da Universidade e de construção de diálogo assente numa via de mão dupla com a sociedade. Assim, na década de 90 realiza 2 Seminários de Extensão (em 1992 e 1994) com o intuito diagnosticar a extensão na UFBA e de formular uma política de extensão que considerasse a promoção da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e delineasse as temáticas de acção mais prioritárias.

A PROEX apoiou em 1999 e 2000 a realização do 1º e 2º Seminário Estudantil de Extensão que serviram para manifestar os interesses dos estudantes para as políticas de extensão da UFBA.

Em entrevista (a 26.3.10), Eugénio Lins, o actual Pró-Reitor de Extensão da UFBA, realça a importância do envolvimento colectivo dos estudantes na EU, devendo estes ocupar um lugar central nas práticas de extensão, juntamente com professores e actores externos: “A EU tem de envolver a população, a coordenação do professor e a participação do aluno (...) qualquer actividade que não envolva o aluno é uma prestação de serviços”.

O envolvimento do professor nas actividades de EU é um requisito fundamental, pois se a extensão é considerada como indispensável à formação do aluno, unindo a teoria com a prática, ela o é também benéfica para o aperfeiçoamento do professor, servindo de ferramenta pedagógica para este articular a “sala de aula” com a realidade social.

Veja-se de seguida, as percepções do actual e do ex-pró-reitor de extensão, assim como, do coordenador do NEA, sobre a extensão universitária praticada na UFBA.

- A extensão da UFBA vista pelos seus actores

¹⁸ Na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com o objectivo de mobilizar as instituições de ensino superior a assumir um desenvolvimento sustentável, lançou um documento que ficou conhecido por Agenda XXI. No Capítulo 36 - sobre a educação - A UNESCO convoca as Universidades a promoverem a integração dos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino. Note-se que a UNESCO declarou o período entre 2005-2014, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Como podemos observar na figura 2.4, os 3 entrevistados concordam que a extensão é uma forma de aproximar e abrir a Universidade ao exterior, indo ao encontro das solicitações que surgem dos mais variados segmentos da sociedade:

	Pró-reitor Eugénio Lins (2009 - 2010)	Ex-pró-reitor Ordep Serra (2007 - 2008)	Coordenador NEA Horácio Filho (2009-11)
Conceito de extensão	É uma troca com o propósito que todos ganhem, o professor, o aluno, a comunidade ou um determinado segmento da sociedade. É todo o leque que cobre o conhecimento da Univ. e as demandas em seu torno. A EU se faz quando se estabelece a troca de conhecimento e quando ele é gerado e partilhado. Tem de envolver a população, a coordenação do professor e o aluno	É uma via de mão dupla, que possibilita o diálogo e a troca entre conhecimentos e saberes académicos e não académicos, partilhando a produção cultural, artística e científica com a sociedade. O papel da extensão deve passar por revitalizar e valorizar este tipo de saberes não tradicionais e conseguir estabelecer fluxos em duplo sentido.	É a possibilidade de estender a Univ. para além do seu objecto natural de acção, transladar para a sociedade aquilo que é desenvolvido internamente, expandir os resultados das pesquisas, desenvolver trabalhos relacionados com demandas da sociedade na área das políticas públicas e sociais e na área da competitividade empresarial.
Tipo de extensão na UFBA ¹⁹	- Cumprir a missão social da Univ. - Articular ensino e pesquisa	- Todas, excepto articular a Universidade e a Sociedade	- Articular a Universidade e a Sociedade

Fig. 2.4 – A extensão praticada na UFBA segundo os dirigentes de órgãos de extensão da UFBA

Todos apontam a necessidade da extensão estabelecer uma relação de *win-win* para todas as partes envolvidas e uma relação de diálogo e igualdade, equivalente a uma via de mão dupla.

Para o actual e o ex-pró-Reitor, a extensão é uma via para a Universidade cumprir com a sua missão social. Já para o coordenador do NEA, a EU deve articular a Universidade e a Sociedade. Ordep Serra excluiu esta opção por considerá-la muito vaga e sem sentido pois segundo o entrevistado “se não for com a Sociedade com quem mais Universidade se pode articular?”

Ordep Serra ao mencionar os problemas internos da universidade, considera a EU como uma alternativa de reforma da instituição, no seguimento do vimos anteriormente com Santos (2008), e refere inclusive outras dimensões que a extensão deve contemplar:

“ Todas são importantes mas dada a situação peculiar do Brasil, da Bahia, afirmar o compromisso social é fundamental, (...) E falta contemplar a responsabilidade ambiental, é preciso que a extensão contemple e supere esta dimensão e ainda se preocupe também com a barbárie universitária, que é muito grande e que se manifesta dentro da própria Universidade, esse espírito de arquipélago, a irresponsabilidade de docentes, o corporativismo, etc.” (entrevista a Ordep Serra, 9.4 .10)

¹⁹ Nas entrevistas conduzidas foi utilizada as principais funções definidas pela FORPROEX (ver também figura 1.3 – página 33) para uma melhor compreensão da percepção dos entrevistados sobre a visão que têm da EU na UFBA.

Horácio Filho foi o único que ao caracterizar a EU incluiu a dimensão da competitividade empresarial, o que é devidamente explicado pela relação mais próxima que a Escola de Administração (EADM) tem com as empresas, pelo facto dos seus antecessores no NEA terem orientado a actuação para a prestação de serviços e para a captação de recursos para a EADM. Refere ainda que o NEA está actualmente a mudar de um paradigma de prestação de serviços , para um novo que assenta na articulação da Universidade com a Sociedade.

Ordep Serra enquanto foi pró-reitor, teve a preocupação de mobilizar e aferir os interesses dos estudantes, surgindo dessa construção conjunta novos projectos como o “ UFBA Ecológica”:

“ O sucesso da EU depende da mobilização de professores e estudantes, são eles que a vão executar e a partir dos interesses e necessidades destes. A EU possibilita múltiplas e mútuas aprendizagens, possibilita a busca de alternativas de aprendizagem, de formação profissional e de experimentação metodológica, quer à própria Universidade, quer aos actores externos da mesma”. (idem)

Após a apresentação da percepção dos actores que se situam ao nível da estrutura orgânica da coordenação ou e elaboração de políticas de extensão, apresenta-se agora a visão do professor-coordenador da ITES, que opera directamente a EU no terreno:

Genauto França Filho – Coordenador Geral da ITES & professor da Escola de Administração da UFBA	
<p>Conceito de extensão</p>	<p>A extensão é importante para a Universidade na sua relação com a sociedade, sobretudo dentro de um viés emancipatório, devendo a extensão contribuir para a transformação da sociedade.</p> <p>Com a EU e a Economia Solidária a Universidade claramente se apresenta como uma contribuição para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade. Historicamente, a Universidade esteve voltada para o mercado e suas demandas e hoje deve voltar-se para outros segmentos que não o mercado.</p> <p>A ITES tem cumprido nesse aspecto, tem estado nas comunidades onde as necessidades são muito grandes e acabamos por trabalhar com públicos com vários <i>deficits</i>.</p> <p>O trabalho da ITES é emancipação. O processo de emancipação está em pequenos gestos, um grupo de um bairro popular que vive numa cultura política extremamente individualista colado a uma cultura de subalternidade, quando se consegue reunir e trabalhar colectivamente é um grande avanço.</p> <p>O problema da reprodução dos ciclos de pobreza nos bairros não está tanto nos recursos, mas na dificuldade de se organizarem e de terem iniciativas colectivas e com perenidade.</p>

Fig. 3.4 – A extensão praticada na UFBA segundo o coordenador geral da ITES /UFBA

Na sua opinião, a extensão é uma das vias para a transformação da sociedade, apoiando a organização colectiva e a emancipação de populações excluídas. A extensão não pode ter apenas um ênfase mercantilista e que deve contribuir para questões como o combate à pobreza e a emancipação de populações excluídas. Sobre os destinatários (comunidades desfavorecidas com públicos detentores de grandes *déficits*) e o propósito da EU (com uma actuação transformadora da sociedade com o fim de promover a emancipação e a organização política de grupos

populares) Genauto França Filho situa-se na mesma linha de orientação que Santos (1994 e 2008) e Jezine (2004).

- A Extensão Universitária no seio da UFBA

Na UFBA, para a extensão deixar de ser desvalorizada e inferiorizada pela Universidade é preciso que interna e externamente, se caminhe no sentido da afirmação e valorização da extensão. Ordep Serra sublinha que se têm dados pouco avanços e que existem muitos desafios a serem ultrapassados pela UFBA. Na sua opinião, é necessário divulgar a extensão dentro da Universidade e também na sociedade que ainda desconhece o que é a EU. Uma das consequências é a escassez de conhecimento e preparação adequadas por parte dos Pró-Reitores, de professores e de estudantes para as actividades extensionistas:

“ É necessário haver mais reflexão, pesquisa e avaliações sobre a extensão. Tem se feito pouca coisa e muitas vezes de forma desarticulada. O caso da biblioteca de extensão da UFBA é paradigmático da desorganização e do abandono (...) É necessário dar formação aos professores sobre extensão, pois não estão preparados nem têm as ferramentas para lidar com a realidade fora da sala de aula, bem como, preparar quadros dirigentes universitários para pensarem, planearem e executarem a extensão. Existe carências a este nível há longos anos. Também é vital que os estudantes tenham formação e preparação adequada para as actividades extensionistas.” (idem)

Como solução, Ordep aponta a necessidade de o Reitor da UFBA passar a nomear não um mas três Pró-reitores para a PROEX – um para pensar a estratégia e política de EU, outro para a gestão burocrática e administrativa e outro para os eventos e cerimónias públicas. Assim, haveria mais tempo e recursos para se pensar, avaliar e articular internamente a extensão da UFBA.

Em entrevista (a 26.3.10), Eugénio Lins, actual Pró-Reitor de extensão acrescenta que:

“ A EU ainda é um pouco tímida, não falo em fazer Marketing mas prestar contas à sociedade, pois há muita tecnologia e pesquisa de ponta desenvolvida pela extensão que não é conhecida. É necessário definir uma política de extensão mais forte e agressiva dentro da UFBA. A extensão sempre foi de 2ª categoria. A pesquisa sempre foi mais prestigiada. Isso deve-se à não existência de marcos legais sobre a EU, sistemas e critérios de avaliação próprios.”

Para os três entrevistados existe a necessidade de se para combater a visão de uma Universidade compartimentada e separada. Segundo Eugénio Lins, é necessário um maior reforço e articulação da PROEX com as faculdades e núcleos de extensão da UFBA.

Horácio Filho ao comparar o NEA com outros núcleos de extensão, ou a EADM com outras faculdades da UFBA, aponta os mesmos problemas: a escassa cooperação e a desarticulação existente. Refere ainda que a maioria das actividades do NEA não estão vinculadas à PROEX e sim à Fundação da Escola de Administração (FEA). Apenas os grandes programas ou projectos é que estão vinculados à PROEX e muitas actividades de extensão da EADM não estão sequer agregadas ao NEA.

O caso da ITES é ilustrativo pois a incubadora está sediada na EADM mas não tem qualquer vínculo com o NEA e o próprio coordenador reconheceu desconhecer os seus projectos.

Horácio Filho é o único que fez referência aos professores preferirem actuar isoladamente e não querem reportar-se a uma estrutura, o que origina na sua opinião, uma perda de visão colectiva e fragmentação do conhecimento, de sinergias e uma dispersão das actividades de EU.

- A Extensão da UFBA como aporte a políticas públicas

A UFBA através da sua extensão universitária articula-se com vários segmentos da sociedade, dos quais se destacam as entidades governamentais (Governo Federal, o Governo Estadual da Bahia, e alguns municípios) que são os principais destinatários e igualmente os principais financiadores das actividades extensionistas da UFBA.

Para Eugénio Lins a extensão tem se direccionado e tem “subsidiado” a formulação de políticas públicas. Um indicador é o número crescente de editais públicos (candidaturas ou concursos lançados por parte de Ministérios e Secretarias do Governo Federal) a convocar as Universidades públicas para projectos nas mais variadas áreas:

“ O movimento da extensão é impressionante, começa a ganhar um local de destaque e passa a ser um elemento de políticas públicas. Há muita tecnologia de ponta propiciada pela extensão. Por exemplo, num projecto na área da saúde onde a UFBA está envolvida, foi feito um mapeamento total e completo das necessidades, do perfil da população, das carências, etc. (...) A Extensão subsidia a pesquisa pois está a treinar os estudantes envolvidos, que trabalham directamente com estas populações e subsidia as políticas públicas ao fornecer novos elementos para a actuação governamental. O trabalho da extensão não fica no computador, nem arrumado na prateleira, nem na sala de aula mas é posto em prática de forma imediata.” (entrevista a Eugénio Lins, a 26.3.10)

Conta-nos o actual pró-reitor, que só quando se faz extensão, é que a UFBA se dá conta da falta de extensão, ou seja, que é preciso mais extensão para dar resposta ao elevado número de solicitações que chegam à UFBA.

Nas actividades extensionistas do NEA a vertente académica encontra-se ainda algo incipiente, com reduzido envolvimento de estudantes e professores e com escassa articulação da extensão com o ensino. Predominam as actividades de consultoria e pesquisa para empresas públicas e em menor dimensão, para prefeituras e secretarias de estado, que requisitam e procuram a área da gestão através do NEA.

Como se observa nos depoimentos, nos estatutos, nos documentos institucionais da PROEX e nos depoimentos dos seus actores extensionistas, existe simultaneamente dentro da UFBA, diferentes visões e correntes de extensão, seja a assistencialista, a mercantilista e a académica e social. Estas variam consoante o tipo de faculdade, do núcleo, do professor *extensionista* e ainda, das expectativas e dos interesses dos estudantes.

Segundo os seus pró-reitores, na PROEX da UFBA é dedicada ênfase à extensão social e académica, priorizando-se a extensão como uma via de mão dupla (estando assim de acordo com as orientações do Plano Nacional de Extensão e da FORPROEX, e mais recentemente, como um instrumento auxiliador às políticas públicas.

4.2 A visão do compromisso social na extensão da UFBA

No entendimento da PROEX da UFBA, a extensão é uma via para a efectivação do compromisso social através de acções de intervenção na realidade social:

“O papel social das universidades públicas e seu compromisso social, está pautado na responsabilidade de auxiliar e, mesmo de promover, a qualificação de todos os cidadãos incluindo níveis, etapas e modalidades da educação, inclusive extra-universitária (...) Através da concepção da extensão focada na excelência académica e relevância social, a Universidade pública demonstra seu compromisso com a sociedade, com a democratização do acesso ao conhecimento e torna possível assegurar que o ensino seja aplicado de forma contextualizada e de acordo com as reais necessidades da sociedade.” (in www.extensao.ufba.br, acesso em 2 de Agosto de 2010)

Para a PROEX a questão do compromisso social passa pela qualificação de todos os cidadãos (não se restringe somente aos estudantes da UFBA) com uma formação orientada à realidade e às necessidades sociais. É ainda mencionada a questão do acesso à Universidade e o acesso ao conhecimento e a novas formas de produzir conhecimento. Relativamente a esta questão Ordep situa muito o seu discurso, próximo do que Santos (1994: 229) afirmou com a “criação de espaço de interacção com a comunidade envolvente, onde seja possível identificar eventuais actuações e definir prioridades” por parte da Universidade:

“ O compromisso social passa pela universidade deixar de estar isolada e criar condições à participação junto daqueles que não tem acesso a esta e aos conhecimentos produzidos por ela. Uma das minhas propostas que não avançou era a criação de um Conselho Universitário dentro da UFBA, que servisse como espaço público de diálogo e participação dos vários segmentos da sociedade, em temas estratégicos no âmbito social, políticos, cultural, etc. onde se discutisse que tipo de contributo a UFBA poderia ter.” (entrevista a Ordep Serra, a 9.4.10)

O ex-pró-reitor afirma que a UFBA tem compromisso social e que a extensão é um canal que efectiva o retorno à sociedade. Eugénio Lins tem a mesma opinião que Ordep, quando menciona que a UFBA sendo uma Universidade pública (logo o dinheiro que a financia é público) deve promover um retorno social e uma interacção com os vários segmentos da sociedade. Quando questionado sobre as formas da UFBA pôr em prática o seu compromisso social, aponta várias, designadamente a extensão universitária. Mas para Eugénio Lins, é na democratização do acesso que está a essência do compromisso social da UFBA:

“ As formas são várias: A extensão é uma das formas da UFBA assumir esse compromisso social. Outra forma passa pela formação do aluno consciente da sua realidade e não alienado da mesma com formação assente na cidadania. Por último, as quotas de acesso ao permitir o acesso a pessoas que actualmente estão privadas de frequentar a UFBA. A médio-longo prazo esta política vai trazer uma transformação social profunda na sociedade e na própria UFBA. Assim não se perpetua o sistema e não se atende só a elite, como se cria um novo perfil de aluno que conseqüentemente trará mais e novas demandas que a UFBA terá que lidar” (entrevista a Eugénio Lins, a 31.3.10)

Já Horácio Filho refere que a responsabilidade social da EADM e do NEA passa por deixar de estarem afastados e distanciados das mais relevantes questões sociais, devendo ambos se constituírem como uma referência na discussão e na solução para estas questões:

“Quer-se aproveitar a nossa capacidade de gerar conteúdos transferindo-os à sociedade, aumentar o alcance de capacitação na graduação, pós-graduação, etc. O NEA está a desenvolver um programa de formação à distância para pequenas e médias empresas e (...) fóruns de discussão na área da inovação, envolvendo e mobilizando a sociedade. “ (entrevista a Horácio, 5.4.10)

A UFBA tem como lema: Universidade Pública – compromisso social sendo que a sua responsabilidade social manifesta-se, essencialmente, na preocupação de garantir uma formação cidadã, humanística e solidária, incentivando os estudantes e professores a interagirem com a

realidade social buscando nessa interacção retirar benefícios mútuos, não só para a UFBA como também para a sociedade, efectivando assim um retorno à sociedade que a financia.

A extensão tem sido um dos canais ou vias primordiais para a UFBA efectivar o seu compromisso social. Essa tem sido pelo menos uma das preocupações da PROEX, segundo os seus dois últimos pró-reitores de extensão.

4.3 A visão do Desenvolvimento na extensão da UFBA

Por último, analisamos o posicionamento da Extensão da UFBA face à temática do Desenvolvimento. Como vimos a EU da UFBA está de acordo com a Agenda XXI da Unesco onde se exprime a necessidade de se proporcionar uma educação voltada para o desenvolvimento humano, de se articular as políticas educativas com as políticas de desenvolvimento:

“As Universidades ocupam um papel fundamental na finalidade de estabelecer novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer (...): estimular a iniciativa, o trabalho em equipa, as sinergias realistas, tendo em conta os recursos locais, o auto-emprego e o espírito empreendedor.” (Delors, 2000)

Vejamos então como a extensão na UFBA está a lidar com a temática do Desenvolvimento. Os entrevistados foram unânimes a afirmar que a realidade ainda está longe do ideal, que as actividades de extensão desenvolvidas pela UFBA de uma forma geral, não têm o Desenvolvimento Local como um dos seus objectivos ou temáticas prioritários.

Segundo Eugénio Lins (em entrevista a 31.3.10), a ACC (Actividade Curricular em Comunidade – ver ANEXO I) na UFBA tem dado alguns contributos:

“Na UFBA existe (a dimensão desenvolvimento na extensão) mas tem de se fazer mais, no entanto algumas ACCs na área da saúde e educação, visam a melhoria da qualidade de vida e a geração de renda. Uma forma de esta dimensão ser promovida nas actividades extensionistas é através dos editais (candidaturas) internos lançados pela PROEX onde estão definidos as directrizes, os critérios e as orientações para a extensão da UFBA.”

Ordep Serra (em entrevista, a 9.4.10) destaca que a dimensão do Desenvolvimento em geral está presente (tal não acontecendo com o Desenvolvimento Local em particular) afirmando que nesse domínio: “A UFBA tem um papel importante na economia, com o sector da indústria, se a UFBA deixasse de apoiar os projectos do governo, das empresas, dos bairros onde está

actualmente, a Bahia entraria em colapso, seria um caos.”

Segundo os entrevistados, para além de existirem poucos programas extensionistas orientados especificamente para a temática do Desenvolvimento, existem poucas reflexões, avaliações e estudos sobre a EU da UFBA neste domínio.

Assim, não basta dizer que a extensão deve apoiar o desenvolvimento, mas sim pensar que tipo de desenvolvimento a universidade e a extensão devem contribuir. Como refere Ordep Serra, na época ditatorial no Brasil (entre a década de 60 e 80) a Universidade promulgava valores de progresso, de modernização e de desenvolvimento, que no mínimo são questionáveis.

Em síntese, conclui-se que é desejável que na definição de uma política de extensão devem participar e estar envolvidos o maior número de actores (professores, estudantes, órgãos de gestão, as diferentes faculdades, etc.) e também serem envolvidos as diversas entidades externas (entidades governamentais, empresas, sociedade civil, comunidades, etc.) de forma a Universidade estar sintonizada com as exigências e reivindicações vindas do exterior, efectivando um retorno social e academicamente relevante.

De acordo com os depoimentos, apesar da extensão da UFBA ainda se encontrar longe do idealizado, refira-se contudo, que a extensão é vista como uma função da universidade, estando inclusive institucionalizada por diversos órgãos (PROEX, Câmara de Extensão, os vários núcleos de extensão, etc.). Em alguns casos, a extensão tem sido um canal para efectivar o compromisso social, constituindo-se até por vezes, como um instrumento facilitador de políticas públicas.

Verifica-se que na UFBA convivem diferentes concepções de extensão, por exemplo nas ACCs (Actividades Curriculares em Comunidade - ANEXO I) está mais presente a concepção de extensão social e académica; a concepção assistencialista está presente nalgumas actividades permanentes promovidas por Faculdades ligadas à área da Saúde; a concepção mercantilista através da prestação de serviços a empresas privadas e públicas como é comum no NEA e na EADM da UFBA. Para além do NEA existem ainda mais 22 núcleos de extensão na UFBA.

Existe na UFBA uma pluralidade de actividades permanentes de extensão (mais de 55) realizadas pelas várias Faculdades (Medicina, Química, Direito; Geociência, Filosofia, etc.), e Institutos e Escolas (Letras, Matemática, Nutrição; Psicologia, Teatro, Dança, etc.) e ainda pelos Centros de Estudos e o Hospital Universitário. A PROEX desenvolve outros programas permanentes de extensão (para mais informação - www.extensao.ufba.br/programas.html).

Das várias práticas de extensão existentes na UFBA, no próximo capítulo analisa-se a ITES, que se trata de uma experiência específica de extensão social e académica direccionada a comunidades desfavorecidas, que contribui para a concretização do compromisso social da UFBA e contribui para o Desenvolvimento Local de comunidades desfavorecidas.

5. A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDEMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (ITES / UFBA)

“ A incubação tecnológica de empreendimentos de economia solidária, mais conhecida devido à experiência das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), constitui uma das maiores inovações introduzidas no âmbito da extensão universitária brasileira nos últimos anos.”

(França Filho, Cunha, 2009a: 726)



Fig. 1.5 - Logótipo da Incubadora universitária da Escola de Administração – ITES / UFBA

Aborda-se neste capítulo a Extensão Universitária enquanto estudo de caso, tomando como referência a ITES/UFBA e analisando-a a partir das suas experiências práticas, da sua metodologia de incubação, de documentos institucionais e da percepção dos actores envolvidos. Posteriormente, analisa-se como a ITES/UFBA através da óptica da economia solidária (EcoSol) assume-se como uma estratégia inovadora para a promoção do Desenvolvimento Local (DL).

5.1 – Origens e percurso

A construção da proposta de intervenção da ITES é resultado do acúmulo de estudos e experiências sobre o tema da economia solidária desenvolvidas pelo Prof. Genauto França Filho²⁰ e por grupos de estudantes que desde 2002 integravam o Bansol e disciplinas curriculares (ACC – ver anexo I) dedicadas á reflexão teórica e experimentação prática da temática. Em 2005 a partir desta aprendizagem desenvolvida por professores e estudantes da EADM, nasce a ITES com o projecto EcoLuzia (na comunidade de Santa Luzia, em Simões Filho, cidade satélite de Salvador da Bahia), assente numa parceria institucional composta por uma tríade: Universidade (UFBA), comunidade (Santa Luzia) e uma empresa pública (a Petrobrás).

²⁰ O coordenador geral da ITES, o Professor Genauto França Filho, é referido nas suas obras académicas pelo seus apelidos França Filho e neste capítulo, referimo-lo pelo seu nome próprio – Genauto - ou pela função ocupada na ITES – coordenador geral da ITES, professor extensionista ou ainda professor-coordenador.

No início a equipa era composta apenas por 5 pessoas (1 coordenador geral e 4 estudantes bolsistas). Actualmente, a incubadora universitária conta com mais de 30 pessoas (1 coordenador geral e 1 coordenador executivo que são ambos professores, 3 técnicos administrativos, 4 coordenadores de equipa e cerca de 21 estudantes bolsistas) envolvidos para além do Eco-Luzia em mais 3 projectos em fase de incubação, situados em contextos e realidades distintas.

Pela disparidade geográfica dos projectos podemos observar que a actividade da ITES não se reduz às comunidades próximas do *Campus* da UFBA - ANEXO I.

Os restantes projectos em execução estão dispersos pelo Estado da Bahia:

- Projecto Ecosmar - situado na comunidade de Matarandiba no município de Ilha de Vera Cruz (RMS de Salvador). Iniciado em 2007 é o 2º projecto da ITES;
- Projecto Ecosamper - situado no bairro de Saramandaia na cidade de Salvador.
- Projecto Renascer - situado na sede do município de Cairu – Cairu-Sede (região do baixo-sul - a cerca de 175 km de Salvador) iniciado em 2009 é o projecto mais recente.

A proposta de incubação da ITES é feita a partir de uma relação de dialogismo e de interacção entre actores da Universidade (professores, técnicos e estudantes) e sujeitos sociais de contextos territoriais específicos (moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes dos poderes públicos e outras instituições locais).

A ITES enquanto metodologia de intervenção na área da Economia Solidária e de Desenvolvimento Local, desenvolve tecnologia social para a criação de trabalho, de actividade económica e para a promoção de desenvolvimento integrado de territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.

A ITES é uma prática de extensão universitária que contribui para algumas das questões prioritárias da sociedade, apontando alternativas e caminhos para um outro tipo de desenvolvimento e um outro modo de funcionamento económico.

A ITES reúne na sua metodologia várias experiências de EcoSol bem sucedidas (como por exemplo o Banco Comunitário inspirado na experiência do Banco Palmas no Ceará e as técnicas de diagnóstico e mobilização comunitários adquiridas em projectos anteriores).

5.2. A Extensão da ITES

A seguinte tabela mostra uma visão global dos vínculos institucionais e da composição organizativa da ITES:

Vínculos Institucionais	<p>A ITES tem vínculos com a Escola da Administração da UFBA (EADM) e com o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS (na EADM).</p> <p>A ITES está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA (PROEX) mas apenas com um dos seus projectos (Ecosmar – Ilha de Matarandiba).</p>
Ensino – cursos de Graduação, pós-graduação e mestrados	<p>Estão envolvidos 21 estudantes, na sua maioria provenientes do curso de Administração da EADM. Todos os estudantes recebem uma bolsa estando na ITES a tempo parcial.</p> <p>Dos 4 coordenadores dos projectos, 3 frequentam ou frequentaram cursos de mestrado</p> <p>Mediante as necessidades dos projectos recrutaram-se estudantes (4) de outras Escolas da UFBA – Comunicação, Informática e Agronomia.</p> <p>O coordenador geral é professor de graduação e pós-graduação da EADM e o coordenador executivo é professor externo de uma universidade do interior do Estado de Alagoas. Com esta universidade existe ainda um convénio que permite que três estudantes estejam inseridos na ITES por um período de um ano.</p>
Prémios e distinções	<p>Projecto Ecosmar em Matarandiba venceu a categoria Promoção do Bem-estar e Humano do 5º Prémio Top Social atribuído pela empresa DOW Química Brasil</p>
Trabalhos e Intercâmbios Académicos	<p>Elaboraram-se até ao momento 7 teses, 1 doutoramento e 2 teses de investigadores de outras Universidades (Espanha e França) e 1 tese em curso (Bélgica).</p> <p>Com uma universidade dos EUA realizaram-se 2 edições de intercâmbio de estudantes e professores.</p>
Recursos financeiros e proveniência	<p>São de diversas origens variando consoante os projectos de incubação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), da Financiadora de Estudos e Projectos (FINEP – Ministério da Ciência e Tecnologia), da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB), da Superintendência Estadual de Economia Solidária (SESOL), do Município de Pintadas, de empresas públicas como a Petrobrás e Chesf, de empresas privadas como a DOW Química e de concursos públicos do Governo Estadual e Federal.
Plataformas e Redes	<ul style="list-style-type: none"> - Rede Brasileira de Bancos Comunitários - SENAES - SESOL - Rede Baiana de Bancos Comunitários (em processo de formação) - PRONINC

Fig. 2.5 - Vínculos institucionais e composição organizativa da ITES - Fonte: elaboração própria

A partir das concepções explanadas no Capítulo 3 e com base nos depoimentos de estudantes e professor da ITES, a Extensão praticada pela ITES resume-se na seguinte figura:

Concepções	Principais Funções	Articulação	Tipos de Acção
Social e Académica	1. Articulação entre a Universidade e Sociedade	<i>Via de mão-dupla</i>	Projectos
	2. Cumprir a missão social da Universidade	Linhas de Acção	
	3. Articulação do ensino	Processual-orgânica	Canais
	4. Articulação da pesquisa	Duração	Formal
	5. Promoção da interdisciplinaridade	Permanente	Informal

Fig. 3.5 – caracterização da extensão da ITES - Fonte: elaboração própria

Na opinião dos seis estudantes entrevistados que compõem as equipas técnicas dos Projectos Ecosmar e Renascer, todos foram unânimes em identificar na ITES a função 1.

Quanto à função 2, foram cinco os estudantes que a mencionaram.

Apenas um estudante referiu a função 4 e outro, a função 5. A promoção da interdisciplinaridade foi mencionado pelo único estudante que não era da área de Gestão.

Já o professor-coordenador referiu que as cinco funções estavam presentes na EU da ITES (tal como consta na figura 3.5).

Ao contrário do professor *extensionista*, nenhum dos seis estudantes respondeu afirmativamente sobre a função 3: articulação do ensino.

Genauto, coordenador geral da ITES, explica-nos porque não considera as funções - transmissão de conhecimentos e prestação de serviços. A primeira por “a ITES ser um processo de dialogismo” e a segunda porque, na sua opinião “é o que a ITES evita, pois o nosso trabalho é muito mais do que uma mera consultoria”. Os estudantes, por sua vez, referiram que a ITES prestava assessoria às pessoas da comunidade e não aos financiadores dos projectos, por isso não a consideraram como uma função.

Para os seis estudantes, as actividades de EU são fundamentais para o processo de formação-ensino, sendo “uma obrigação da Universidade promover essas actividades”. Para os estudantes a ITES tem uma proposta inovadora e avançada e as suas actividades de EU são ainda mais importantes na Escola de Administração (EADM) e num curso como o de Administração (Gestão) por serem raras as oportunidades de um estudante da EADM poder contactar com públicos que não os ligados às empresas e isso beneficia-lhes, ao oferecer-lhes um contacto e vivência com realidades diferentes e uma aplicação muito prática do curso, dos conteúdos teóricos e das ferramentas de gestão.

O professor-coordenador (em entrevista a 26.4.10) tem a mesma opinião ao mencionar que a

incubadora enriquece e amplia as experiências trazidas para dentro da Universidade, bem como cria novas modalidades e ferramentas de gestão para organizações comunitárias:

“ Para uma Escola de Administração, o facto de se ter de pensar modalidades de gestão e criar conhecimento de base tecnológico apropriados a realidades específicas de organizações que não são empresas é uma inovação (...) Inovamos também no campo das práticas socio-económicas com a criação de modalidades e formas de organização muito singulares como o BCD, no campo socio-político trabalhamos no desenvolvimento de pólos e propostas de auto-organização como o FDC [Fórum de Desenvolvimento Comunitário] (...) a ITES aprofunda uma relação multi-polar da articulação do professor com o aluno em diferentes níveis, na graduação, no mestrado, doutoramento, mais a do técnico com o morador do bairro, desde a radicalização da relação professor-aluno, professor-morador, morador-aluno. Existe uma riqueza do ponto de vista das práticas fantástica.”

Para o professor-coordenador, a função 3 - articulação da extensão com o ensino – está presente na ITES porque muitas das práticas e experiências realizadas no terreno podem ser transpostas para a sala de aula, ocorrendo também o movimento inverso dado existirem muitas actividades de formação nas comunidades. Para Genauto, a ITES articula o ensino porque é uma actividade pedagógica, de aprendizagem constante e permanente através das partilhas que se estabelecem com a comunidade. Quanto à articulação com a pesquisa (função 5), esta está presente na ITES principalmente, na parte do diagnóstico de consumo e produção local (socioeconómico) e no levantamento realizado sobre a identidade e cultura de comunidade.

Estudantes e professor estão de acordo com o facto da dimensão da indissociabilidade extensão-pesquisa na ITES ainda não estar a ser realizada na sua plenitude. Todos identificam a sua existência mas sublinham que esta só acontecerá “quando conseguirmos transformar o manancial fabuloso das práticas e conhecimentos que a gente tem, vindos da extensão, em actividades de pesquisa e vice-versa.” (Genauto, 26.4.10).

De acordo com os depoimentos, a ITES actualmente não aproveita o potencial enorme de pesquisa e de tecnologia social produzida, por não conseguir sistematizar e conciliar as actividades de extensão com as de pesquisa e vice-versa, devido à sobrecarga do trabalho no terreno e falta de “fôlego” (tempo).

Quanto aos canais, como vimos eles podem assumir duas formas, formais e informais: no projecto de Ecosmar - Matarandiba a solicitação foi feita formalmente pela empresa DOW Química directamente à PROEX da UFBA que depois encaminhou o projecto para a ITES. Desta forma o Ecosmar é o único projecto que está vinculado à PROEX. Os restantes projectos surgiram via canais informais, ou seja, os financiadores ou os proponentes dos projectos entraram em contacto directamente com o Coordenador Geral da ITES.

Destacamos mais 3 pontos que ajudam a compreender a Extensão na ITES: (1) A inserção permanente, a *via de mão-dupla*; (2) A teoria e a prática e os contributos da Extensão; (3) o impacte no Desenvolvimento Local e a valorização de recursos endógenos

(1) A inserção permanente e a *via de mão-dupla*

As actividades *extensionistas* da ITES têm uma duração permanente. O facto de as equipas estarem permanentemente na comunidade facilita a construção de uma relação próxima, afectiva e baseada na confiança entre as equipas técnicas e as pessoas da comunidade. As visitas semanais efectuadas (por exemplo no projecto Ecosmar 2 a 3 dias por semana e no Projecto Cairu uma vez por semana devido à distância) alicerçam o envolvimento da equipa com a comunidade e vice-versa.

Outro aspecto a realçar é a *via de mão dupla*. É incentivada a participação das agentes locais²¹ a partilharem a sua experiência e conhecimento nas salas de aulas com os estudantes da EADM, em congressos e seminários promovidos pela ITES e nos mais diversos locais. A relação é de diálogo e de aprendizagem constante entre ambas as partes, baseada numa relação *win-win*. Estas duas dimensões são importantes para se alcançar a necessária autonomia e emancipação dos moradores e agentes locais.

Nem sempre estes dois aspectos (a duração e o tipo de articulação) são acautelados conduzindo ao fracasso de vários projectos como tem acontecido em projectos antecessores à ITES nas comunidades de Matarandiba e Cairu (o mesmo acontecendo no Projecto EcoSamper no bairro de Saramandaia) que não obtiveram sucesso nem continuidade.

A Extensão praticada pela ITES aproxima-se muito do conceito de “comunicação” utilizado por Freire (1977) pois entre os membros da incubadora e da comunidade estabelecem-se interacções baseadas no diálogo e reciprocidade. A incubadora tem o propósito de actuar no plano da conscientização, da autonomia e *empowerment* dos moradores assente num processo de reflexão-acção que levem estes a transformar a sua própria realidade.

Nesse sentido, o investimento da ITS na vertente da formação intensiva nas temáticas de EcoSol, Associativismo, Gestão de Empreendimentos de EcoSol, etc., ocupa especial importância neste processo de capacitação e autonomia, para que progressivamente, os

²¹ Utilizamos o termo agente local usado pela ITES, referente ao morador de uma dada comunidade onde está a ser desenvolvido o projecto e que está directamente ligado a este recebendo para o efeito uma bolsa ou remuneração. Estão incluídos nestes casos os moradores que são agentes de crédito (trabalham no BCD) e as agentes do infocentro. Os restantes moradores da comunidade referimo-nos apenas como moradores (podendo ou não pertencer ao projecto e à rede, a empreendimentos locais de economia solidária ou a associações locais.

moradores vão actuando de forma autónoma e melhorando a realidade da sua própria comunidade. A título de exemplo no projecto Ecosmar, só nos primeiros 17 meses de projecto ocorreram inúmeras horas de formação divididas por 12 oficinas de reestruturação associativa; 24 em associativismo, 12 em economia solidária e 24 em Informática.

Na visão do coordenador, os benefícios são mútuos, para a incubadora e pela acção que esta é capaz de causar na vida das pessoas, mudando literalmente a vida destas segundo os depoimentos que recebem por parte dos moradores.

Na opinião dos agentes locais e dos moradores mais directamente envolvidos no projecto, é feita uma avaliação muito positiva da equipa técnica, referindo-se que os estudantes respeitam e valorizam as pessoas e que o apoio prestado é excelente.

Para Barbara Nazaré (35 anos e vice-presidente da ASCOMA – Associação Comunitária de Matarandiba - e agente local no BCD Ilhamar) as equipas da ITES “ajudaram a aumentar a auto-estima da comunidade. Aprendemos com eles como fazer melhor e é muito rico ter a presença deles”.²²

Para Rosângela Tigre (29 anos, agente local do Infocentro – Infomar e responsável pelo departamento de meio-ambiente da ASCOMA) nem toda a comunidade sai beneficiada, apenas as pessoas que estão mais envolvidas e que participam mais activamente: “as pessoas que são activas conseguem progredir mais e obter mais benefícios, mas a maioria não tem essa percepção, só querem participar quando têm benefícios imediatos e sem fazer muito esforço.”

Já Camila Rocha (22 anos e agente local do BCD Ilhamar) é a única que refere que é a comunidade que aprende mais. No entanto, para Bárbara, Rosângela e Adelaide, os técnicos/estudantes também aprendem bastante sobre a cultura e a realidade local, convivem com pessoas diferentes da cidade, e que a troca que se estabelece ajuda-lhes na sua parte académica.

Adelaide Santiago (46 anos, ocupa o cargo de Comunicação na Direcção da ASCOMA) acrescenta que a definição dos rumos e das decisões é feita em conjunto: “É uma troca de aprendizagem, nós aprendemos e eles connosco. É uma aprendizagem para os estudantes que se estão a formar, estão a trazer a teoria deles e a comunidade a pôr em prática no dia-a-dia.”

Neide, 33 anos, é uma das 4 agentes de crédito do Banco Comunitário Casa do Sol em Cairu e revela-nos o que aconteceu antes da chegada da ITES e o que a torna distinta:

²² Série de entrevistas realizadas a membros da ASCOMA (Associação Comunitária de Matarandiba) e agentes do Projecto Ecosmar: Barbara Nazaré, agente de crédito do Banco Ilhamar; a 25.3.10, a Camila Rocha, agente de crédito do Banco Ilhamar, a 15.4.10; a Rosângela Tigre, agente do Infocentro Infomar, a 15.4.10; a Adelaide Santiago, comunicação da ASCOMA, não é agente local, a 16.4.10.

Do projecto Cairu foi entrevistada Neide, agente local (agente de crédito do BCD Casa do Sol) a 18.4.10.

“ Muitos projectos anteriores não vingaram, alguns eram da Petrobrás e outros de associações de fora. Este é diferente, devido à dedicação e apoio da equipa da ITES, eles estão sempre prontos a ajudar-nos. Hoje o que fazemos é por amor, fazemos o trabalho com gosto. Eu participei em cada tijolinho e sinto-me útil. Eu antes estava desempregada. (...) Eles (ITES) levam a gente para fora para participar e conhecer os outros bancos comunitários, já participei num Seminário na Escola de Administração da UFBA. Por mim o projecto não acabava nunca mais. (...) Ainda não somos capazes de tocar o banco para frente sozinhas, ainda precisamos do apoio.” (entrevista a Neide dia 18.4.10)

As entrevistadas são unânimes a referir que ainda precisam de maior capacitação e da orientação das equipas técnicas, afirmando no entanto que têm sido preparadas para num curto prazo de tempo poderem actuar autonomamente. Afirmam que as decisões são em conjunto e sempre que há algo novo é decidido em grupo com o apoio da ITES. Sublinham que a comunidade ainda não se sente preparada para caminhar autonomamente.

Neide também afirma que nem ela nem as outras três agentes de crédito do BCD Casa do Sol (Projecto Renascer em Cairu) se sentem preparadas para actuar de forma autónoma.

Os estudantes das equipas técnicas de Cairu e Matarandiba,²³ referem que é difícil medir o nível de aprendizagem mas acreditam que o processo de aprendizagem acontece tanto para estudantes como para a comunidade pois este baseia-se numa troca e numa partilha conjunta. No entanto, os estudantes de Cairu reconhecem que a troca é desigual e quem beneficia mais é o agente externo:

“ Como equipa técnica nós temos a compreensão de todo o propósito da proposta, a comunidade tem uma leitura partida, desestruturada e desagregada do projecto. Isso não dá à comunidade a mesma capacidade (...) nem todos as pessoas da comunidade conseguem acompanhar, existem aquelas que conseguem mas só as que estão mais envolvidas desde o início (...) No trabalho de campo vemos as nossas fragilidades e que muitas vezes o equívoco está do nosso lado, no nosso modo como planeamos ou como intervimos que não é o mais adequado, como aconteceu na preparação do FDC lá em Cairu. A relação da ITES é mais democrática, na forma de lidar com as pessoas da comunidade, a natureza do trabalho da ITES não é de uma relação de cima para baixo, nem que o conhecimento académico é o centro do mundo e que é levado para a periferia, e isso é um elemento agregador e de consenso da ITES com as comunidades” (Ademário, a 20.4.10)

É curioso notar que na perspectiva das agentes locais e de uma moradora a aprendizagem é

²³ Para obtermos a percepção dos estudantes, realizou-se uma entrevista conjunta a 3 dos 6 estudantes da equipa técnica de Matarandiba no dia 16.4.10 (George - responsável pelo BCD e assessoria à ASCOMA; Maurício - infocentro; Samayk - transporte e outros assuntos da ASCOMA) e uma entrevista conjunta a 20.4.10 com o coordenador do projecto de Cairu (Ademário) e com a totalidade dos 3 estudantes de Cairu (George e Elenita - articulação com as agentes locais do BCD e Eduardo - pesquisa/mapeamento). George integra as equipas técnicas dos dois projectos em simultâneo.

mútua mas na sua opinião é a comunidade quem sai mais beneficiada, enquanto na leitura dos estudantes, são eles que retiram uma maior aprendizagem neste processo de *via de mão dupla*, devido à sua preparação e conhecimento de toda a estrutura e dinâmica do projecto, o que lhes confere uma maior capacidade de aproveitamento do processo de aprendizagem.

Todos acreditam que o seu trabalho ajuda muito as pessoas da comunidade a desenvolverem-se e a serem mais autónomas. Segundo eles o trabalho de campo obriga-os a adaptarem-se, a serem versáteis e a buscar constantemente soluções e estratégias novas para ir de encontro às pretensões da comunidade.

Devido ao facto da Extensão da ITES ter uma inserção permanente e contínua nas comunidades, a incubadora consegue potenciar uma aprendizagem mútua e construir uma emancipação e autonomia dos moradores de forma mais consistente. A *via de mão dupla* significa a construção de um diálogo em que ambos os pólos (Universidade e Comunidade) saem beneficiados de um processo de aprendizagem que é mutuamente recíproco, sem que nenhuma das partes se aproprie ou se imponha à outra na relação que estabelecem.

(2) A teoria e a prática e os contributos da extensão

Os projectos *extensionistas* da ITES possibilitam uma experiência que permite reflectir, vivenciar e solidificar os pressupostos e os fundamentos teóricos de Ecosol, de Desenvolvimento Local, de auto-gestão, de solidariedade, de cooperativismo e de associativismo. Segundo Genauto (a 26.4.10), a imersão na realidade ajuda a comprovar e a aperfeiçoar todo o artefacto metodológico que inspira a actuação da incubadora:

“ Não tenho a menor dúvida que a incubadora ajudou a prática de economia solidária, é radicalmente uma prática e experiência de EcoSol. que a gente realiza, uma imersão fantástica do conceito para a prática, é interessante observar com serenidade quais são os avanços e os limites desse processo, você sai de um terreno muito especulativo no campo teórico como o é o da Economia Solidária e você vai criar no terreno e conhecer muito mais a fundo a realidade...”.

Na opinião dos estudantes a prática permite apreender e testar os conceitos teóricos presentes na metodologia, de aprender continuamente o que lhes tem ajudado na sua vida académica e permite-lhes um desenvolvimento a nível pessoal e profissional obtendo com a ITES uma mais-valia curricular, principalmente no mercado de trabalho destas áreas específicas.

Estes depoimentos confluem com a opinião de Heckert (2004) quando a autora refere que as incubadoras universitárias ocupam um papel central no fomento de “transformações na

sociedade e também mudanças na própria Universidade, tais como, a explicitação de novos paradigmas e conceitos, a priorização de temáticas e de conteúdos não habituais aos currículos dos diversos cursos, a transposição da linguagem da academia para o setor popular, o desenvolvimento de metodologias e procedimentos pedagógicos específicos”.

Outro ponto mencionado pelos estudantes foi o de precisarem de uma maior formação e preparação para a realização das actividades *extensionistas*. Referem que os agentes externos que executam este tipo de trabalho de campo, se sentem sempre despreparados, como no caso de Elenita (em entrevista a 20.4.10), que já tem 3 anos e meio de experiência com a participação em três projectos da ITES, mas continua a sentir dificuldades sempre que vai a campo: “A extensão é exploratória, é muito trabalho empírico, de ir e fazer mas mesmo quem trabalha nesta área precisa de orientação, de acompanhamento e formação pois temos de lidar com problemas complexos e diversos, com conflitos pessoais, com a vida das pessoas”.

Esta foi precisamente uma dificuldade que Eugénio, Ordep e Horácio identificaram na UFBA, alertando que tanto estudantes como professores deveriam receber uma maior preparação para uma melhor intervenção. Já o coordenador geral referiu que na EADM existem poucos professores com especialização nestas áreas, e se tal não acontecesse, haveria mais recursos humanos para a integração dos estudantes e para o acompanhamento do trabalho de campo.

No entanto, observamos que o reverso desta situação conduz a que os estudantes obtenham uma maior vivência, experiência e liberdade de acção. Como exemplo ilustrativo temos a construção conjunta dos estudantes com a comunidade do Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) ²⁴ e do Fórum de Desenvolvimento Comunitário (FDC) ²⁵ de Matarandiba e Cairu.

A implementação do FDC colocou bastantes desafios aos estudantes, à comunidade e à própria ITES. Erguer conjuntamente uma estrutura sociopolítica como um FDC detém em si mesmo, um potencial enorme de aprendizagem (conceitual, experimental, metodológica, etc.) para todos os envolvidos.

Devido às condicionantes do local e de cada projecto variarem, por exemplo no que respeita ao tempo de preparação e maturação do FDC que foi diferente nos dois projectos, exigiu por parte das equipas técnicas, uma maior flexibilidade, criatividade e o recurso a novas abordagens de dinâmica de trabalho para ultrapassar os obstáculos que se lhes iam deparando.

²⁴ Sobre a temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento sugere-se a leitura de França Filho e Jeová Silva Júnior (2009) e Ósia Passos (2007) indicados na bibliografia. Ver ainda ANEXO N.

²⁵ Sobre a importância do FDC – veja-se França Filho (2007) onde o autor destaca a importância das redes e fóruns dentro do movimento da Economia Solidária no Brasil. Para mais informação sobre o FDC veja-se ANEXO O.

(3) O impacto no Desenvolvimento Local e a valorização dos recursos endógenos

Para a ITES o Desenvolvimento Local deve ser endógeno, buscando-se as soluções na própria comunidade através do apoio que incubadora presta no processo de auto-organização e reorganização das economias locais e na criação e gestão pela comunidade de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) que formarão a rede local. Para Genauto, a base conceptual de Desenvolvimento Local na ITES está pensada a partir da óptica da Economia Solidária:

“ Na ITES usamos um conceito de desenvolvimento mais endógeno, que articula a dimensão desenvolvimento sectorial de um território à ideia de uma outra organização económica, onde a sustentabilidade é vista a partir da transversalidade na acção e na articulação das múltiplas dimensões (sociais, políticas, económicas, etc.). A grande utopia e ideal da incubadora é imaginar um território que funda o seu desenvolvimento numa lógica de organização económica, tentando construir mecanismos, de desenvolvimento territorial onde a dimensão mercantil não ocupe a centralidade, ela existe mas não é a primordial. A proposta passa pela ideia de economia plural. Aqui reside a diferença e a base de um processo de transformação duradouro e de longo prazo, pois um sistema só muda transformando o modo de viver, de trabalhar, de produzir e fazendo conviver esses modos com outros modos diferentes, criando mecanismos institucionais, quadros legais, etc., que permitam que um sistema não engula ou subordine o outro, reconhecendo e valorizando modos diferentes de fazer.” (entrevista a Genauto, dia 26.4.10)

O impacto que a ITES se propõe num processo de DL reside sobretudo em alcançar entre outros estes três aspectos: o processo de emancipação das pessoas (a nível individual e colectivo); a reorganização da actividade económica do local assente na transversalidade e articulação de múltiplas dimensões e; o término da reprodução dos ciclos de pobreza a partir do apoio à organização, articulação e desenvolvimento de iniciativas (económicas, sociais, políticas, etc.) de base colectiva e de índole comunitária.

Veja-se a perspectiva de um dos financiadores ²⁶ de um dos projectos da incubadora sobre a forma de actuar da ITES:

“ A CHESF (empresa pública de electricidade) chegou à conclusão que não basta dar os recursos, se as comunidades não estão capacitadas e preparadas para trabalhar em grupo, todo o investimento com o passar do tempo e com a saída dos agentes de desenvolvimento perde-se. Procurámos a ITES em busca de uma lógica de pensar diferente e mais a longo prazo”

²⁶ Intervenção de Paulo Fonseca, colaborador e responsável na CHESF pelo financiamento ao projecto Saramandaia / Pernambuco, num seminário da ITES para os estudantes da UNIJORGE, em Salvador, a 7.4.10.

5.3 Especificidades de uma Incubadora Universitária de Economia Solidária e de Desenvolvimento Territorial

A ITES é uma ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. As ITCPs são organizações de disseminação de Extensão Universitária voltadas para a Economia Solidária. A maioria das incubadoras (63%) estão vinculadas a Pró-Reitorias de Extensão ou estruturas similares nas Universidades, 22% estão vinculadas a departamentos e a faculdades, 9% a núcleos/institutos e centros de pesquisa e os restantes 6% a programas de pós-graduação. As equipas técnicas são formadas maioritariamente por estudantes (63%) e por professores (23%) da graduação; estudantes (9%) e professores (3%) da pós-graduação e os restantes 2% são assistentes administrativos. Estes provêm de várias áreas das ciências sociais e humanas, com destaque para gestão, economia, serviço social, psicologia e educação. (PRONINC, 2007a: 18).

A incubação de cooperativas populares difere da incubação empresarial, essencialmente por se dirigirem a indivíduos ou organizações populares em territórios com alta vulnerabilidade e exclusão social. A incubação universitária é mais recente e actualmente já existem no Brasil mais de 130 incubadoras com mais de 300 experiências realizadas (França Filho, Cunha, 2009 b).

A ITES por sua vez é uma incubadora que difere das ITCPs pela sua metodologia, ao priorizar a incubação de empreendimentos em rede. As ITCPs por norma incubam cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária de forma isolada e não articulada entre os EES incubados.²⁷

Segundo o PRONINC apenas 2% dos destinatários da incubação são redes ou estruturas similares, incluindo-se neste campo de incubação os destinatários da ITES:

Forma de Constituição dos Empreendimentos apoiados pelas ITCP's	Total
Associações	14%
Cooperativas	38%
Grupos Informais	45%
Micro-empresa Autogestionária	1%
Instância de Intercooperação (Redes, Centrais, articulações p/ o consumo ético e solidário)	2%
Total	100%

Quadro 1.5 - Constituição dos empreendimentos apoiados pelas ITCP's

Fonte: site PRONINC (acesso a 6.8.10) – dados relativos a 2005

As ITCPs geralmente actuam no campo da Economia Solidária. Nesse âmbito a ITES é

²⁷ Sobre as especificidades e diferenças entre as ITCPs e incubadoras empresariais, bem como a distinção entre as ITCPs e a ITES/UFBA - veja-se Eduardo Vivian da Cunha (2008).

uma organização de segundo nível, categoria que reúne as entidades de apoio e de fomento (EAF) que se dedicam à assessoria dos empreendimentos económicos solidários (EES).

De acordo com França Filho (2007), tais entidades podem ser ONGs ou estruturas organizativas criadas no seio de universidades, ligadas a centros de pesquisa ou programas de extensão ou ainda, serem estruturas de coordenação de redes. O papel das EAF²⁸ é fortemente marcado pelo carácter de mediação social e são co-responsáveis, ao menos temporariamente, do processo de gestão dos EES, com vista à consolidação da sua sustentabilidade e perenidade.

5.4 – A metodologia de Incubação de Redes Locais de Economia Solidária

Para se compreender o que trata a incubação de redes de empreendimentos de economia solidária, a apresentação do conceito de rede de economia solidária²⁹ é fundamental para se entender os fundamentos teóricos que compõem a acção da ITES.

Assim, uma rede de economia solidária significa:

“uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações económicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza:

- permitir a sustentabilidade dos empreendimentos/iniciativas de economia solidária em particular;
- fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo de desenvolvimento.” (França Filho, 2008: 224)

As redes de economia solidária podem ser vistas como uma estratégia complexa de cooperação para o Desenvolvimento Local, constituindo circuitos próprios de comercialização e

²⁸ Para França Filho (2007) existem 4 categorias ou níveis de organizações, actores ou instâncias organizativas que compõem o campo da Ecosol no Brasil. Assim, nas organizações de 1º nível estão os empreendimentos económicos solidários (o conjunto de experiências e iniciativas como os bancos populares, os bancos comunitários de desenvolvimento, as cooperativas, os clubes de troca, o comércio justo, banco do tempo, etc.). No 2º nível as EAF como a ITES. Na 3ª categoria constitui-se quase que exclusivamente de formas de auto-organização política, ilustrada pelas redes e fóruns de economia solidária, como por exemplo um FDC. O 4º nível é representado por uma nova institucionalidade pública de Estado, que está a construir políticas públicas de economia solidária em governos municipais ou estaduais (gestores de políticas públicas de EcoSol, a Secretaria Nacional para a Economia Solidária (SENAES) e uma série de outras instâncias políticas do Estado (secretarias, directorias ou departamentos).

²⁹ Não entramos na discussão do conceito de economia solidária por limitação de espaço por isso recomenda-se as seguintes publicações para uma melhor compreensão sobre o tema: Laville, *et al.* (org.) (2004) sobre a Ecosol na Europa; Laville e Gaiger (2009) sobre os princípios da EcoSol e a sua contextualização histórica; França Filho e Laville (2004) abordam a EcoSol numa perspectiva internacional e Ósia Passos (2007) aborda a temática das finanças solidárias no Brasil e em particular dos bancos comunitários (do Banco Palmas e do Banco Bem).

produção, redesenhando um outro modo de funcionamento e de regulação económica, propondo modos alternativos de gestão com a combinação de diferentes lógicas económicas, como por exemplo, a “construção conjunta da oferta e da procura” (França Filho 2007: 160).

As redes de economia solidária enquanto plataforma de DL, envolvem iniciativas associativistas, cooperativistas e moradores de um determinado território. As redes possibilitam a construção conjunta da oferta e da procura em função das necessidades reais locais. Isto é, a construção dos EES que vão fazer parte da rede (a oferta), são constituídos e geridos pela comunidade de forma a trazerem soluções para os problemas e necessidades do local (a procura). Para a gestão desses empreendimentos, a ITES assessoria e capacita os moradores com módulos de formação em associativismo, em EcoSol, em auto-gestão, em cidadania, etc.

- A concepção de Desenvolvimento Local na ITES

A concepção de Desenvolvimento Local na ITES assenta numa perspectiva de valorização endógena, buscando-se as soluções no próprio bairro e com os moradores como principais protagonistas na busca de soluções para as necessidades locais.

A rede local de economia solidária compõe um processo envolvendo diversas iniciativas de empreendimentos de economia solidária, entre formas sócio-produtivas e sócio-organizativas mas também as iniciativas de natureza sócio-cultural, sócio-política e sócio-ambiental. (França Filho, Cunha, 2009b: 227).

Estas iniciativas são muito ricas na sua variedade. A criação de bancos comunitários de desenvolvimento, as cooperativas de consumo, os clubes de trocas ou as hortas comunitárias são exemplos de formas sócio-produtivas e sócio-organizativas, a criação de associações juvenis ou culturais ou ainda os fóruns de desenvolvimento comunitário são exemplo de sócio-culturais e sócio-políticas.

Assim que vão sendo constituídos, os vários empreendimentos vão sendo articulados e integrados em rede. A sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária, e do próprio processo de DL, não é analisada apenas a partir da perspectiva económica, mas através da articulação que se estabelece entre 5 dimensões de análise, tais como, o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental num dado território (França Filho, Santana Júnior 2007: 8).

Para além do atributo da valorização dos recursos endógenos, a abordagem multi-dimensional da ITES constitui um dos atributos enumerados por Amaro (2008: 111) num processo de DL.

- Desenho da intervenção

Em todos os projectos da ITES existe uma similitude nas formas de intervenção. Os projectos Ecosmar (Matarandiba) e Renascer (Cairu) que analisaremos de seguida seguem a mesma estrutura utilizada no primeiro projecto Eco-Luzia iniciado em 2005.

Resumidamente, são três as etapas para se ter um processo de incubação completo ³⁰:

Etapa 1: Diagnóstico e planeamento do processo de construção da rede de economia solidária, com a constituição das primeiras iniciativas em fase experimental;

Etapa 2: Implantação da rede de economia solidária, através da constituição e funcionamento dos empreendimentos e iniciativas;

Etapa 3: Consolidação das iniciativas e expansão da rede.

No decorrer destas três etapas ocorrem simultaneamente quatro eixos de intervenção: a formação, a pesquisa, o planeamento e a experimentação.

A formação é constante e visa minimizar os *deficits* educacionais do público incubado cuja concepção é pensada em diferentes níveis: capacitação técnica e profissional para a gestão de iniciativas de economia solidária e em rede; e formação geral em cidadania, em associativismo (visando o reforço do associativismo local) e em economia solidária. A formação abrange em simultâneo a dimensão de sociabilidade e a de gestão do conhecimento, na construção de uma cultura do trabalho democrático e autogestionário. Existe ainda um processo de sensibilização e mobilização da comunidade local não só para a formação como para a realização da pesquisa.

A pesquisa visa obter um conhecimento acerca da realidade local necessário à construção da rede. É um diagnóstico do contexto sócio-económico e dos aspectos histórico-culturais do território. Consiste num levantamento sócio-económico da produção, serviços e consumo local, para posteriormente projectar-se a rede a ser constituída, indicando-se as iniciativas ou empreendimentos a serem criados ou fortalecidos.

O planeamento concretiza a ideia de reorganização das economias locais como fundamento de uma outra economia e de uma concepção sustentável-solidária de desenvolvimento. Além de apontar a rede a ser criada tem também como intuito criar um planeamento estratégico de desenvolvimento local (um plano estratégico de desenvolvimento comunitário ou territorial).

A experimentação constitui-se na vivência e na prática de princípios, valores e procedimentos da economia solidária, por meio de empreendimentos que podem ser

³⁰ Sobre o desenho da intervenção da ITES veja-se França Filho e Vivian da Cunha (2009a) e (2009b). No caso específico do projecto Eco-Luzia em Simões Filho recomenda-se a leitura de Eduardo Vivian da Cunha (2008) -- Incubação de redes de economia solidária: limites e possibilidades de uma metodologia de intervenção para o desenvolvimento local – o caso Eco – Luzia.

estabelecidos antes mesmo da conclusão da pesquisa e do planeamento. A experimentação fortalece o processo de formação e permite uma apropriação da ideia de rede pela comunidade.

Metodologicamente, a construção da rede dá-se a partir da construção de um Centro Associativo de Economia Solidária (CAES) que engloba os 4 pilares da rede, tais como, uma associação ou entidade local representativa, um infocentro, um banco comunitário de desenvolvimento (BCD) e um núcleo cooperativo.

Um destaque especial é atribuído ao papel dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) e a implementação de moedas sociais, enquanto dispositivos de finanças solidárias. O BCD tem sido um dos principais factores de inovação e diferenciamento em matéria de tecnologia social desenvolvido pela incubadora universitária. (ver ANEXO N).

Igualmente os Fóruns de Desenvolvimento Comunitários (FDC) detêm especial importância por articularem e integrarem as dimensões sócio-económicas com a dimensão sócio-política nas comunidades. É um espaço de auto-organização política, de decisão comunitária por excelência, onde se discute os destinos e rumos da comunidade. (Anexo O)

A intervenção da ITES segue uma metodologia de actuação similar para todos os projectos, sendo fácil a sua replicação e adaptação mediante as necessidades específicas de cada comunidade ou características do local. Por imperativos dos próprios projectos (a duração, o montante de financiamento, as solicitações da comunidades, os resultados esperados, as infra-estruturas existentes, etc.) e das especificidades de cada contexto local, existem adaptações e actividades que estão mais desenvolvidas e aprofundadas nuns projectos do que noutros.

No caso de Cairu, o projecto tem uma duração menor (18 meses para a realização da Etapa 1) e a constituição do BCD assume a centralidade do projecto. Pela duração e financiamento do projecto, na formação foi descurada o reforço do associativismo local. Já o projecto Ecosmar segue mais fielmente o desenho de intervenção acima apresentado.

O aspecto inovador destes dois projectos em relação aos demais projectos da ITES é a implementação do FDC nas duas comunidades. No momento de redacção desta dissertação, estes ainda encontram-se em execução. Quando implementados, serão um instrumento importante na articulação dos vários EES que compõem a rede local de economia solidária.

5.5 – Contextualização do Projecto ECOSMAR e do Projecto CAIRU

Neste subcapítulo abordamos o 2º projecto da ITES (Ecosmar – Matarandiba) e o projecto mais recente da ITES (Renascença – Cairu).

5.5.1 Projecto ECOSMAR – Ilha de Matarandiba

- Introdução e Antecedentes do projecto

Em 2006 a comunidade de Matarandiba mobiliza-se e cria o seu Conselho Consultivo para organizadamente reivindicar junto da empresa DOW Quimica (que opera na ilha de Matarandiba) uma compensação pelos prejuízos ambientais e económicos derivados da actuação desta no local. Simultaneamente é reactivado o centro Comunitário de Matarandiba, dando origem à ASCOMA (Associação Comunitária de Matarandiba).

No âmbito dos seus programas de Responsabilidade Social, a DOW contactou a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA para que esta desenvolve-se um projecto na região. A PROEX indicou a ITES e em Agosto de 2007 nasce projecto Ecosmar.

Conta-nos José Mario Silva (23 anos e presidente da ASCOMA) que a comunidade sempre teve um histórico de mobilização e participação comunitária reduzida e que a associação anterior à ASCOMA estava inactiva e pouco estruturada, levando a que a DOW reduzisse os donativos à comunidade e à associação. Quando a ITES chegou existia uma descrença e desconfiança geral por parte da comunidade face à equipa técnica que foi desaparecendo no decorrer do projecto.

- Objectivos do projecto

O projecto visa promover o Desenvolvimento Local sustentável da vila de Matarandiba através da criação de emprego e de rendimentos, tendo por base a criação de empreendimentos colectivos solidários voltados para a produção, consumo e gestão de serviços públicos locais tendo em vista resolução dos problemas locais através da institucionalização de uma rede local de economia solidária.

As actividades desenvolvidas passam pela criação de oferta de serviços voltados para a melhoria da infra-estrutura local, de produtos necessários ao consumo diário e activando um circuito de comercialização entre produtores e consumidores com os recursos locais existentes.

A criação da rede de economia solidária passa pela constituição de um conjunto de iniciativas colectivas solidárias, voltadas para o fortalecimento do tecido sócio-económico, onde estão também presentes as dimensões de organização política (via fortalecimento do associativismo local), de coesão social (via fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores), de afirmação cultural (via resgate das tradições e memórias da sua própria história), de preservação ambiental (preservando o ecossistema local), de dimensão educativa e formativa

(via uma maior organização e reforço do tecido associativista e de um empowerment individual e colectivo) e de gestão do conhecimento (via apropriação de novas tecnologias de informação).

- Actividades ³¹

O projecto após finalizar as três primeiras fases, está no momento em que decorre esta dissertação, a iniciar a sua 4ª fase.

A 1ª fase, que coincide com o início do projecto, compreendeu diversas actividades realizadas entre Agosto de 2007 e Abril de 2008, tais como:

- Realização da pesquisa Histórico – Cultural (resgate da memória da história cultural, social e económica da vila),
- Mapeamento Sócio – Económico (diagnóstico do consumo e produção locais),
- Fortalecimento do Associativismo Local (apoio na legalização da ASCOMA e na formação do seu Conselho Gestor),
- Formação em Associativismo e Economia Solidária,
- Constituição do Infocentro Comunitário INFOMAR (fomentar a inclusão digital com instalação de oito computadores com internet e com acesso a serviços de informática básica (utilização, pesquisa, elaboração de documentos, cursos de informática, de manutenção e reparação de equipamentos, formação de três agentes locais que assessoriam os moradores),
- Constituição e inauguração do Banco Comunitário de Desenvolvimento ILHAMAR – (Seleção e capacitação de dois agentes locais de crédito; intercâmbio formativo com agentes locais de BCDs de outros projectos da ITES; definição das linhas de crédito e preparação da oferta de micro-crédito solidário (consumo, produção, reformas habitacionais e para jovens), criação da moeda social (Concha).

A 2ª fase do projecto, compreende o período de Maio de 2008 a Fevereiro de 2009. Nesta fase fortaleceu-se e reforçou-se os EES criados e capacitou-se os agentes locais para gerirem os mesmos. Foram assim cumpridas as seguintes actividades neste período:

- Formação do Grupo de Artesanato de Matarandiba – Artsoma (formação e capacitação de mulheres para produção de artesanato)
- Produção Agroecológica de Alimentos (formação e capacitação técnica em Agroecologia e produção experimental de alguns produtos agrícolas)
- Constituição e legalização da Associação Sócio Cultural de Matarandiba – Ascomat - com o objectivo de preservar e resgatar manifestações culturais locais

³¹ Fonte: ITES / UFBA (2008 a; 2009 a; 2009 b) - relatórios finais da 1ª, 2ª e 3ª fase do projecto ECOSMAR.

A 3ª fase iniciou-se em Março de 2009 e encontra-se na sua fase de conclusão ainda durante o 2º semestre de 2010. Foram até ao momento concluídas as seguintes actividades:

- Início da criação da rede de economia solidária de Matarandiba,
- Fortalecimento da actividade do BCD Ilhamar e da concessão de serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária.
- Criação de vários grupos de trabalho (GT) dinamizados por membros da ASCOMA, agentes locais do projecto e moradores de Matarandiba:
 - > GT de Comunicação & Cultura (constituição de uma Rádio Comunitária e organização de um Cineclube – Cinemar)
 - > GT de desporto & lazer (organização de eventos desportivos e sociais)
 - > GT de Meio-Ambiente (realização de campanhas de combate à pesca predatória; aquisição de equipamentos para colecta e tratamento de lixo; revitalização das fontes de água; educação ambiental; jornadas colectivas de limpeza da comunidade),
 - > GT de Transporte (gestão do serviço de transporte; realização de estudo de viabilidade económica para financiamento de um mini-autocarro colectivo.
- Realização de parcerias e projectos nas mais variadas áreas (apoio à educação infantil, regularização de 30 lotes-terrenos para doação para construção de habitações, atendimento oftalmológico, capacitação profissional, entre outros)
- Estabelecimento de parceria com o Banco Popular do Brasil para o BCD ser correspondente bancário, ou seja, usufruto por parte dos moradores de outros serviços bancários, evitando que os moradores se desloquem até a agências bancárias fora da comunidade, aumentando assim os recursos próprios e a sustentabilidade do BCD.
- Criação das bases e lançamento do FDC de Matarandiba.

A 4ª fase do projecto terá o seu início no 2º semestre de 2010 e as propostas a serem realizadas foram apresentadas no lançamento do FDC e serão discutidas pela comunidade. As actividades serão alvo de discussão, alteração e aprovação pela comunidade no FDC, a saber:

- Expansão da Agroecologia (horta comunitária),
- Mercadinho e Padaria Comunitária e compras colectivas de peixe e marisco,
- Módulos de formação e capacitação,
- Fortalecimento do Banco, ASCOMA, Infocentro, FDC e de outros EES criados.³²

³² Estes EES têm como objectivo reforçar a rede local de Ec. Sol. e também abastecer a comunidade de produtos inexistentes, ou a menores custos, em maior quantidade e variedade de produtos que não existem no local, baixar os preços de venda local dos produtos, criar oferta de produtos não existentes e ganhar poder negocial em relação aos intermediários de peixe e marisco.

5.5.2 Projecto RENASCER - CAIRU

- Antecedentes do projecto e actividades desenvolvidas

Em 2009 antes de iniciar o projecto, foi realizado um diagnóstico das necessidades locais denominado PIP onde constavam reivindicações por parte da população de Cairu no sentido de se elaborarem acções que criassem emprego e reforçassem os serviços financeiros na região.

A Petrobrás (que faz parte do Consórcio Manati - em conjunto com as empresas Brasoil, Queiroz Galvão e Norse Energy – que se dedica à exploração de gás natural na região) conhecedora dos resultados obtidos no projecto Eco-Luzia onde também é parceira da ITES, indicou a incubadora à população de Cairu para conduzir um projecto de desenvolvimento local sustentável, através da construção de um BCD e de uma rede local de economia solidária, indo assim ao encontro das reivindicações da população.

O projecto é financiado pelo consórcio através do TAC (termo de ajustamento e conduta) que é uma espécie de taxa devolutiva (imposto) que obriga as empresas do Consórcio, a compensarem as comunidades em situações de ocorrência de prejuízos económicos, sociais e/ou ambientais. Segundo os moradores a actividade do consórcio reduziu drasticamente a extracção piscatória na região resultando na degradação das condições de vida e da preservação ambiental.

Em Agosto de 2009 arranca o projecto, com 8 meses de atraso face ao planeado, o que gerou resistência e descrença iniciais por parte da comunidade.

O objectivo e a metodologia são em tudo semelhantes à seguida no projecto Ecosmar e de acordo com o desenho de intervenção apresentado neste capítulo na pág. 65. Refira-se apenas que as actividades de formação não contemplaram os módulos de associativismo local devido à reduzida mobilização local e ao tamanho reduzido da equipa técnica, nem contemplaram a constituição de um infocentro (já existia um na cidade) como no projecto Ecosmar.

No momento de redacção da dissertação, o projecto encontra-se na fase de consolidação do BCD Casa do Sol e do Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Cairu. As Etapas seguintes (II, III, ...) dependem do aval e do interesse da comunidade, para a continuidade da assessoria da ITES, reivindicando, ou não, a sua renovação junto dos financiadores (o Consórcio Manati).

5.6 – Avaliando a metodologia e os contributos para o Desenvolvimento Local

Neste ponto avalia-se a metodologia e o impacte da ITES num processo de Desenvolvimento Local das comunidades onde actua. Para tal, apresenta-se a avaliação dos membros da ITES, dos moradores e agentes locais das comunidades, sobre a actuação da ITES.

Vejamos a opinião dos actores envolvidos, começando com o professor-coordenador Genauto França Filho e a sua avaliação sobre os 4 projectos desenvolvidos pela incubadora:

“ Por estarmos numa Universidade somos muito auto-críticos. Em matéria de EcoSol. tem-se um ideal de emancipação que quando se vai para a prática vemos que o alcance desse ideário é muito lento, cheio de idas e vindas... Reconhecer que um grupo de pessoas humildes portadoras de uma série de deficits, principalmente educacionais, consegue trabalhar em conjunto é um avanço profundo e o impacto que a ITES causa em comunidades pequenas é uma transformação a esse nível... É ainda uma transformação lenta a que a gente faz, a incubação exige muito tempo de acompanhamento e em apenas 2 anos não se consegue tirar todos os frutos de aprendizagem e resolver os problemas da comunidade, muito pelo contrário, só se dá o inicio de um processo, sobretudo pelo nível dos deficits da população.” (entrevista a Genauto, dia 26.4.10)

Débora Dourado (coordenadora da área administrativa e financeira da ITES)³³ acredita que a incubadora tem sido uma “alavanca” para o DL dos territórios, nomeadamente na aparição de novas lideranças comunitárias, maioritariamente das agentes locais, mas também de outros moradores da comunidade: “A comunidade leva mais tempo a perceber do que as agentes locais mas aos poucos e poucos vão-se apercebendo das mudanças induzidas, as melhorias na comunidade.”

Na opinião dos seis estudantes entrevistados que integram as equipas técnicas de Matarandiba e Cairu, quando interrogados a pronunciarem-se se a ITES cumpria o seu propósito e promovia o DL, todos referiram que existiam aspectos a melhorar tanto no funcionamento interno da incubadora como na implementação da metodologia nos projectos. De uma forma geral todos os estudantes referem que para a ITES cumprir o seu propósito, ainda existe um longo caminho a percorrer sendo necessários mais recursos e tempo de execução dos projectos. Dos seis, apenas um estudante defende que a ITES não é bem sucedida; dois estudantes referem que ela tem sucesso e os restantes; que esta apresenta indicadores de performance positivos e que os resultados alcançados são motivadores, contudo ressaltam a necessidade de uma maior avaliação sobre o sucesso dos projectos pois o logrado até ao momento ainda é muito frágil.

Todos referem que são necessários instrumentos e indicadores específicos para a avaliação de desempenho e impacte do DL pois as ferramentas que existem precisam de ser aperfeiçoadas para se aferir melhor os resultados e os impactes que os projectos estão a causar. Um dos exemplos enunciados é a dificuldade de avaliação dos BCD devido à falta de dados mensuráveis. Referem também que existe a pressão dos prazos dos projectos definidos pelos financiadores.

³³ Em entrevista a Débora Dourado, no dia 22.4.10. Depois de ter sido uma estudante bolsista, é neste momento na ITES, o único membro que trabalha a tempo integral.

No entanto, todos destacam o facto de a ITES ser uma organização nova; com uma proposta inovadora de actividade de extensão que assenta no trabalho de incubação; da relação que estabelece com as comunidades no sentido de buscar práticas melhores e com outros valores, de quebrar barreiras do individualismo e do interesse; de viabilizar uma melhor compreensão dos limites da universidade com a queda dos muros da academia. A todos estes aspectos mencionados pelos estudantes eles adicionam que a ITES é uma experiência fenomenal e que deve ser valorizadíssima: “ Em relação à ITES dentro dos exemplos de extensão e pesquisa que se conhecem em relação ao trabalho com comunidades, a ITES é um caso positivo e que se destaca.” (Ademário, em entrevista conjunta à equipa Cairu a 20.4.10)

Como Vimos, na intervenção da ITES está presente a abordagem multidimensional (França Filho, Santana Júnior, 2007) mas segundo George “existem dimensões mais desenvolvidas que outras como a sócio-económica. A dimensão política ainda está pouco fortalecida e ela é crucial. No projecto Ecoluzia a fraca dimensão política quase levava ao fracasso do projecto, devido ao tipo de liderança existente na comunidade” (George, idem).

George sublinha que a fronteira entre o sucesso e o fracasso dos projectos da ITES é muito ténue por causa do contexto difícil e peculiar destas comunidades e pelas características de lideranças existentes (tendem a ser autoritárias e centralizadas). Ademário acrescenta:

“Devido aos problemas culturais e de participação colectiva, para uma iniciativa destas ter sucesso precisa de ser muito longa para se garantir uma sustentabilidade (...) Devido à natureza da composição política destas comunidades, para se mudar efectivamente algo é preciso capacitar e formar novos interlocutores para substituir o tipo de representação política que existe e não sei se os financiadores e a composição política que está lá (em Cairu) estão interessadas nisso.” (Ademário, idem)

Vejamos de seguida a opinião e a percepção por parte dos diferentes actores locais:

José Mário Silva (em entrevista ao presidente da ASCOMA a 25.3.10) menciona que o projecto Ecosmar possibilitou uma articulação com outras instituições do exterior e que fortaleceu a relação com a prefeitura e com a DOW, podendo agora a comunidade tomar posições mais fortes e sólidas. A comunidade beneficiou inclusive de mais financiamentos por parte da DOW pois houve um aumento da credibilização da ASCOMA. Na sua avaliação consta:

“ É um tripé que deu certo: a Dow com o dinheiro para o projecto, a UFBA com a equipa e a comunidade que conhece o local e que tem as ideias e sabe o que precisa mas não sabia como pôr em prática de uma forma estruturada e organizada. O apoio da UFBA ajudou a consolidar e a estruturar as ideias já existentes. Em 3 anos não imaginava que se construísse isto tudo. É muita mudança estrutural e cultural”

Barbara Nazaré (em entrevista a 25.3.10) também é da opinião que a comunidade mudou para melhor, mencionando igualmente a sua aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

“ Nunca a DOW elogiou e confiou no trabalho feito pela ASCOMA como agora, nem nunca deu tanto dinheiro como agora (...) Foi um desenvolvimento pessoal, cresci muito e aumentei a minha auto-estima e gosto muito do que faço na ASCOMA e no BCD. Trabalho com gosto para a comunidade mas infelizmente muitas pessoas não participam, só criticam e são pessimistas, não tendo noção do trabalho feito e das mudanças, muitas pessoas desvalorizam mesmo sendo beneficiadas pelo projecto e sendo bom para elas.”

Em ambos os projectos as agentes de crédito (tanto Bárbara e Camila - Matarandiba como Neide - Cairu) vêem o BCD como uma oportunidade de crescimento pessoal e valorização profissional. O aspecto financeiro (as bolsas são reduzidas) é-lhes compensado pelo serviço que prestam à comunidade, ainda que sejam alvo de críticas, de conflitos e de desconfianças, principalmente, quando têm de recusar créditos aos moradores.

Camila Rocha destaca a importância que o BCD teve na sua vida pessoal pois com este emprego já não precisa de sair de Matarandiba e a sua vida melhorou substancialmente a nível profissional, como obteve grande aprendizagem pessoal:

“ Tem havido muita mudança. O projecto gerou emprego para algumas pessoas, as que não têm dinheiro podem comprar produtos em concha (moeda social) com desconto e pedir empréstimo no banco. O apoio dado à ASCOMA pelo banco tem-na tornado mais activa e aí a vida da comunidade melhorou”

Rosângela Tigre, refere que com o projecto voltou a estudar e sente que o seu papel é importante na vida da comunidade. Com a nova perspectiva de vida que detém agora deseja mudar para um emprego melhor e acredita que pode encontrá-lo em Matarandiba pois está confiante que haverá mais e melhores oportunidades.

Para Adelaide Santiago, moradora e membro da ASCOMA, também são visíveis as mudanças e os benefícios que o projecto originou para alguns dos moradores da comunidade. Igualmente acredita que Matarandiba será um lugar melhor para viver, com mais oportunidades e que a comunidade será mais activa, especialmente quando os novos EES estiverem criados, como o rádio, a padaria, o mercado e o transporte comunitário:

“ Antes do projecto não havia nada para fazer (...) Houve mudanças para algumas pessoas, para outras não, que se fecham e que não se interessam. (...) A comunidade quer ver as coisas acontecerem, já estão fartos de ver projectos fracassados (...) Antes queria ir embora de Matarandiba porque não oferecia oportunidades e emprego mas hoje nem os meus filhos querem nem eu, só se for para eu estudar na cidade (Salvador).”

Para obtermos a percepção sobre o impacto do projecto em Cairu, entrevistámos três moradores para além das opiniões recolhidas no lançamento do FDC em Cairu. Em entrevista a Neide (19.4.10), a agente de crédito do BCD sublinhou que a importância do banco é primordial:

“ O banco ajudou muitos pescadores e marisqueiras. E ainda há muita gente que pede mas o banco tem poucos recursos. Agora mesmo está sem Tinharé, a moeda (social) anda a circular. O banco precisa de mais recursos para ajudar ainda mais, mas é bom começar com pouco que assim se vamos aprendendo aos poucos. O banco já ajudou muita gente, já ajudou associações, deu crédito colectivo à colónia de pescadores, à ASTRAM (associação de transporte fluvial de Cairu) já deu para criar a lanchonete, a lojinha de artesanato, o mercadinho, ... O banco é um “quebra-galhos” que na hora da necessidade não pode acabar não.”

Dona Maria de 68 anos e Seu Chiquinho de 69 anos ³⁴ são duas referências em Cairu. Dona Maria inclusive foi muito importante na constituição do Banco pois é a presidente da Associação Clube das Mães que “acolhe legalmente” o Banco (uma vez os BCD não possuem legalmente uma personalidade jurídica própria) e ainda é membro do Comité de Avaliação de Crédito do Banco (CAC). Refere que um dos problemas de Cairu são os jovens que estão sem ocupação, que são desinteressados e que se vem perdendo a identidade, as tradições e a cultura local. Com a vinda da ITES tem melhorado essa situação e o banco tem ajudado muitas famílias necessitadas.

Seu Chiquinho, ex-presidente da Associação São João, também é do CAC, mas não é tão entusiasta como D. Maria. As suas críticas incidem na omissão do apoio às associações locais e que os resultados estão a demorar muito tempo para se concretizarem.

Comparando as percepções de todos os actores envolvidos (ITES e comunidade) podemos concluir que os membros da ITES são os mais críticos face ao desempenho da ITES:

Genauto posiciona o impacto da ITES ao nível da emancipação e reorganização do local, Débora refere que a ITES serve de alavanca para o DL e os estudantes não são consensuais, uns referem que a incubadora tem sucesso no seu propósito de DL, outros referem que os impactos positivos que cria são insuficientes dadas as fragilidades da rede e o pouco tempo de incubação. Por sua vez os agentes locais e os moradores avaliam positivamente a actuação da incubadora enumerando as mudanças que estiveram na origem de mais e melhores oportunidades no local. Porém na comunidade a percepção sobre a melhoria da qualidade de vida varia consoante a participação/envolvimento dos moradores no projecto, ou seja, os que não estão tão activos e envolvidos tendem a criticar por não usufruírem dos benefícios do projecto. A actuação dos agentes locais é ainda vista com algumas reservas e críticas por parte de alguns moradores.

³⁴ Entrevista a Dona Maria e Seu Chiquinho no dia 18.4.10. Ambos são moradores de Cairu e não são agentes locais.

Os membros da ITES e os moradores convergem quando apontam a reduzida mobilidade e participação da maioria da comunidade e no reduzido surgimento de novas lideranças e interlocutores locais (menos visível no caso de Matarandiba).

É opinião generalizada por parte dos membros da ITES de que o tempo do projecto (muitas vezes estimado segundo o financiamento disponibilizado pelos financiadores) é insuficiente, que no mínimo seriam precisos 4 anos para se proceder à desincubação e garantir a autonomia e a sustentabilidade da rede. Por parte dos agentes locais existe um sentimento de que a actuação da ITES ainda é necessária e fundamental por um período maior de tempo, não se sentido ainda autónomos mas todavia dependentes do agente externo.

Neste momento, a ITES ainda não tem qualquer projecto na fase de desincubação, nem viveu ainda essa experiência. Tendo em conta a proposta de emancipação a que a ITES se propõe, é necessário que os projectos se renovem por períodos de tempo maiores.

- **Análise dos projectos da ITES para o Desenvolvimento Local**

A nível metodológico usamos os 10 atributos de Amaro (2008) de um processo de Desenvolvimento Local (apresentados no capítulo 3 – pág. 35-36) e as 5 dimensões de França Filho e Santana Júnior (2007) que definem relevância em matéria de desenvolvimento local (pág. 37) para a análise do impacte que os 2 projectos da ITES induziram em Matarandiba e em Cairu.

Para Amaro (2009:111) um processo de DL deve conter dez atributos, dos quais destacaremos para análise mais pormenorizada os seis seguintes atributos:

Atributos	a) e i) – processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida, com impacte tendencial em toda a comunidade.
Ecosmar	<p>As experiências não estão suficientemente maturadas para se aferir de forma concreta os impactes tendenciais ao longo do tempo.</p> <p>Para os membros da ASCOMA e para as agentes locais as mudanças são muito visíveis e os resultados são avaliados de forma muito positiva, no entanto, os benefícios são sentidos apenas por parte da comunidade, principalmente pelos moradores que estão mais activos e envolvidos. Criaram-se postos de trabalho (as agentes) e o BCD tem apoiado muitas famílias. Segundo Barbara Nazaré cerca de 90% das famílias de Matarandiba já beneficiaram com o BCD (ver quadro 2.5). Os moradores acreditam que haverá mais oportunidades, que não haverá necessidade de os jovens saírem e que haverá melhores condições de vida.</p>
Renascer	<p>A rede local de economia solidária encontra-se ainda em construção.</p> <p>Em Cairu, o BCD tem produzido mais impacte e a moeda social tem maior circulação e aceitação, devido ao tecido comercial ser mais forte e devido à forte adesão dos comerciantes locais (31 comerciantes registados no sistema de moeda social Tinharé). Tal facto permitiu</p>

um aumento do consumo local. Desde Setembro de 2009, a data de criação do BCD (com a devida capacitação de 4 agentes de crédito) mais de 159 famílias foram beneficiadas através do acesso ao micro crédito (cerca de 800 pessoas beneficiadas indirectamente). Até Março de 2010 foram emprestados cerca de 36 mil reais (aprox. 14.400 €). Só nos dois primeiros meses de funcionamento foram solicitados R\$ 54.532,00 (21.500€) de crédito, dos quais apenas R\$ 22.832,00 foram concedidos devido aos fundos disponíveis do BCD para emprestar (cerca de 42% aprovado face ao solicitado - ver quadro 3.5). Muitos pedidos continuam em lista de espera. A importância do BCD na economia local é real cuja actuação foi avaliada positivamente pela comunidade no FDC, existindo porém algumas críticas ao seu funcionamento. Em Março de 2010, a taxa de dívidas incobráveis dos empréstimos era de 27%, uma percentagem elevada para os padrões existentes no campo dos BCD.³⁵

Fig. 4.5 – avaliação dos projectos segundo os atributos de Amaro (2009)

	Linhas de créditos	Quantidade
Créditos liberado	Consumo	294
	Reforma	9
	Produção	37
	Cred. Jovem	1
	Total	341
Total Liberado	R\$ 38.757,60	

Quadro 2.5 - Análise Financeira do BCD Ilhamar em Matarandiba – Fonte: ITES

Linha de Crédito	Créditos aprovados
Consumo	152
Credpesca	13
Credalternativo	13
Produção	27
Total	205
Valor (em Reais)	R\$ 35.978,00

Quadro 3.5 - Análise Financeira do BCD Casa do Sol em Cairu – Fonte: elaboração própria

Numa análise breve aos quadros que integram um balanço do funcionamento dos BCDs nas duas comunidades, pode-se observar que o BCD de Cairu em apenas 7 meses emprestou quase o mesmo montante que o BCD de Matarandiba em 2 anos de existência. A maioria dos créditos destinaram-se ao consumo e a actividades produtivas.

Elenita, estudante e membro da equipa técnica da ITES no projecto Cairu, considera que o Banco e os créditos concedidos têm conseguido um alcance positivo: “O BCD é um instrumento positivo, hoje ele é a acção mais concreta do projecto e que está interferindo na dinâmica de Cairu e os moradores têm compreendido o Banco como uma alternativa para o seu processo de

³⁵ Os motivos da taxa elevada devem-se à falta de recursos, a problemas de saúde e à falta de responsabilidade por parte de alguns moradores de Cairu. Outro motivo apontado no FDC de Cairu é que os moradores consideram que o capital do banco é um “fundo perdido” e que o dinheiro do banco pertence à Petrobrás (a constituição do capital dos BCD da ITES são provenientes do financiador dos projectos, no caso de Cairu é a Petrobrás e o Consórcio Manati) e como tal a população não se sentia na obrigação de restituir o dinheiro emprestado pelo BCD.

Desenvolvimento.” (Elenita, em entrevista conjunta da equipa Cairu a 20.4.10).

Atributos	d) e e) - mobilização das capacidades locais com metodologias participativas e de “empowerment” da comunidade local (do ponto de vista individual e colectivo)
Ecosmar	<p>Houve um aumento da auto-estima e da realização pessoal, surgimento de novas lideranças por parte dos agentes locais e dos membros da ASCOMA. Identificou-se um fortalecimento da cultura e da organização comunitária e associativa. Houve a constituição de tecnologia socialmente apropriada pela população local e capacitação dos moradores para a gestão dos EES e da própria rede local, notando-se um aumento progressivo de autonomia e de apropriação progressiva das ferramentas de gestão dos EES por parte dos moradores (ainda que exista dependência dos moradores face aos agentes externos). Houve um resgate e valorização da memória histórico-cultural e um aumento da identidade com o local. Observou-se uma conscientização face à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais do território. Um ponto a melhorar é a participação de mais moradores na vida comunitária e associativa.</p>
Renascer	<p>O nível de participação dos moradores na gestão das iniciativas é ainda incipiente pois a participação associativa é muito baixa e a rede local ainda está numa fase inicial. Notou-se igualmente um grande desenvolvimento e apropriação por parte das agentes locais (mais ainda com alto grau de dependência). O <i>empowerment</i> colectivo ainda está incipiente em Cairu. A rede local conta com poucos EES criados e com poucas associações que fortaleçam a rede e que possibilitem uma maior mobilização das capacidades locais.</p>

Fig. 5.5 – avaliação dos projectos segundo os atributos de Amaro (2009)

Atributos	g) e h) - abordagem integrada dos problemas e das respostas, em parceria e em articulação dos vários actores, protagonistas e instituições locais
Ecosmar	<p>Houve um aperfeiçoamento de mecanismos de participação político-cidadã, democrática e solidária. Um dos indicadores foi o elevado número de pessoas no FDC (estiveram presentes mais de 60 moradores e com um alto grau de representatividade das principais instituições locais). Ocorreu um aumento das relações e parcerias com entidades de dentro e fora da comunidade. Com a consolidação da rede e do FDC e com a criação do PEDECO passará a existir uma abordagem integrada dos problemas e respostas e uma articulação mais profunda entre os vários actores locais e externos.</p>
Renascer	<p>Em Cairu estes atributos não estão tão desenvolvidos, por um lado por não ter havido uma formação nem actividades que fortalecessem o associativismo local, tal como ocorreu no projecto Ecosmar. A 1ª Etapa centrou-se na constituição do BCD. A dimensão sócio-política será desenvolvida com a viabilização e legitimação do FDC (estiveram presentes apenas cerca de 30 moradores no lançamento) onde espera-se aumentar o grau de democratização das</p>

	relações e aumentar a capacidade de acção pública na comunidade, bem como, aumentar a articulação das instituições locais, com as instituições externas e com os poderes públicos.
--	--

Fig. 6.5 – avaliação dos projectos segundo os atributos de Amaro (2009)

Face aos outros quatro atributos, no que diz respeito às alíneas **b)** e **c)** podemos verificar que os projectos da ITES desenvolvem-se em territórios de pequena dimensão e as necessidades por satisfazer são apontadas pela própria comunidade.

Quanto à alínea **f)** ao caracterizarmos o tipo de extensão praticada pela ITES, podemos constatar que esta representa o papel de contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos, sem nunca os substituir ou inibir. Os melhores exemplos são a criação dos EES, especialmente o BCD que é totalmente gerido pela comunidade. O próprio FDC é um espaço de proximidade da comunidade, criado e estruturado por ela, onde os actores locais decidem sobre o seu futuro. A ITES através das suas equipas técnicas facilita este processo, dando formação para que os actores locais possam agir autónoma e sustentavelmente.

Tendo em conta a alínea **j)** constata-se que nos projectos da incubadora existem relativa diversidade de processos, dinâmicas e resultados. Há que ressaltar que a metodologia utilizada é uniforme mas consoante os projectos ela é passível de ser adaptável aos mais diferentes contextos (subúrbios, *favela* de uma cidade grande, comunidade rural, pequena cidade rural, etc).

Para além destes aspectos, acrescentamos que a presença da ITES originou um aumento da credibilidade e eficácia do trabalho realizado pela comunidade (mais visível no projecto Ecosmar onde houve um aumento do financiamento por parte da DOW Química e de outros financiadores), bem como, registou-se um aumento do número de parcerias e articulações com entidades locais e com entidades de fora da comunidade.

Em ambos os projectos a mobilização e participação dos moradores foi diminuindo com o passar do tempo. Existe ainda muita descrença generalizada devido a fracassos sucessivos de projectos anteriores condicionando a mobilização da comunidade.

Qualquer processo de Desenvolvimento Local requer muito tempo devido à existência de muitos imprevistos e contratempos reflectindo-se na participação comunitária, ficando esta reduzida a apenas alguns moradores, nomeadamente, os líderes e membros associativos, as lideranças carismáticas da comunidade e os agentes locais, sendo estes os mais directamente beneficiados com o projecto devido ao seu envolvimento. Por isso o *empowerment* ocorre mais a um nível individual que colectivo.

O impacte tendencial na comunidade é visível contudo é insuficiente para melhorar as condições de vida das comunidades de uma forma generalizada.

Analisando agora as cinco dimensões de França Filho e Santana Júnior (2007) sublinhamos que as dimensões social, económica e política são as que estão mais presentes e desenvolvidas nos 2 projectos. Para tal muito contribuiu o BCD e muito contribuirá futuramente o FDC. Em Matarandiba a dimensão cultural está mais desenvolvida que em Cairu.

Especialmente em Matarandiba observa-se uma descentralização do poder com o aumento da democratização das relações e uma mudança da cultura política no local e uma institucionalização das formas autogestionárias, principalmente, com a criação dos novos empreendimentos de EcoSol, como a horta e o mercado comunitário, a cooperativa, o FDC que viabilizam o fomento da acção pública e colectiva nos rumos da comunidade.

Em Cairu a dimensão política ainda está incipiente.

Outro item auxiliador na avaliação da ITES é salientado por Genauto (26.4.10) sobre a possibilidade da metodologia da incubadora ser replicada a médio prazo, como um modelo a ser seguido por parte de poderes políticos (concretamente os casos das autarquias de Vera Cruz e de Camamú) como resultado da avaliação positiva que fazem da actuação da ITES:

“ Temos uma meta de ter um projecto que não se limite apenas a uma pequena comunidade mas que abarque um município de pequeno porte, de 40-50 mil pessoas, que tivesse a chancela e a parceria do poder público na condução de uma política de EcoSol., construindo e testando um modelo de exemplaridade de desenvolvimento em que a dinâmica de mercado não ocupe a centralidade. É uma utopia mas a gente está muito perto de conseguir isso pois já temos 2 convites das prefeituras de Camamú e Vera Cruz. Magno (perfeito de Vera Cruz) quer ampliar a lógica do projecto para o Município (do qual Matarandiba faz parte).”

Existe no horizonte da incubadora universitária, a perspectiva de alargar a sua actuação, passando da perspectiva da “incubação territorial” para uma “incubação municipal” contribuindo assim efectivamente para o debate e para a construção de novas estratégias para o DL.

Tendo em conta os recursos, os meios e o tempo de implementação dos projectos, a actuação da incubadora é notável. Seguramente que com mais recursos, a intervenção da ITES seria ainda mais profunda e com maior impacte. Em apenas 3 anos de actuação em Matarandiba e em ano e meio em Cairu, são perfeitamente visíveis as mudanças induzidas e a criação de oportunidades locais.

Após a apresentação dos avanços obtidos da ITES, destacamos agora as suas dificuldades:

No que diz respeito ao projecto Ecosmar muitos têm sido os avanços e recuos. As razões são diversas: (1) devem-se a problemas pessoais e interpessoais entre famílias originárias de Matarandiba com famílias que chegaram à ilha mais recentemente; (2) devem-se à desconfiança, crítica e desconhecimento de parte dos moradores sobre o trabalho realizado na comunidade o

que tem originado uma decrescente participação; (3) devem-se ao facto dos comerciantes locais terem recusado a moeda social nos seus estabelecimentos, especialmente o principal comerciante (não por desacreditar no BCD mas devido a problemas pessoais com uma das agentes de crédito).

Relativamente a Cairu, as dificuldades prendem-se com: (1) a reduzida mobilização e participação local no esforço colectivo e comunitário; (2) a distância de Salvador para Cairu que condiciona o acompanhamento e assessoria dos estudantes com menos visitas e de menor duração na comunidade; (3) a reduzida divulgação dos propósitos e objectivos do projecto pois muitos moradores desconhecem a essência do BCD e do FDC.

Analisando a um nível mais estrutural e organizacional, a ITES tem-se debatido com problemas de várias ordens: (1) destacamos de uma forma geral a descontinuidade e paralisação dos projectos devido à instabilidade de recursos, ao facto dos prazos dos projectos não coincidirem com o tempo da comunidade, a demora no desbloqueio de verbas pelos financiadores. (2) O facto de a ITES ser financiada sobre uma lógica de projectos (e não receber fundos para financiar a estrutura), origina a paragem dos projectos (em norma no 2º ano de execução) originando insatisfação, descrença e desmobilização da comunidade e das equipas.

O projecto Ecosmar é o único projecto que menos se ressenteste deste factor. Tal facto deve-se, na opinião dos estudantes da ITES, à DOW Química ter incorporado este projecto nos seus programas de responsabilidade social empresarial (financiando de forma voluntária) enquanto que em Cairu, as empresas do consórcio Manati financiam por “obrigação”, ou seja, devido ao imposto compensação ambiental denominado de TAC têm surgido burocracias legais inerentes que têm prejudicado o normal funcionamento do projecto. (3) Devido às inúmeras solicitações externas, ao crescimento dos projectos e da própria ITES e dado haver apenas um professor *extensionista* (que simultaneamente é o coordenador Geral) o processo formativo e de acompanhamento dos estudantes tem sido descurado, bem como o refinamento das metodologias de trabalho e dos métodos pedagógicos e didácticos de capacitação/formação comunitária; (4) O excesso de burocracia e rigidez na prestação de contas à ITES exigido pela PROEX da UFBA, que não toma em consideração a ausência de modelos de gestão, contabilísticos, fiscais, de regulação adequados e sistematizados para a prestação de contas de projectos *extensionistas* desta natureza com grupos informais e sem entidade jurídica nas comunidades. Por fim, (5) a inexistência de dispositivos legais apropriados, ocasionam demoras na legalização dos EES, como as cooperativas e estruturas similares a um CAES, a um BCD, entre outros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades são espaços importantes e privilegiados de transmissão ideológica, assim como de formação cívica, cultural, social, política, intelectual e científica. As universidades desempenham, também por isso, um papel e uma função fundamentais na sociedade como uma instituição que detém inegável Responsabilidade Social. Seja ela ao nível do ensino superior que oferece, seja na investigação que realiza e/ou na Extensão Universitária (EU), ela articula a sua capacidade interventiva na realidade social (*desfavorecida*), contrariando uma postura clássica de mera perpetuação dos “sistemas dominantes” por isso contrária aos interesses elitistas.

No contexto contemporâneo, o desafio da Universidade ao enfrentar as suas crises institucional, de legitimidade e de autonomia, passa por apostar no reforço e na afirmação da sua Extensão Universitária, equiparando-a em importância e prestígio às suas outras funções de ensino e de investigação.

Actualmente, a EU ainda se depara com entraves e dificuldades de várias ordens. Como vimos, historicamente (e evidenciado na nossa pesquisa de campo, cap. 4) a EU ainda não ocupa um lugar central na Universidade. Sempre que esta prefere uma postura clássica de “isolamento” a uma vocação de abertura ao exterior, constata-se uma escassa disseminação da importância da EU, o que não permite um maior conhecimento por parte da sociedade em geral, das suas mais-valias e dos seus benefícios. O facto da EU ser uma função desvalorizada (ou ignorada) no seio da Academia, origina nas actividades *extensionistas*, precária formação e fraca preparação de docentes e estudantes e ainda uma incipiente produção científica sobre as mesmas.

Durante as entrevistas realizadas, todos os interlocutores referiram outro entrave: a desarticulação quer entre os vários organismos da UFBA, quer entre os seus intervenientes (cap.4). O caso da ITES expressa esta realidade. O Núcleo de Extensão da Escola de Administração (NEA) desconhece a actividade da Incubadora que está sediada na própria Escola de Administração e, por sua vez, apenas um dos quatro projectos da ITES em curso está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA.

Apesar destes obstáculos, identificámos avanços promissores quando analisámos a Extensão da UFBA, particularmente a da ITES. Esta EU, não só permite efectivar novos pactos sociais, articulando os vários segmentos da sociedade, como apoia a promoção do Desenvolvimento Local (DL), como ainda fomenta a abertura e a articulação da Universidade com o exterior. Por fim contribui, também, para uma efectivação do Compromisso Social da UFBA. Ela vai respondendo às solicitações das comunidades, neste caso as de Matarandiba e Cairu que estudámos, enquanto produz a inovação de tecnologia social que responde aos mais

variados problemas sociais, tais como o desemprego; a pobreza; a exclusão social; a degradação ambiental, entre outros.

Portanto, é com base nos resultados dos nossos estudos da ITES, que defendemos que a concepção de Extensão Social e Académica é a que melhor favorece tanto uma intervenção social como uma interacção política da Universidade no domínio do Desenvolvimento Local. Ao invés, as concepções de Extensão Assistencialistas e Mercantilistas (com maior ênfase a partir da década de 80 e 90, ainda hegemónicas no seio da EU) têm servido, não para fins de desenvolvimento mas, para mera captação de recursos financeiros para a Universidade. Tal como referimos no capítulo 2, nem todas as actividades de EU podem ser consideradas socialmente responsáveis, assim como nem todas as actividades *extensionistas* têm como finalidade o Desenvolvimento Local de comunidades desfavorecidas.

No sentido de uma maior valorização, proliferação e institucionalização da EU, principalmente a da concepção Social e Académica, cremos ser cada vez mais necessária uma maior reflexão e avaliação dos contributos desta concepção de EU para as questões do Desenvolvimento Local. Um das maiores referências neste domínio, o Fórum de Pró-Reitorias de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) tem dado um contributo significativo ao recomendar que as universidades adoptem esta concepção - mais académica e social - da extensão que realizam.

É com base nos estudos teóricos e na experiência de campo na Bahia, que podemos verificar que a ITES se insere naquela concepção (Social e Académica) já que demonstra - na prática - como desenvolver projectos *extensionistas* que visam de facto o Desenvolvimento Local. Retomamos, então, a nossa pergunta de partida que orienta esta dissertação: Quais as possibilidades da Extensão Universitária se constituir como um motor de Desenvolvimento de comunidades desfavorecidas? Na nossa tese, defendemos os cinco elementos que possibilitam a Extensão Universitária ser uma via *sui generis* para um processo integrado de Desenvolvimento Local:

1º - A Extensão Universitária Socialmente Responsável

Para a Universidade cumprir com a sua Responsabilidade Social deve atender a todos os segmentos da sociedade, especialmente aqueles com os quais por norma tem desenvolvido pouca, ou nenhuma, articulação e interacção. Incluem-se nestes os segmentos da sociedade mais desfavorecidos, historicamente, excluídos da Universidade.

Aqui, reside a convergência positiva entre a Responsabilidade Social da Universidade (RSU) e a EU como motor para o Desenvolvimento Local. Por um lado, a RSU sugere que a Universidade materialize, voluntariamente, um retorno social àqueles que a financiam,

atendendo às solicitações dos grupos mais desfavorecidos, e contribuindo com soluções para problemas como a pobreza e a exclusão social. Por outro lado, como uma das dimensões de RSU, a EU apresenta-se como uma via para a universidade poder concretizar o seu Compromisso Social. Ambas contribuem na prática para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais desfavorecidos.

A adopção desta postura de intervenção socialmente responsável por parte da Universidade, através da RSU e da EU, permite-lhe o aumento do seu reconhecimento, do seu prestígio e da sua credibilidade como instituição de ensino, de investigação e de extensão.

A Universidade Federal da Bahia tem desenvolvido algumas experiências de EU socialmente responsáveis junto de certas comunidades como, por exemplo, Cairu e Matarandiba. Desta forma, a UFBA viabiliza não só o seu compromisso com a comunidade, como possibilita um retorno social para com a sociedade em geral. A UFBA cumpre, assim, com o seu lema: “Universidade Pública – Compromisso Social”. No Capítulo 4, encontramos esta mesma preocupação a partir da análise dos depoimentos dos actores da PROEX, NEA e ITES. No Capítulo 5, são os próprios membros da incubadora universitária da Escola de Administração que referem que as práticas de extensão da ITES contribuem para a UFBA cumprir com a sua missão social.

2º - A Extensão Universitária Social e Académica

Porque considerado indispensável para possibilitar a EU como motor para o Desenvolvimento Local, o segundo elemento da Extensão tem por base a sua concepção Social e Académica. Como anteriormente descrevemos no capítulo 3, a extensão Social e Académica reforça a vocação social da Universidade, porque integrando as suas actividades de Extensão nas suas práticas de ensino e de investigação, ela valoriza a *via de mão-dupla* entre a instituição universitária e a realidade social.

De facto, a extensão Social e Académica prioriza na sua prática as comunidades desfavorecidas, com quem partilha e renova, reciprocamente, conhecimentos (científicos e não científicos) sobre diversos mecanismos e processos de organização política, de autonomia e de emancipação individual e colectiva.

Através da sua actuação permanente e contínua, a Extensão da ITES desenvolve uma concepção social e académica nos seus projectos, pois beneficia os estudantes oferecendo-lhes um contacto próximo com realidades diferentes da sala de aula e uma aplicação muito prática da sua formação em contextos reais e dinâmicos. Reciprocamente, a incubadora enriquece e amplia as experiências trazidas para dentro da Universidade, ao renovar conceitos teóricos através de

aprendizagens práticas, criando novas modalidades e novas ferramentas de tecnologia social para organizações comunitárias. Segundo os depoimentos do professor e dos estudantes e pró-reitores entrevistados, este enriquecimento é benéfico, tanto para a incubadora, como para a Escola de Administração da UFBA, como para a própria Universidade, e finalmente ainda, para as comunidades com quem trabalham.

3º - A Extensão de *via de mão-dupla* e a de carácter de inserção permanente

Por si só, a *via de mão-dupla* é uma característica presente na concepção Social e Académica. A *via de mão-dupla* é a forma de articulação que privilegia o diálogo e a construção conjunta de conhecimentos populares e científicos, incentivando a interação, a troca e a partilha entre o universo académico e o social.

Esta relação equipa técnica / comunidade ocorre através de propostas com base no diálogo e na aprendizagem mútua, onde a comunidade é auscultada sobre o seu Saber e a universidade não assume detentora de todo o Conhecimento.

Por isso são aqui valorizados o saber local e a comunidade como portadora das suas próprias soluções. É ela a instância decisora principal e a que define as prioridades de actuação e as principais necessidades a suprimir. Nesta relação equipa técnica / comunidade, a ITES constitui-se como um veículo facilitador desse processo endógeno e emancipador. Ressalve-se, porém, que a ITES apresenta um projecto e uma metodologia estruturados sem a prévia participação da comunidade. Isto é, os conteúdos programáticos do desenho de intervenção metodológica estão, *a priori*, definidos e é a partir destes que se inicia a *via de mão-dupla*, definindo-se, em conjunto, as linhas de actuação do projecto. Apesar desta ressalva, concluímos que a relação democrática que a ITES estabelece com a comunidade se aproxima do conceito educativo definido por Freire como “comunicação”.

Dados os *deficits* característicos destas comunidades, para aumentar as possibilidades de sucesso de um processo de DL (ultrapassando os muitos recuos e avanços característicos deste tipo de dinâmicas) é necessária muita persistência e militância, ou seja, uma actuação contínua e douradora, por parte de todos os actores envolvidos.

A mobilização, a participação, a reorganização colectiva e o processo de *empowerment* individual e colectivo são elementos que requerem muito tempo e acompanhamento constante no local. O trabalho de monitorização e assessoria desenvolvido pelas equipas técnicas da ITES é contínuo, obrigando os estudantes a deslocarem-se várias vezes por semana às comunidades.

O facto de as actividades *extensionistas* não serem pontuais, mas sim permanentes, permite que mesmo com pouco tempo de actuação (um dos projectos em estudo tem três anos de

execução e o outro ano e meio) se consigam obter mudanças visíveis nas comunidades. No entanto, como evidenciado na nossa pesquisa no terreno, estes resultados são insuficientes para se confirmar a existência concreta de Desenvolvimento Local nessas comunidades.

4º - A extensão universitária assente na óptica da Economia Solidária

As incubadoras universitárias estão na sua maioria ligadas a Pró-Reitorias, núcleos ou estruturas de Extensão. E, por actuarem no campo da Economia Solidária, da autogestão, associativismo e cooperativismo, têm desempenhado um papel importante para a melhoria de vida de segmentos populares da sociedade.

A metodologia de incubação da ITES – que tem como campo de actuação a incubação territorial – centra-se na reorganização das estruturas locais em redes de Economia Solidária. Quer isto dizer que a ITES pretende obter a sustentabilidade e perenidade da rede, dos EES criados e do próprio DL na comunidade a partir da transversalidade na acção e na articulação das múltiplas dimensões económicas, sociais, políticas, ambientais e culturais. Como vimos no capítulo 5, por esta via, a ITES prioriza a institucionalização de formas autogestionárias de acções colectivas em detrimento das acções individuais, e procura obter benefícios para a comunidade, reconhecendo e valorizando modos diferentes de fazer, agindo solidariamente sobre um funcionamento económico onde a economia de mercado não impera nem subordina.

É neste sentido que a ITES se assume como uma alternativa inovadora para a promoção do Desenvolvimento Local, a partir da construção de redes locais de economia solidária. Estas redes requerem mudanças profundas não só nas estruturas sócio-económicas e sócio-políticas, como requerem uma necessária capacitação dos moradores das comunidades em processos autogestionários, de natureza colectiva e assente em relações mais democráticas e participativas, visando a emancipação individual e colectiva.

5º - A Extensão Universitária para o Desenvolvimento Local

Defendemos que a Universidade, ainda mais se for pública, deve ter um papel activo nos processos de desenvolvimento de um local, de uma região, e em última instância, de um país. Toda a riqueza de conhecimento que ela detém, nas mais diversas áreas do Saber, não deve ficar guardado no interior da Academia, mas sim, posto ao serviço da sociedade através da Extensão Universitária.

As práticas da ITES trazem-nos novos elementos para se pensar a Universidade e a sua EU, sobretudo na forma como esta pode, e deve, disponibilizar os seus recursos (humanos, epistemológicos e até financeiros) de forma consertada e articulada com os vários segmentos da

sociedade, visando, assim, o fomento de estratégias e políticas que promovam o Desenvolvimento Local.

A metodologia de incubação de redes locais da ITES é flexível e adaptável às diferentes realidades, e permite incubar os empreendimentos criados para satisfazer as necessidades e a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de forma generalizada, tentando com isso, reduzir localmente os ciclos de pobreza, a desigualdade, a exclusão e o desemprego.

Mediante as leituras dos relatórios dos projectos (Matarandiba e Cairu), a observação das experiências praticadas no terreno e reflexão sobre os depoimentos registados, concluímos que a Extensão Universitária desenvolvida pela ITES é capaz de estabelecer: a) a relação entre teoria e prática de conceitos como a EcoSol e o DL através da imersão na realidade social; b) a criação, re-actualização e re-valorização destes conceitos através da possibilidade de experimentar e vivenciar no terreno; c) a valorização curricular e académica dos estudantes; d) a relação dialógica que promove aprendizagem mútuas para todos os actores envolvidos (comunidade, estudantes, professor, universidade); e) promover mudanças e oportunidades e aumentar o sentimento de pertença local; e f) criação de novas lideranças na comunidade.

Porém, estes aspectos positivos reflectem também alguns aspectos críticos a considerar. As práticas de extensão da ITES devem rentabilizar o manancial de riqueza obtida para a produção de investigação, pois deste modo podem contribuir, positivamente, para fazer face à escassez de iniciativas, reflexão e produção científicas sobre a própria Extensão Universitária, especialmente a que se orienta para a temática do Desenvolvimento. Para além desta necessidade de reflexão, constatou-se, ainda, a necessidade de suprimir uma certa falta de preparação e de orientação dos estudantes na realização das actividades *extensionistas*.

A isto soma-se ainda, a dificuldade em moldar este tipo EU a actividades curriculares na própria Universidade. Um bom exemplo disto, é a ACC (Atividades Curriculares em Comunidade) que, se no início foi fundamental para a realização do 1º projecto da ITES e para o seu crescimento, actualmente, dada a dimensão desta incubadora e dos seus projectos, deixou de ser uma solução viável, não dando resposta à complexidade de actividades que visam o Desenvolvimento Local.

Se os cinco elementos orientadores presentes nas práticas *extensionistas* da ITES, nos levam a concluir que uma EU pode ser o motor do Desenvolvimento Local, cabe agora considerarmos a capacidade real dos dois projectos estudados, poderem ou não, promover o DL.

Uma vez que estes dois projectos ainda estão na sua fase inicial de execução (não tendo ainda ocorrido a “desincubação” da rede) não nos é possível afirmar que a ITES possa já

promover o DL destas comunidades. Ainda que este estudo nos permita identificar que nestes dois projectos estão presentes muitos dos atributos definidos por Amaro (2009) como necessários para um processo de DL, de tal modo, que já induzem mudanças e criam impactes positivos nas diversas dinâmicas das duas comunidades de Matarandiba e de Cairu, isso não é suficiente para se afirmar que estes dois projectos podem, de facto, promover uma melhoria geral do bem-estar e da qualidade de vida sentidos por todos os moradores.

Registámos, igualmente que, segundo o modelo de análise de França Filho e Santana Júnior (2007) existem nestes dois projectos as cinco dimensões que possibilitam a implementação e a sustentabilidade de processos de DL nestas comunidades. Não obstante, as dimensões económica, política e social estarem mais desenvolvidas que a cultural e ambiental, e destas duas últimas estarem mais presentes em Matarandiba que em Cairu.

Como analisado no Capítulo 5, da mesma forma que se identificam nas duas comunidades a existência dos atributos de Amaro para um processo de DL, identificam-se também a existência das dimensões definidas por França Filho e Santana Júnior, o que nos leva a reforçar a ideia de que a médio-longo prazo (quando se proceder à "desincubação" da rede) as finalidades de DL da ITES encontrarão fortes possibilidades de serem alcançadas.

Para a extensão da ITES ter sucesso no seu propósito é necessário ultrapassar alguns obstáculos que são próprios dos processos de DL durante a execução dos dois projectos. Por exemplo, existem aqueles que estão intimamente ligados ao contexto da comunidade, tais como os *deficits* educacionais e os problemas inter-pessoais dos moradores (que se sobrepõem, muitas vezes, aos interesses colectivos) ou ainda, o contexto precário das comunidades. E outros que se relacionam com a dificuldade de disseminar e dar a conhecer da forma mais eficiente, por parte das equipas técnicas, os propósitos e o funcionamento da rede, principalmente, dos empreendimentos como o BCD e o FDC, ao maior número de moradores. Este aspecto crítico pode pôr em causa um dos eixos da metodologia da ITES: a experimentação e a vivência da EcoSol.

Um outro tipo de obstáculo a ser superado, diz respeito à lógica de financiamento dos projectos, com frequência insuficiente e desadequada ao ritmo e ao grau de necessidades das comunidades. A inexistência de recursos próprios da ITES originam uma elevada dependência de financiamentos externos, conduzindo à paralisação ou à descontinuidade dos próprios projectos.

Por fim, destacamos os obstáculos que se prendem à escassez de candidaturas/recursos públicos que financiem, a médio-longo prazo, projectos ou programas integrados e multidimensionais (como é o caso dos projectos da ITES) nas mais diversas áreas de actuação

económica, política, social, cultural, ambiental. Actualmente, as medidas de financiamento das actividades extensionistas só incidem sobre áreas de actuação isoladas.

Doravante, concluímos que os pressupostos iniciais desta dissertação foram em boa parte comprovados. No que diz respeito ao primeiro pressuposto, de forma a constituir-se como motor de um processo de DL, a extensão não só tem de aliar a vertente académica e social, como deve ter uma inserção permanente nas comunidades, bem como reunir, sempre que possível, os cinco elementos atrás descritos. Quanto ao segundo pressuposto, verifica-se que a EU é um veículo para a universidade cumprir a sua missão social. Isto é, a extensão torna-se mais socialmente responsável quando a universidade - através das suas pró-reitoria e núcleos de extensão - prioriza os segmentos sociais excluídos, nos quais se incluem as comunidades desfavorecidas. Desta forma, uma modalidade de extensão que designamos como “Extensão Socialmente Responsável”, detém mais possibilidades de promover processos de Desenvolvimento Local dinamizados pela própria Universidade.

- Com este estudo procurámos contribuir para:

(1) dar lugar ao debate no seio académico sobre o conceito de Extensão Universitária, oferecendo uma abordagem ao Desenvolvimento Local que contenha, na sua essência, uma perspectiva multi-dimensional e integrada.

(2) demonstrar que a EU pode ser viabilizadora da consertação e da articulação estratégica de actores para o Desenvolvimento Local, assente numa tríade que reúne a Universidade (ao nível institucional: os órgãos, núcleos e faculdades de extensão e ao nível operacional: as actividades, programas, projectos desenvolvidos por estudantes e professores); as Empresas públicas e privadas, ou Consórcio de empresas (através do financiamento dos projectos); e as comunidades (com os moradores e as entidades locais a assumirem o protagonismo principal na definição e implementação de estratégias e políticas locais).

(3) reforçar a Extensão Universitária como suporte à formulação de políticas públicas no domínio do Desenvolvimento Local, interligando a Universidade com poderes políticos locais, como as autarquias (exemplo de Vera Cruz e de Camamú) ou, respondendo a solicitações públicas promovidas por entidades governamentais (exemplo do governo federal brasileiros e do estadual da Bahia) que vêm na EU um instrumento auxiliador de políticas públicas efectivas.

- Este estudo contempla as seguintes limitações

Ao nível do conteúdo, quiseram tratar-se conceitos muito diversificados e heterogéneos, como o são o da Extensão Universitária e o de Desenvolvimento Local. Mediante esta

dificuldade epistemológica, optámos por aprofundar apenas o primeiro conceito. Existem carências de aprofundamento e exploração de outras questões: uma maior caracterização dos projectos e das comunidades.

Ao nível da metodologia, dado o constrangimento do tempo dedicado à observação no terreno, optando por concentrar esta recolha junto de agentes locais e actores da ITES. Factor que impossibilitou uma observação mais prolongada no terreno, de forma a podermos avaliar os impactes dos projectos *extensionistas* nas comunidades (antes, durante e depois da actuação da ITES) tal não tendo sido possível porque os projectos ainda não estão concluídos. Dada a inexistência de dados quantitativos e de instrumentos de avaliação (utilizados pela incubadora que disponibilizassem essa informação quantitativa) para auxiliarem a nossa avaliação dos projectos de Desenvolvimento Local, preferimos incidir na recolha de dados qualitativos. Isto é, optámos por dedicar a nossa atenção aos factores e às condições que possibilitam à Extensão Universitária constituir-se como um veículo para o Desenvolvimento Local.

- Perspectivas para investigações ulteriores

Sugere-se para futuras investigações realizar-se um levantamento de actividades de extensão promovidas por universidades que incidam, prioritariamente, na temática do Desenvolvimento Local, contribuindo para uma reflexão mais aprofundada da EU neste domínio. Formular de ferramentas e instrumentos próprios para a medição dos resultados e dos impactes dos projectos *extensionistas* e do Desenvolvimento Local. Investigar, qualitativa e quantitativamente, com maior profundidade os projectos da ITES, afim se obter mais elementos sobre o impacte específico que empreendimentos inovadores como os FDCs, produzem na dinâmica local. E por último, realizar uma análise a partir, das motivações e dos contributos dos financiadores da EU (tais como empresas, governos, a Universidade ou os seus órgãos de extensão como as PROEX) para a construção de parcerias e/ou apoios para projectos de DL.

Finalmente, privilegamos as iniciativas extensionistas da UFBA e da ITES como um modelo universitário e de incubação que albergam inúmeras possibilidades de replicação e de redefinição do papel da Universidade na sociedade. A ITES, ao desenvolver uma Extensão Socialmente Responsável constitui-se como uma via capaz de efectivar o Compromisso Social da Universidade Federal da Bahia; apresenta-se como uma proposta inovadora não só dentro do universo da Extensão Universitária, como dentro do campo das práticas de Economia Solidária, bem como uma experiência que aponta rumos e alternativas para dinâmicas e processos de Desenvolvimento Local.

7. FONTES e REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

www.acompanhamentoproninc.org.br/index.php - Projecto de Acompanhamento PRONINC
www.adm.ufba.br – Escola de Administração da UFBA
www.cmcairu.ba.gov.br – Câmara Municipal de Cairu
www.colivre.coop.br/bansol/quemsomos - BANSOL
www.construyepais.cl – Projecto de RSU conduzido por 13 Universidades Chilenas
www.extensao.ufba.br – Pró-Reitoria de Extensão da UFBA
www.extensao.ufba.br/acc - Actividade Curricular em Comunidade (programa extensão UFBA)
www.fapesb.ba.gov.br – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
www.finep.gov.br – Financiadora de Estudos e Projetos
www.gestaosocial.org.br - Gestão Social
www.googlemaps.com – portal de mapas geográficos
www.infopedia.pt – dicionário de Língua portuguesa
www.ites.ufba.br – Incubadora Universitária da Escola de Administração da UFBA
www.ipeadata.gov.br – Base de Dados Macroeconômicos do IPEA.
www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp - Secretaria Nacional de EcoSol.
www.renex.org – Rede Nacional de Extensão
www.ufba.br – Universidade Federal da Bahia
www.universidadenova.ufba.br – Universidade Nova, projecto de reforma universitária UFBA
www.universia.pt / www.universia.com.br/ - portal da rede de universidades

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Almeida Filho, Naomar de (2007), *Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos*, Brasília, DF, Editora Universidade da Brasília, Salvador, EDUFBA, 302 p.
- _____ (2008), “Universidade Nova no Brasil”, em B. Sousa Santos e N. Almeida Filho, *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 79-184.
- Amaro, Rogério (2009), “Desenvolvimento Local”, em Cattani, António, *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 108-113
- _____ (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), pp. 57 e ss.
- Calderón, Adolfo I. (2005), “Responsabilidade Social: Desafios à Gestão Universitária”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (34), pp. 13-27
- _____ (2006), “Responsabilidade Social Universitária: Contribuições para o Fortalecimento do Debate no Brasil”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (36), pp. 7-22
- _____ (s.a.), “Responsabilidade Social Universitária: princípios e valores para o desenvolvimento humano”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (Online), disponível em: www.abmes.org.br/NovaEstrutura/_subSites/ER2009/_downloads/Revista/2006_03_txt_Calderon.pdf
- Carrijo, Inês, e Waldenor Moraes Filho (2002), “Extensão Universitária: abrindo e trilhando caminhos”, em Adolfo Calderón e Helena Sampaio (orgs.), *Extensão Universitária. Ação*

- Comunitária em Universidades Brasileiras*, Coleção socializando experiências, São Paulo, Olho de Água, 2002, pp. 104-123.
- Cunha, Eduardo V. (2008), *Incubação de redes de economia solidária: limites e possibilidades de uma metodologia de intervenção para o desenvolvimento local – o caso Eco – Luzia*, dissertação de mestrado em Administração, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- Delors, Jacques (2000), “Educação: um tesouro a descobrir”, em *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o Século XXI*, São Paulo, Cortez.
- DOW Brasil (2008), *Sumário Executivo Sustentabilidade Dow Brasil 2008*, s.l., s.n.
- Fazzio, Adalberto, e Sidney Silva (2010), “Universidade do século 21”, Folha de São Paulo, 6 de Janeiro de 2010.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2007a), *Extensão Universitária: organização e sistematização*, Belo Horizonte, Coopmed.
- _____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária (2007b), *Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*, João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, Belo Horizonte, Coopmed.
- França Filho, Genauto (2007), “Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, VII (1), pp. 155-174
- _____. (2008), “A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local”, *Organizações & Sociedade*, XV (45), pp. 219-232
- _____, e Eduardo Cunha (2009 a), “ Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Lições e Aprendizados a Partir da Experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodologia da ITES/UFBA”, *Organizações & Sociedade*, XVI (51), pp. 725-747.
- _____. (2009 b), “Incubação de Redes de Economia Solidária”, em Cattani, António, *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 224-230.
- França Filho, Genauto, e Jean-Louis Lavielle, *Economia solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.
- _____, e Jeová Silva Júnior (2009), “Bancos Comunitários de Desenvolvimento”, em Cattani, António, *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 31-36.
- _____, e Gildásio Santana Júnior (2007), “Economia Solidária e Desenvolvimento Local: reflexões à luz da experiência baiana”, em *XIIIº Congresso Brasileiro de Sociologia. Trabalho, precarização e políticas públicas*, UFPE, Recife, 29 de Maio a 1 de Junho de 2007.
- Freire, Paulo (1973), *Extensão ou Comunicação?*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Estoril, Príncipeia.
- Heckert, Sónia (2004), “ A emergência e potencialidades da Economia Solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: A participação da universidade”, *Boletim mercado de trabalho*, IPEA, (24), Agosto de 2004, disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24d.pdf
- ITES / UFBA (2008 a), *Projeto Ecosmar: Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba. Relatório final Etapa I*, Salvador, s.n.
- _____. (2008 b), *Projeto de Banco Comunitário e Desenvolvimento Local de Cairu Sede*, Salvador, s.n.

- _____ (2009 a), *Projeto Ecosmar: Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba. Relatório final Etapa II*, Salvador, s.n.
- _____ (2009 b), *Projeto Ecosmar: Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba. Relatório Parcial Etapa III*, Salvador, s.n.
- _____ (2009 c), *Projeto Cairu. Projeto de Organização comunitária e desenvolvimento local de Cairu Sede. 1º Relatório Bimestral de Atividades*, Salvador, s.n.
- _____ (2009 d), *Projeto Cairu. Projeto de Organização comunitária e desenvolvimento local de Cairu Sede. 2º Relatório Bimestral de Atividades*, Salvador, s.n.
- _____ (2009 e), *Projeto Cairu. Projeto de Organização comunitária e desenvolvimento local de Cairu Sede. 3º Relatório Bimestral de Atividades*, Salvador, s.n.
- _____ (2009 d), *Projeto Cairu. Projeto de Organização comunitária e desenvolvimento local de Cairu Sede. 4º Relatório Bimestral de Atividades*, Salvador, s.n.
- _____ (2009 e), *Projeto Cairu. Projeto de Organização comunitária e desenvolvimento local de Cairu Sede. 5º Relatório Bimestral de Atividades*, Salvador, s.n.
- _____ (2009 f), *Projeto Cairu. Projeto de Organização comunitária e desenvolvimento local de Cairu Sede. 6º Relatório Bimestral de Atividades*, Salvador, s.n.
- _____ (2010), *Projeto Cairu. Projeto de Organização comunitária e desenvolvimento local de Cairu Sede. 7º Relatório Bimestral de Atividades*, Salvador, s.n.
- _____ (s.a), *Projeto Cairu. Relatório Parcial de mapeamento da produção e consumo local*, s.l., s.n
- Jiménez, Mónica, *et al* (2006), “Responsabilidade Social Universitária: Uma Experiência inovadora na América latina”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (36), pp. 57-73
- Jezine, Edineide (2004), “As práticas curriculares e a extensão universitária”, em *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, 12 a 15 de Setembro de 2004, Belo Horizonte, s.n.
- _____ (2006), “A extensão universitária como uma prática social”, (s.l.), (s.n), disponível em: www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Edineide%20Jezine.pdf?ref=Guzels.TV.
- Kliksberg, Bernardo (2006), “A Ética e a Responsabilidade Social da Universidade”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (36), pp. 23-25.
- Laville, Jean-Louis, *et al* (2004) (orgs.), *Economía Social y solidaria*, Buenos Aires, Fundación OSDE, Editorial Altamira.
- Laville, Jean-Louis, e Luiz Gaiger (2009), “Economia Solidária”, em Cattani, António, *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 162-168.
- Loureiro, Armando, e Artur Cristovão (2001), “O que diz a comunidade? A extensão universitária vista pelos actores externos (um estudo de caso)”, *Educação, Sociedade & Culturas*, (15), pp.75-97
- Macedo, Arthur R. (2005), “O Papel Social da Universidade”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (34), pp. 7-12
- Melo Neto, José F. (s.a.), “Extensão Universitária: bases ontológicas”, (online), disponível em: www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_ext_ont.pdf
- Mello, Alex F., *et al* (2009), “Por uma Universidade Socialmente Relevante”, *Atos de pesquisa em educação*, IV (3), p. 292-302.
- Passos, Ósia D. (2007), *Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: conceitos, características e sustentabilidade*, dissertação de mestrado em Administração, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

- OCDE (2001), *Local Governance and Partnerships – A summary of the findings of the OECD study on local partnerships*, OECD Publications, Paris, pp.1-14
- Organização Internacional do Trabalho (2005), “Para uma globalização ao serviço de todos: uma visão que impõe mudanças”, *Por uma globalização justa*, Oeiras, Celta, pp.3-14.
- Pereira, Raquel S. (2003), “Responsabilidade Social na Universidade”, *Revistas Gerenciais*, São Paulo, II, pp. 113-125
- PROEX UFBA (2004), *Cartilha da Atividade Curricular de extensão de 2004-1*, Salvador, UFBA
- _____ (2001), *UFBA em Campo II: uma experiência de articulação ensino/pesquisa e sociedade 1998-1999*, Salvador, UFBA
- PRONINC (2007 a), *Diagnóstico e Impactes do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*, Rio de Janeiro, FASE.
- _____ (2007 b), *Acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc: Relatórios dos seminários e oficinas*, Rio de Janeiro, FASE.
- Rodrigues, Cláudia, *et al* (2006), “A Responsabilidade Social em IES: Uma Dimensão de Análise do SINAES”, *Revista Gestão Industrial*, II (4), pp. 112-123.
- Roustang, Guy, *et al* (1996) (orgs.), *Para Um Novo Contrato Social*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Santos, B. Sousa (1994), “Da ideia de universidade à universidade de ideias”, em *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 163-201
- _____ (2008), “A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade”, em B. Sousa Santos e N. Almeida Filho, *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 15-78.
- Stoer, S. R., *et al* (2005), “A Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas”, em Stoer, Magalhães e Cortesão, *A diferença somos nós*, Porto, Afrontamento, pp- 15-30.
- Toscano, Geovânia S. (2006), *Extensão universitária e formação cidadã: UFRN e UFBA em ação*, dissertação de doutorado em Ciências Sociais, Natal, Universidade Federal Rio Grande do Norte.
- UFBA (1996), *Resolução N°002/96 da Câmara de Extensão do Conselho de Administração da UFBA*, Salvador, (s.n).
- UFBA (2010), *Novo Estatuto da UFBA*, Salvador, (s.n), disponível em: www.ufba.br/sites/www.ufba.br/files/estatuto_regimento/index.html
- Vallaey, François (2006), “Que Significa Responsabilidade Social Universitária”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (36), pp. 35-55.
- Viera, Marta, *et al* (s.a.), “Responsabilidade Social e ética nas instituições de ensino superior públicas e privadas de Salvador – Ba”, (*sine loco*), (online), disponível em: <http://biblioteca.universia.net/autor/MARTA%20GUIMARAES%20D%20AFONSECA%20VIEIRA.html>.
- Wagenberg, Alan (2006), “A Urgência da Responsabilidade Social Universitária”, *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, (36), pp. 27-34.
- Wanderley, Luiz E. W. (2003), *O que é universidade*, São Paulo, Brasiliense, (Coleção primeiros passos; 91).
- Werthein, Jorge (2002), “Prefácio”, em Adolfo Calderón e Helena Sampaio (orgs.), *Extensão Universitária. Ação Comunitária em Universidades Brasileiras*, Coleção socializando experiências, São Paulo, Olho de Água, 2002, pp. 11-12.
- Yunus, Muhammad (2001), *Hacia un mundo sin pobreza*, (s.l.), Andres Bello Editora

8. ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Guião de entrevistas semi-estruturadas	pag. 95
Anexo B - A pirâmide institucional da Responsabilidade Social Universitária (RSU) inspirada na reforma universitária “Universidad Construye País” no Chile	pag. 98
Anexo C - Reforma de Responsabilidade Social na Universidade	pag. 99
Anexo D - Competências e atribuições da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA (PROEX)	pag. 100
Anexo E - Dados do estudo realizado pela FORPROEX a 72 universidades públicas no Brasil	pag. 101
Anexo F – Directrizes para as acções de Extensão definidas no Plano Nacional de Extensão	pag. 102
Anexo G - Tipos de acções de Extensão Universitária e relacionamento entre acções	pag. 103
Anexo H - Objectivos institucionais do Novo Estatuto da UFBA	pag. 104
Anexo I – A ACC - Programa de Extensão Universitária permanente da UFBA	pag. 105
Anexo J - Localização geográfica dos projectos da ITES / UFBA	pag. 106
Anexo K - Caracterização do contexto da vila de Matarandiba, na ilha de Matarandiba, Município de Vera Cruz, no Estado da Bahia, Brasil	pag. 107
Anexo L - Caracterização do contexto da cidade de Cairu, Município de Cairu, Bahia, Brasil	pag. 109
Anexo M - Actividades do projecto Renascer – Cairu	pag. 111
Anexo N – Banco Comunitário de Desenvolvimento	pag. 112
Anexo O - Fórum de Desenvolvimento Comunitário	pag. 113

ANEXO A

Guião das entrevistas semi-estruturadas

Pró-Reitores de Extensão da UFBA

Tema principal	Objectivos dos sub-temas	Questão
Extensão Universitária Da UFBA	- Conceptualizar a extensão	1. Como entende o conceito de Extensão Universitária?
	- Identificar modalidades e concepções de Extensão	2. Essa concepção de extensão acontece actualmente na universidade pública brasileira e na UFBA em particular?
		3. Qual o diferencial da EU da UFBA em relação a outras Universidades públicas do Nordeste e/ ou do Brasil?
		4. Em sua opinião, a Extensão da UFBA está em linha com a definição assumida pela FORPROEX?
	- Identificar a Extensão Universitária praticada na UFBA - Enquadrar a Pró-reitoria de Extensão da UFBA e da extensão praticada	5. Como identificaria a Extensão da UFBA dentro das seguintes dimensões definidas pela FORPROEX: 1. Articular a Universidade e a Sociedade 2. Cumprir a missão social da Universidade 3. Articular ensino e pesquisa 4. Promover a interdisciplinaridade 5. Transmitir conhecimentos 6. Prestar serviços 7. Outros
Responsabilidade Social da Universidade	- Relacionar extensão e compromisso social	6. Acha que a Extensão pode ser uma via (um caminho) para a Universidade cumprir com o seu Compromisso Social?
	- Identificar práticas de RSU na UFBA	7. Existe Responsabilidade Social na UFBA?
Desenvolvimento Local	- Identificar a Extensão (e a Extensão da UFBA) como motor de Desenvolvimento Local	8. Na FORPROEX não aparece o conceito de Desenvolvimento ligado à definição de extensão. Como vê essa omissão?
		9. Que avaliação faz dos programas de Extensão da UFBA para o impacte / contributo do Desenvolvimento Local?
		10. Quais os desafios e o futuro da Extensão Universitária?

Coordenador do Núcleo de Extensão (NEA) da Escola de Administração (EADM) da UFBA

Questão
1. Como entende o conceito de Extensão Universitária?
2. Quais as práticas de extensão na EADM?
3. O que diferencia a extensão da EADM de outros núcleos e faculdades da UFBA?
4. A extensão da EADM está em linha com a Pró-reitoria de Extensão da UFBA?
5. Como identificaria a extensão da EADM dentro das seguintes dimensões definidas pela FORPROEX?
6. A EADM está a cumprir com o seu Compromisso Social?
7. Quais as funções e atribuições do NEA?
8. Os programas de extensão do NEA têm alguma directriz para contribuir para o Desenvolvimento Local?
9. Quem são os principais parceiros do NEA? Que tipo de actividades realizam para cada um deles?
10. Actualmente quantos professores, estudantes estão envolvidos no NEA?
11. Como é feito o recrutamento de professores e estudantes para a EU? Existe disponibilidade e interesse?
12. Qual a sua opinião sobre a ITES?

Guião das entrevistas semi-estruturada (cont.)

Coordenador Geral da ITES e Professor da UFBA

Tema principal	Objectivos dos sub-temas	Questão
Extensão Universitária Da UFBA	- Conceptualizar a Extensão Universitária e identificar de EU	1. Enquanto coordenador da ITES como entende o papel EU?
		2. Num texto seu referiu que ITCPs de EES constituem uma das maiores inovações no âmbito da extensão? Porquê?
	- Enquadrar a Extensão da ITES na UFBA	3. Como identificaria a Extensão da ITES dentro das seguintes dimensões definidas pela FORPROEX: [a) a g)]
Responsabilidade Social da Universidade	- Extensão e RSU na ITES / UFBA	4. A ITES é uma prática de Responsabilidade Social Universitária? 5. A ITES contribui para o Compromisso social da Universidade?
Desenvolvimento Local	- Identificar a Extensão como motor de desenvolvimento - Identificar a Extensão da ITES com o Desenv. Local	6. A extensão tem sido uma oportunidade/possibilidade para experimentar na prática a Ec. Solidária e o DL? 7. Qual a concepção de DL com que trabalham na ITES? 8. Quem obtém maior aprendizagem e mais benefícios, a ITES ou a comunidade? 9. Desde a sua criação, a ITES tem tido sucesso e contribuído para o DL das 4 comunidades onde está a actuar? 10. Qual o tempo máximo ou ideal, para se efectuar a desincubação?
Extensão - ensino – pesquisa	- Identificar a importância da EU para o ensino e para a investigação	11. Qual a relação que encontra na ITES com o ensino, com a pesquisa? Quais os benefícios para os estudantes? 12. É fácil mobilizar e envolver estudantes e professores na ITES ou em práticas de Extensão?
ITES		13. Quais os desafios e dificuldades que a ITES tem encontrado? 14. Quais os próximos passos para a ITES?

Guião do diálogo com os moradores da comunidade e agentes locais

Tema principal	Objectivos dos sub-temas	Questão
Desenvolvimento Local	- Verificar se a acção da ITES constitui um motor de dinamização do DL - Obter as percepções dos moradores sobre os impactes da ITES na comunidade - Obter a percepção dos moradores sobre o desempenho da Universidade, da ITES e da equipa	1. Como era antes a comunidade?
		2. Houve mudanças? Se sim, o que mudou?
		3. Como a comunidade recebeu a equipa ITES / Universidade?
		4. Quem é o principal protagonista na escolha das acções e dos caminhos para a comunidade? A ITES ou a Comunidade?
		5. Quem aprende mais a Universidade ou a equipa ITES?
		6. Se a equipa da ITES não estivesse presente na comunidade, como pensa que seria a situação actual da comunidade?

Guião das entrevistas semi-estruturada
Estudantes da ITES

Tema principal	Objectivos dos sub-temas	Questão
		1. Como souberam da ITES e quais os vossos motivos para quererem fazer parte da incubadora?
Extensão Universitária Da UFBA	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a Extensão Universitária da ITES - Enquadrar a Extensão da ITES no contexto da UFBA 	2. Como identificaria a Extensão da ITES dentro das seguintes dimensões definidas pela FORPROEX 3. Na vossa opinião, deverá ser uma prioridade para a EADM ou a UFBA reforçar e incentivar ainda mais a Extensão? Porquê?
Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a <i>via de mão-dupla</i> na Extensão da ITES - Identificar a EU da ITES como motor que potencia o DL 	4. Quem aprende mais, a equipa ITES ou as comunidades onde vocês trabalham? 5. Na vossa opinião a ITES tem sucesso no seu propósito?
Extensão - Ensino - Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar a Extensão com a valorização do ensino e da pesquisa (investigação) - Enumerar os contributos e os benefícios das actividades <i>extensionistas</i> para o estudante 	6. Sentem-se suficientemente preparados e formados quando vão para o terreno/comunidade? 7. Como é vista a ITES pelos outros estudantes? Existe vontade deles participarem ou são indiferentes? 8. A experiência da ITES: <ul style="list-style-type: none"> a) Contribui para as vossas aulas nas outras disciplinas? b) Ajuda a vossa formação profissional e valoriza o vosso CV? c) Aperfeiçoou as técnicas de pesquisa sobre a realidade? d) Desperta-vos o interesse em manterem-se nesta área? e) Deu-vos outros contributos? 9. A ITES ajudou-vos a compreender na teoria e na prática os conceitos de Desenvolvimento Local? E de Economia solidária?

Nota: todas as grelhas apresentadas no ANEXO A são de elaboração própria.

ANEXO B

A pirâmide institucional da Responsabilidade Social Universitária (RSU) inspirada na reforma universitária “Universidad Construye País” no Chile

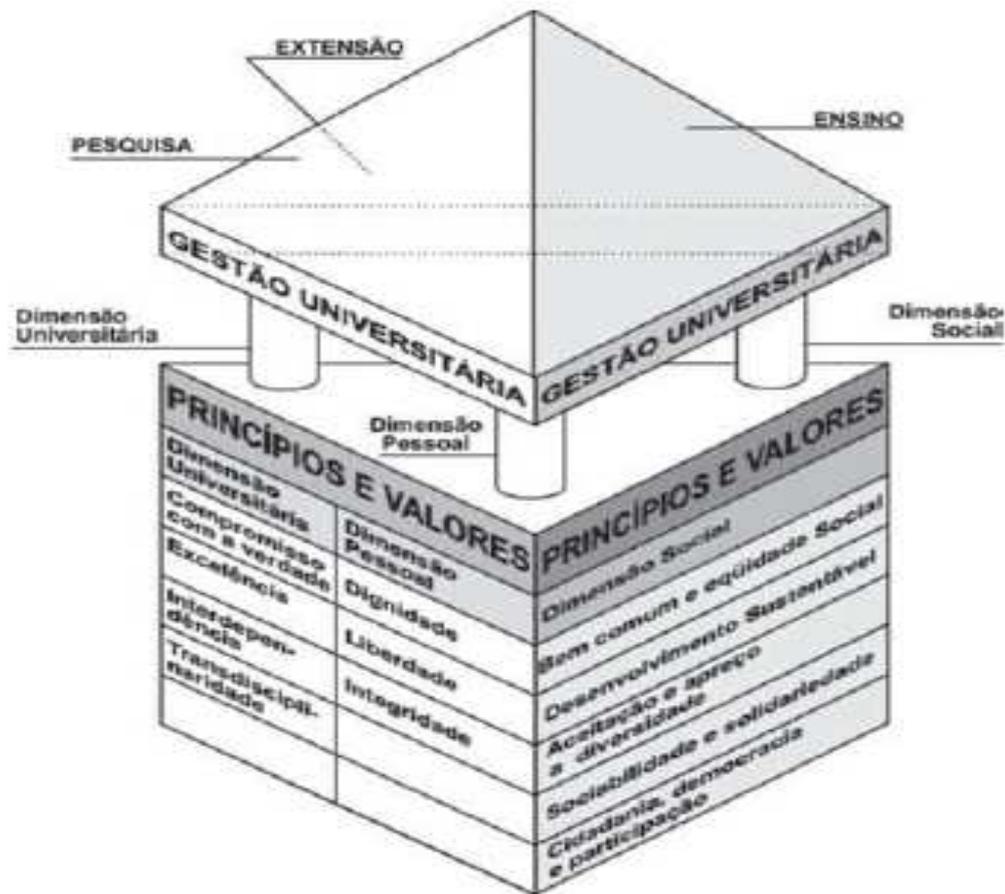


Fig. 1.8 – A pirâmide institucional da Responsabilidade Social Universitária

Fonte: Adolfo Ignacio Calderon (2006: 15)

ANEXO C

Reforma de Responsabilidade Social na Universidade

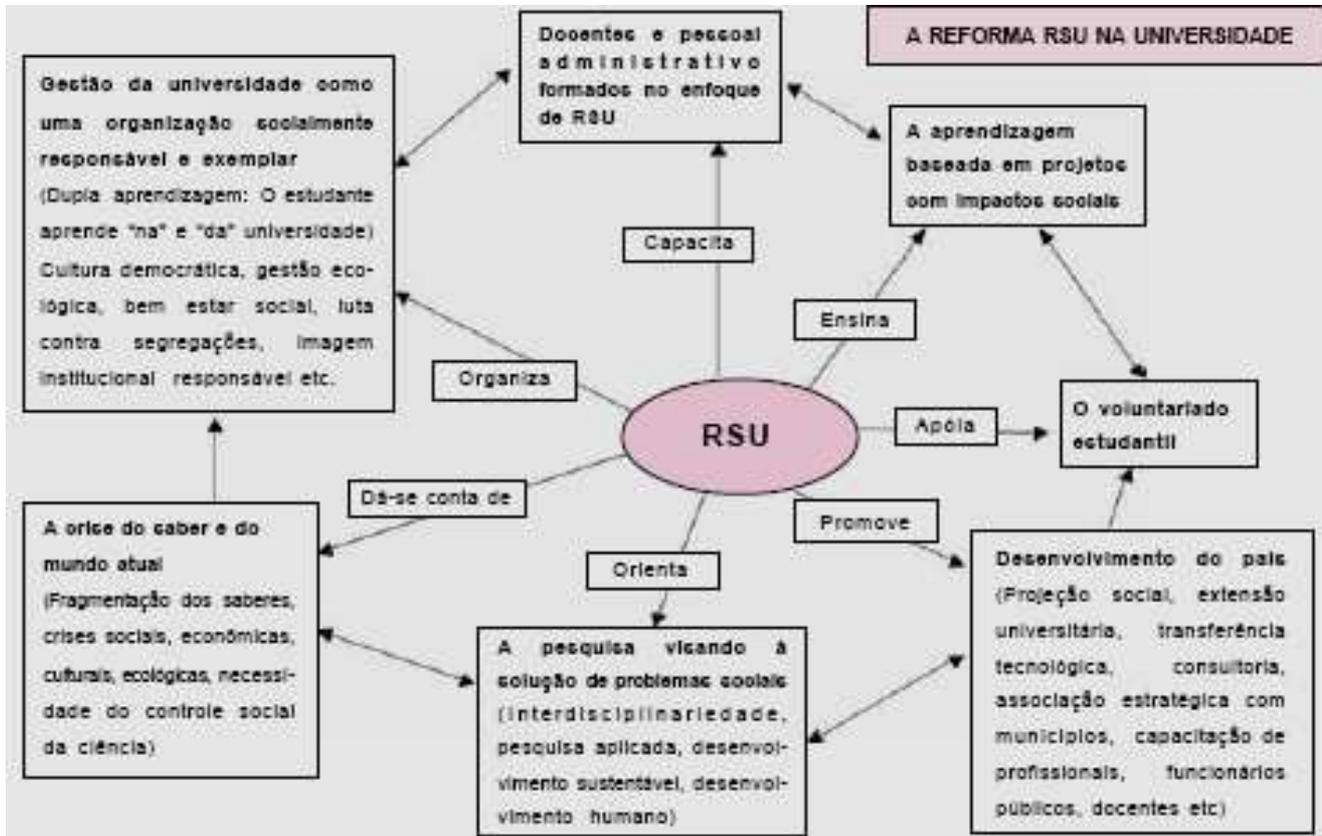


Fig. 2.8 – As dimensões da reforma de Responsabilidade Social Universitária

Fonte: François Vallaëys (2006: 39)

ANEXO D

Competências e atribuições da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA (PROEX)

A Pró-Reitoria de Extensão da UFBA é um órgão da administração central e tem como competências o desenvolvimento das seguintes acções:

- Colaborar na definição e execução da política de extensão da UFBA.
- Estabelecer parcerias tendo em vista a captação de recursos para o apoio às actividades *extensionistas*.
- Analisar e atender a solicitações externas formuladas à UFBA.
- Apoiar e divulgar actividades *extensionistas*:
 - a) Realizar comunicação interna (meios de comunicação internos) e comunicação externa (articulação com os *media*)
 - b) Orientação na busca de fontes de financiamento de actividades *extensionistas*
 - c) Apoio financeiro (com recursos do Fundo de Extensão) para actividades consideradas de interesse social e gratuitas para os participantes.
 - d) Divulgar a produção *extensionista* da UFBA
- Organizar e manter registros de programas e actividades e emissão de certificados
- Articular e consolidar actividades em programas permanentes e experimentais da UFBA
- Gerir a aplicação de recursos do Fundo de Extensão.
- Optimizar a estrutura funcional de apoio às actividades *extensionistas*
- Zelar pelo cumprimento das normas de Extensão da UFBA.

No que diz respeito à promoção e à gestão de acções *extensionistas*, estas podem ser promovidas por Departamentos, *Colegiados de Cursos*, Conselhos Departamentais, Órgãos Suplementares e, excepcionalmente, pela Câmara de Extensão e pela própria Pró-Reitoria de Extensão.

Fonte: www.extensao.ufba.br (acesso 15 de Janeiro de 2010)

ANEXO E

Dados do estudo realizado pela FORPROEX a 72 universidades públicas no Brasil

Abaixo apresentam-se alguns quadros retirados do estudo realizado pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) sobre a institucionalização da Extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004, publicado em 2007.

Do estudo que envolveu 72 Universidades Públicas Brasileiras no ano de 2004, o quadro 1.8 mostra-nos as concepções de Extensão praticado nestas universidades:

Quadro 3 Concepção de Extensão nos instrumentos legais nas instituições públicas de educação superior – 2004

Concepção	f	%
Articulação entre a universidade e a sociedade	71	98,6
Articulação do ensino	66	91,7
Articulação da pesquisa	65	90,3
Promoção de interdisciplinaridade	58	80,6
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	58	80,6
Prestação de serviços	55	76,4
Cumprimento da missão social da universidade	64	88,9
Outros	6	8,3

Quadro 1.8 – Concepção de Extensão Universitária para as Universidades Públicas no Brasil
Fonte: Forproex (2007 b) - Dados do diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil de 2005

Abaixo, o quadro 2.8 apresenta os níveis de importância que cada uma das 72 universidades atribui a cada uma das 8 funções da Extensão praticadas pelas universidades públicas em estudo:

Quadro 5 Funções prioritárias da extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Função	Alta prioridade		Média prioridade		Baixa prioridade		Número de IPES
	f	%	f	%	f	%	
Articulação entre universidade e sociedade	57	80,3	1	1,4	13	18,3	71
Cumprimento da missão social da universidade	47	66,2	5	7,0	19	26,8	71
Articulação com o ensino	48	68,6	12	17,1	10	14,3	70
Articulação com a pesquisa	40	57,1	20	28,6	10	14,3	70
Promoção da interdisciplinaridade	35	50,7	22	31,9	12	17,4	69
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	32	45,7	22	31,4	16	22,9	70
Prestação de serviços	25	36,2	15	21,7	29	42,0	69
Outras	4	23,5	2	11,8	11	64,7	17

Quadro 2.8 – Funções prioritárias da Extensão para as Universidades Públicas no Brasil
Fonte: Forproex (2007 b) - Dados do diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil de 2005

ANEXO F

Directrizes para as acções de Extensão definidas no Plano Nacional de Extensão

Os seguintes 4 eixos de actuação definidos no Plano Nacional de Extensão, publicado em 1999 pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, orientam o desenvolvimento das acções de Extensão por parte das universidades públicas brasileiras:

“ 1. Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa directriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

2. Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;

3. Interdisciplinaridade: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas;

4. Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjectivo “universitária” –, em que toda a ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa directriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das directrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos académicos.”

Fonte: Forproex (2007a : 18)

ANEXO G

Tipos de acções de Extensão Universitária e relacionamento entre acções:

- a) Programa - conjunto articulado de projectos e outras acções de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as actividades de extensão, pesquisa e ensino. Tem carácter orgânico-institucional, clareza de directrizes e orientação para um objectivo comum, executado a médio-longo prazo.
- b) Projecto - acção processual e contínua com objectivo específico e prazo determinado. Pode estar vinculado a um programa ou não (projecto isolado).
- c) Curso - Acção pedagógica teórica ou prática, presencial ou à distância, planeada e organizada de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos.
- d) Evento - Apresentação e/ou exibição pública, de determinado conhecimento ou produto desenvolvido, promovido ou reconhecido pela Universidade (exp: congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, festival, entre outros).
- e) Prestação de serviços - Realização de trabalho oferecido pela Universidade ou contratado por terceiros (empresa, órgão público, comunidade, etc.). Caracterizam-se por assessorias, consultorias, apoio técnico, entre outros serviços prestados pela universidade.

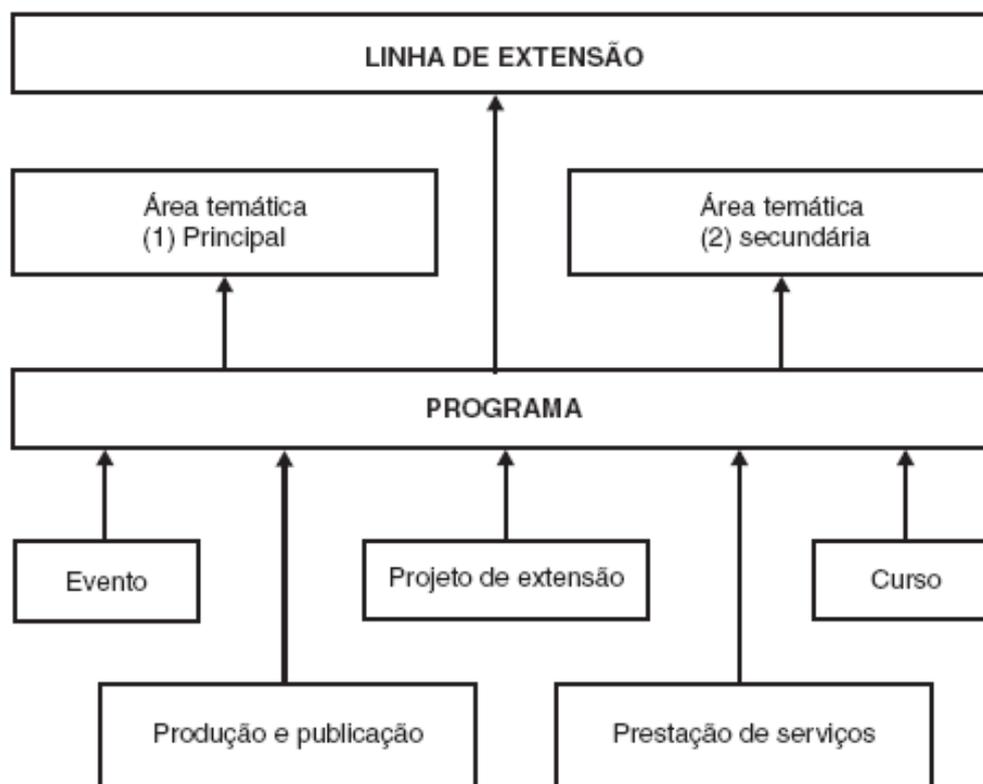


Fig. 3.8 – Esquema de relacionamento entre as acções de extensão

Fonte: FORPROEX (2007a: 46)

ANEXO H

Objectivos institucionais do Novo Estatuto da UFBA

“ Capítulo II OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Art. 2º São objetivos institucionais da Universidade:

I - educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça;

II - gerar e propagar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, das artes, das culturas e das tecnologias;

III - propiciar formação, educação continuada e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade;

IV - exercitar a excelência acadêmica, mediante o desenvolvimento das ciências, das artes e das humanidades, fomentando o pensamento crítico-reflexivo nos diversos campos de saberes e práticas;

V - promover a extensão universitária, visando à difusão de avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;

VI - contribuir para o processo de desenvolvimento local, regional, nacional e global, realizando estudo sistemático de seus problemas e formando quadros científicos, artísticos e técnicos de acordo com suas necessidades;

VII - promover a equidade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, de género e de orientação sexual;

VIII - fomentar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e de intercâmbio científico, artístico e tecnológico, com especial foco nos países de língua oficial portuguesa e nos países latino-americanos;

IX - manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos da sociedade;

X - implementar e cultivar princípios éticos na formulação e implementação de políticas, planos, programas e iniciativas que concretizem suas atividades-fim.”

Fonte: UFBA (2010: 19-20) – Novo Estatuto da UFBA
(Aprovado pelos Conselhos Superiores em 23.11.2009)

ANEXO I

A ACC - Programa de Extensão Universitária permanente da UFBA

A ACC - Atividade Curricular em Comunidade³⁶ teve origem num projecto inovador denominado UFBA em CAMPO que se iniciou nos finais de 1996. A ACC surge em 2001 findada a 3ª edição do UFBA em CAMPO.

Em 12 de Março de 2003 a ACC deixa de ser uma actividade complementar optativa e passa a ser um programa de extensão permanente em todos os currículos da UFBA.

A ACC consiste então, em colocar ao serviço da sociedade, nomeadamente das comunidades mais desfavorecidas, o conhecimento académico, a investigação e o trabalho de “consultoria” através da cooperação e voluntariedade de professores e alunos em projectos específicos na comunidade. Através da criação de disciplinas curriculares, sujeitas a avaliação, professores e alunos “vão para o terreno” aplicando a teoria à prática, junto dos mais variados destinatários.

A ACC tem como objectivo articular ensino, pesquisa e acções interdisciplinares voltadas para o desenvolvimento social e como extensão, a ACC visa promover diálogos com a sociedade, para reelaborar e produzir conhecimento sobre a realidade, de forma compartilhada, para descoberta e experimentação de alternativas de resolução e encaminhamento de problemas.

Tem sido disseminada e replicada por várias Universidades Brasileiras e foi apresentada inclusive no I Congresso Ibero-Americano de Extensão realizado em São Paulo em Novembro de 2001.

A ACC desempenhou especial importância no início da ITES e no desenvolvimento inicial da incubadora. A ITES e o seu primeiro projecto, o Eco-Luzia, surgem do amadurecimento sobre o tema de economia solidária dentro da EADM, resultado de discussões, de diversas publicações (livros e trabalhos científicos) produzidas nesse período e complementadas pela oferta na EADM de disciplinas e de actividades curriculares de campo de Economia Solidária, sob o formato de várias ACCs.

Em 2002, um grupo de estudantes em conjunto com 2 professores da EADM realizaram várias ACCs semestrais até ao ano de 2004 (exemplo de duas das ACCs neste período: ADM 456, 2002.1 - Administração de projetos solidários / Bansol; e ADM 456, 2004.2 - Administração de projetos solidários em apoio ao desenvolvimento local - uma actividade de extensão, ensino e pesquisa em Salvador).

A ACC serviu de suporte aos alunos *extensionistas* da ITES, recebendo estes a devida avaliação e créditos curriculares pela sua actividade desenvolvida no âmbito do EcoLuzia. Dadas as necessidades da implantação da rede local de economia solidária no Eco-Luzia, a ACC permitiu a articulação com professores e alunos oriundos de outras faculdades da UFBA (Arquitectura, Biologia, Educação, Engenharia Sanitária, Medicina, Teatro, Belas Artes, Ciências Sociais e Engenharia Civil) e a partir da proposta da Faculdade de Arquitectura da UFBA – constituiu-se para o efeito uma ACC denominada “Arquitectando Santa Luzia”.

³⁶ Para mais informações consultar a fonte: www.extensao.ufba.br/acc.html

ANEXO J

Localização geográfica dos projectos da ITES / UFBA

- EcoLuzia – situado na comunidade de Santa Luzia no município de Simões Filho (Região Metropolitana de Salvador);
- Ecosmar - situado na comunidade de Matarandiba no município de Ilha de Vera Cruz (Região Metropolitana de Salvador);
- EcoSamper - situado no bairro (“favela”) de Saramandaia / Pernambués em Salvador;
- Renascer - situado na sede do município de Cairu (região do baixo-sul do Estado da Bahia - a cerca de 175km de Salvador)
- Pintadas – situado na comunidade de Pintadas (região do semi-árido no interior da Bahia - 300km de Salvador) - Este projecto já está concluído, consistindo apenas na realização do diagnóstico de consumo e produção locais.

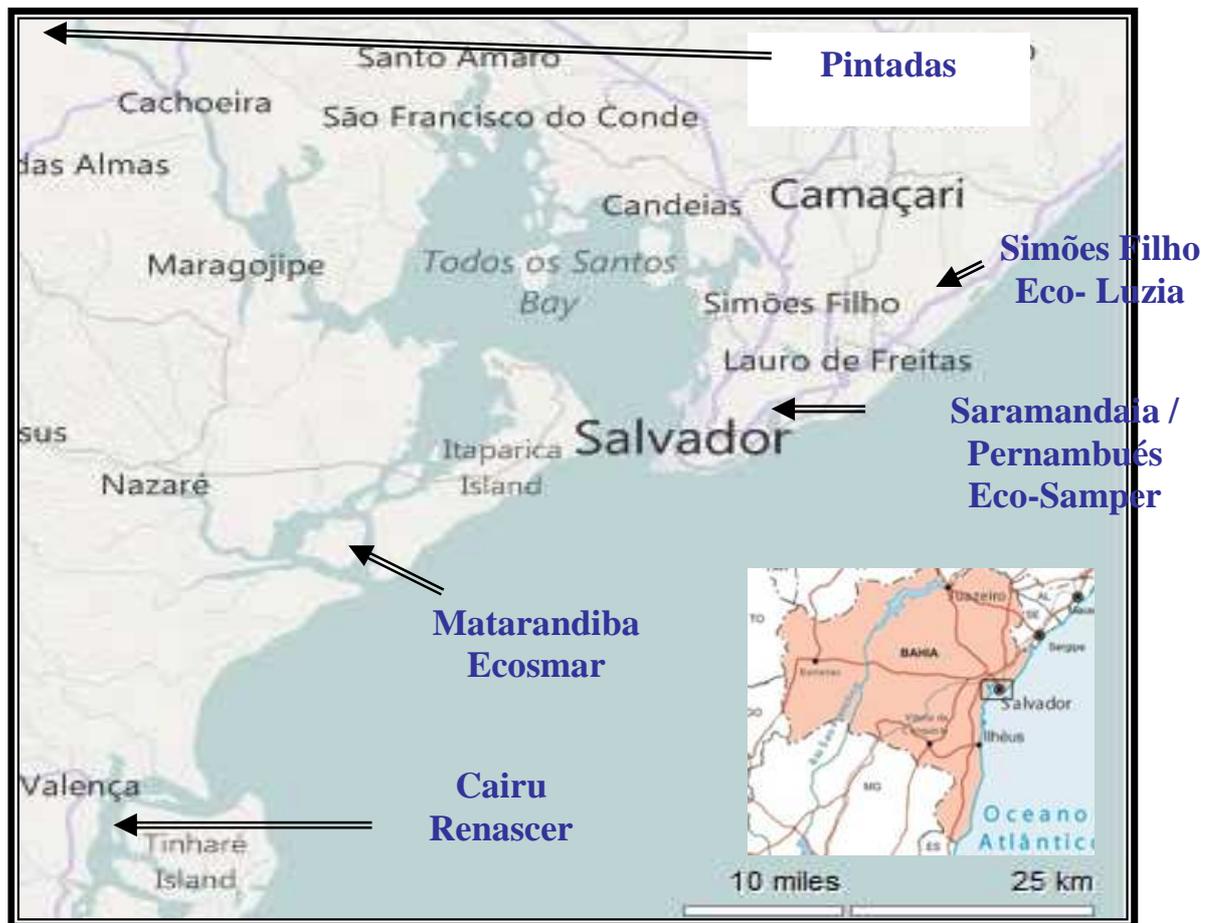


Fig. 4.8 - Mapa de localização geográfica dos projectos da ITES / UFBA no Estado da Bahia, no Brasil.

Fonte: elaboração própria a partir de www.googlemaps.com

ANEXO K

Caracterização do contexto da vila de Matarandiba, na ilha de Matarandiba, Município de Vera Cruz, no Estado da Bahia, Brasil ³⁷

A origem da Vila de Matarandiba, uma ilha localizada na Baía de Todos os Santos, remonta a meados do século XVI e as dificuldades de se chegar e sair do local, fizeram com que durante muito tempo a Vila não fosse muito habitada.

A economia do local, desde os seus tempos mais antigos até aos dias de hoje, sempre foi baseada na actividade pesqueira e no marisco. A actual actividade económica do local não é suficiente para impulsionar a criação de emprego e de rendimentos para os habitantes locais. Existem pequenos comércios, sobretudo mercearias que abastecem os moradores dos bens de primeira necessidade.

Contudo, para a maior parte das outras necessidades, os moradores precisam sair da vila para ter acesso a produtos de saúde, beleza, vestuário e serviços bancários, de pagamento de contas, entre outros. Apenas 20% do comércio é feito localmente, o restante é realizado no comércio de outras localidades.

Possui infra-estruturas precárias em serviços de electricidade, saneamento e tratamento do lixo. A comunidade vem sofrendo uma crescente degradação ambiental, a qual é agravada pela alta sazonalidade de ocupação desta região turística, por um lado, e pela pesca predatória, por outro.

No que respeita à educação, grande parte da população é semi-analfabeta inserindo-se num município (Vera Cruz) que é detentor de um dos níveis mais baixos de escolarização de todo o Estado da Bahia.

Matarandiba é um bairro composto por 134 famílias e 479 pessoas, das quais 53,4% são do sexo feminino e 46,6% são do sexo masculino. A idade média da população cifra-se nos 30,6 anos. Os jovens até 15 anos representam 27,4% da população e a taxa de população activa é de 49, 8%, ou seja, existem mais pessoas inactivas do que activas. Com relação à idade da população, o seu valor médio é de 30,6 anos.



Fig. 5.8 – Vista parcial da comunidade de Matarandiba

³⁷ Fonte: informação retirada do site da ITES em www.ites.ufba.br e de documentos oficiais da ITES / UFBA (2008 a) - 1º relatório final do projecto Ecosmar.

Alguns dados retirados do relatório de mapeamento (diagnóstico) realizado no início do projecto descrevem melhor a realidade local:

- a) O índice de analfabetismo (6,0%) é inferior à média da nacional (16,0%), à média do Estado da Bahia (28,5%) e à média de Salvador (7,3%). Apenas 14% dos moradores têm o secundário completo.
- b) Cerca de 12% são aposentados/pensionistas e 14% trabalham por conta própria.
- c) Cerca de 70% da população trabalha com pesca e extracção de marisco
- d) O rendimento *per capita* mensal é de R\$ 167,75 e o rendimento do agregado familiar é de R\$ 590,48 um pouco abaixo da média brasileira de 2006 (de R\$ 596,00). Existe um índice alto de desigualdade na distribuição dos rendimentos.
- e) 93,4% das famílias têm moradia própria com uma média de 6 pessoas por casa, 86,7% possui água canalizada e 99,2% têm acesso a energia eléctrica.
- f) Não existia qualquer serviço nem agência bancária na comunidade e o acesso à internet era quase inexistente. Existia um infocentro anterior ao projecto Ecosmar mas não funcionava, deixando a comunidade sem acesso a *internet* e a computadores.



Fig. 6.8 – Sede da ASCOMA, do Banco Comunitário Ilhamar e do Infocentro Infomar



Fig. 7.8 – Vista parcial da comunidade de Matarandiba, com cartaz alusivo ao 1º Fórum de Desenvolvimento Comunitário

ANEXO L

Caracterização do contexto da cidade de Cairu, Município de Cairu, Bahia, Brasil³⁸

O nome primitivo da ilha de Cairu era Aracajuru “casa do sol” na linguagem indígena. No século XVI (1534) Cairu inicia-se a colonização portuguesa sendo anos mais tarde uma das mais importantes vilas da Colônia. Rcentemente, Cairu foi considerado património mundial da Humanidade pela UNESCO.

A construção na segunda metade do século XX da estrada lituânia BR 101, contribuiu fortemente para a desaceleração do processo de desenvolvimento socioeconómico da região, deixando-a praticamente isolada dos outros centros de comércio e serviços do Estado. A comunicação via estuário manteve a região viva, transportando-se por esta via passageiros e mercadorias (pescado, piaçava, coco, dendê, cravo, pimenta do reino, madeira) entre as vilas e ilhas da região e entre estas e a cidade de Valença, que se tornou o centro de serviços e comércio de toda a região.



Fig. 8.8 – Vista parcial de uma das ruas principais da cidade de Cairu - sede

Actualmente Cairu vive em absoluta dependência do exterior devido a um persistente processo de esvaziamento do comércio e de toda a actividade económica locais, conduzindo a que existam poucas oportunidades de emprego para os habitantes.

O município de Cairu abrange uma área de 452,9 km² com uma população de 13.720 habitantes segundo o Censo de 2007. Cairu é a sede do município (por isso denominado também de Cairu-sede) onde vivem actualmente cerca de 2.500 habitantes.



Fig. 9.8 – Vista parcial de uma das ruas da cidade de Cairu - sede

³⁸ Fontes: www.cmcairu.ba.gov.br – site da Câmara Municipal de Cairu e dados retirados do Relatório de mapeamento parcial de Cairu (ITES/UFBA).

A economia local consiste na exploração dos recursos naturais da pesca, marisco e extracção de piaçava, na produção agrícola, no turismo (sendo uma das principais fontes de receitas do Município) e mais recentemente, na exploração de petróleo e gás natural. Contudo, a pesca e o marisco constituem o principal meio de sobrevivência da população.

Cerca de 83,85% da sua população é originária de Cairu e 15,38% de outros municípios. Dos maiores de 10 anos de idade, 66,67% não tem actividades económicas, 23,15% ocupam-se de actividades terciárias, 2,7% de actividades secundárias e 7,41% de actividades primárias.

Alguns dados económicos adicionais:

a) O IDH: 0,639 médio (de acordo com o PNUD/2000).

b) O PIB: R\$ 46.353 mil e o PIB *per capita*: R\$ 5.136,00.

Dos dados do mapeamento realizado pela equipa ITES (sobre uma amostra de quase 50% da população) destacam-se os seguintes:

a) 80% dos moradores vivem em habitação própria, dos quais a média de pessoas por habitação é de 4 pessoas (67,2%) e em 15,9% dos domicílios residem entre 6 a 13 pessoas;

b) O índice de analfabetismo é de 8,0%, com o nível superior completo apenas 1,2% e cerca de 31,6% possuem o grau de escolaridade até a quarta série do ensino fundamental (4º ano de escolaridade);

d) 46 % não têm ocupação profissional, 12,0% trabalha por conta própria e 11% em serviços informais e irregulares, pensionistas/aposentados são 9,0%.

e) observa-se que 67% possuem renda inferior a meio salário mínimo. O rendimento médio mensal *per capita* da população activa é de 1,3 salários mínimos.

f) o nível de participação em actividades associativas é muito reduzido uma vez que 75,5% refere que não participa em actividades associativas.

Na região de Cairu-Sede, localizada no Baixo Sul da Bahia não existem muitas associações locais, a cooperação e articulação entre associações é incipiente.

Não existia nenhuma agência bancária na cidade. Antes do início do projecto já existia um infocentro por isso o projecto Renascer não contemplou a criação deste empreendimento.

Fig. 10.8 – Localização do Banco de Desenvolvimento Comunitário Casa do Sol na cidade de Cairu



ANEXO M

Actividades do projecto Renascer - Cairu

A Etapa 1 do projecto de Cairu compreende o período entre Novembro de 2008 e Junho de 2010. O Seminário de Lançamento do Projecto (Seminário 1) ocorreu no dia 8 de Janeiro de 2009 com a presença de 55 moradores previamente identificados como os moradores mais representativos dos mais variados quadrantes de vida económica, social, educativa, associativa, etc. de Cairu.

No momento actual da dissertação, o projecto Renascer encontra-se na preparação do Seminário 2, onde serão apresentados os resultados do mapeamento (diagnóstico) e discutidos os próximos passos a serem seguidos pelo projecto. Existe ainda a possibilidade no Seminário 2 dos moradores expressarem a sua vontade da colaboração da ITES na comunidade tenha o seu término, deixando o consórcio Manati de financiar a continuação das actividades e do projecto de essa for a vontade do moradores. Nesse panorama as Etapas/Fases seguintes previstas no projecto (e apresentadas no fluxograma abaixo) não serão concluídas.

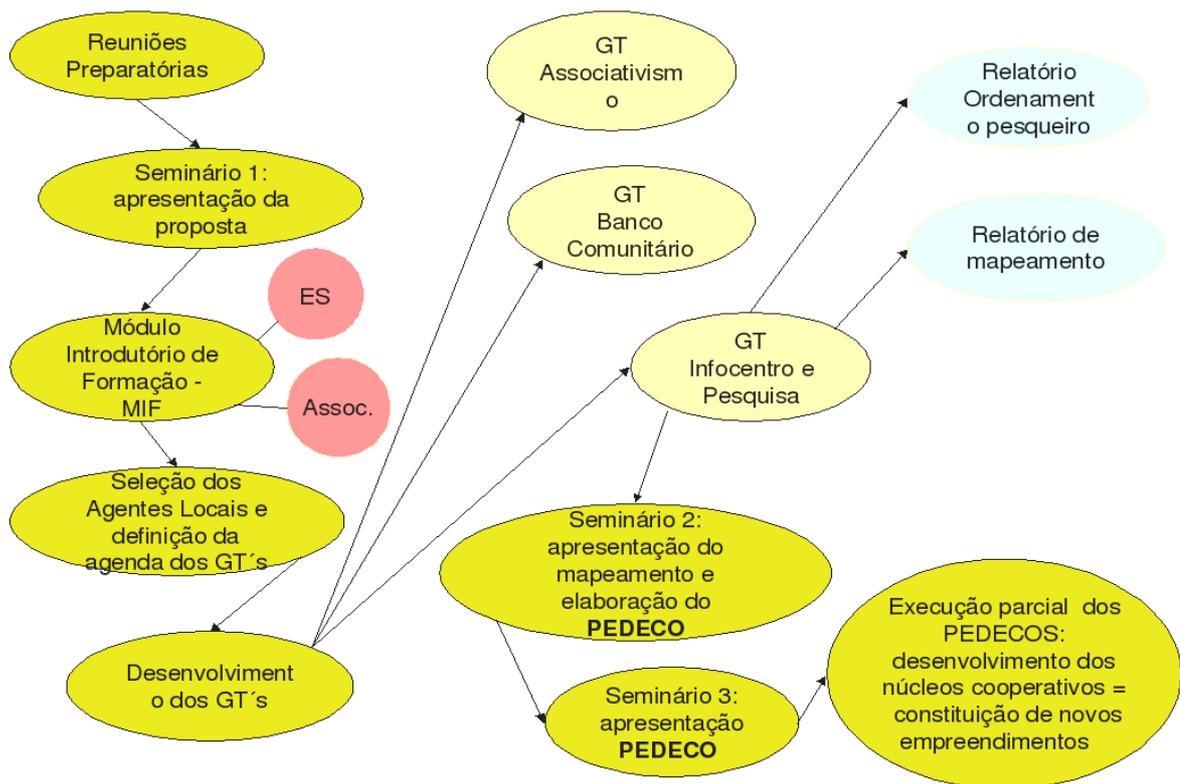


Fig. 11.8 – Fluxograma geral de actividades dos projectos da ITES

Fonte: ITES / UFBA (2009 c) – 1º relatório bimestral (Nov. 2008 – Janeiro 2009) do projecto Cairu

O Projecto Ecosmar em Matarandiba também obedece a esta estrutura de actividades. Como referido a única excepção reside no GT (Grupo de Trabalho) para a criação e gestão do Infocentro.

ANEXO N

Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD)

É um serviço financeiro solidário em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a criação de emprego e rendimentos, tendo por base os princípios da economia solidária. O BCD cumpre um papel de relativo destaque ao financiar a rede local e a criação do EES, através da disseminação do micro-crédito popular e solidário.

Um dos seus princípios de actuação é a inexistência de burocracia valorizando-se as relações de proximidade, chegando assim, a pessoas que por norma estão excluídas do sistema financeiro tradicional. Desta forma a concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança, existindo um controle de cariz mais social do que económico.

Assim, o BCD pode contribuir no financiamento directo da actividade produtiva e no financiamento directo e indirecto do consumo local na comunidade.

O banco cumpre ainda um papel de assessoria à gestão dos novos empreendimentos, de fomento a outras práticas solidárias como as trocas de serviços e facilitador na introdução e circulação da moeda social local.³⁹

Não possuindo existência legal própria, a criação ou reestruturação de um espaço público de natureza associativista no bairro revela-se uma tarefa importante na constituição da rede. Uma opção pode ser a própria reestruturação da associação local de moradores, tornando-se esta um espaço público de consolidação do associativismo na comunidade. Neste caso, a associação local deve monitorar a implementação dos vários empreendimentos, além de constituir-se como interlocutor privilegiado da comunidade junto ao poder público municipal.

Existe ainda um Comité de Avaliação de Crédito (CAC) formado por agentes de crédito, por membros da Associação que acolhe o BCD e normalmente, por moradores de “referência” da comunidade. Este comité é responsável por avaliar e conceder os créditos mediante as solicitações que o BCD recebe.



Fig. 12.8 - Conchas – moeda social de Matarandiba



Fig. 13.8 – Tinharé –moeda social de Cairu

³⁹ A moeda social é uma moeda complementar à moeda circulante vigente, tem como objectivo aumentar a circulação de dinheiro e aumento do consumo na própria comunidade, fortalecendo o comércio local e criando trabalho e rendimento. A moeda social no plano teórico, tem a capacidade de gerar impacto na realidade local, tanto em termos económicos, sociais, políticos ou culturais, como também possibilita o fomento do sentimento de identidade dos moradores com o seu local, uma vez que a moeda social é dotada de forte valor simbólico e circula apenas nessa comunidade.

ANEXO O

Fórum de Desenvolvimento Comunitário (FDC)

Os fóruns constituem-se como uma forma de auto-organização política nas comunidades, espaços de reunião dos mais variados actores (moradores da comunidade, pesquisadores, entidades de fomento e apoio, os agentes dos empreendimentos e membros de associações, etc.) cujo envolvimento e participação ocorre de maneira voluntária para a discussão de problemas e estratégias comuns que visem a resolução das necessidades locais, numa dimensão mais ampla, pois supõem também a participação de representantes de instituições públicas.

Os fóruns, como terceira categoria ou instância organizativa no campo dos actores que compõe a EcoSol, servem de interlocutores privilegiados do movimento da economia solidária junto do Estado, na medida em que:

“... a tarefa principal dos fóruns parece ser a de intervir na definição de políticas públicas, através do encaminhamento de proposições. Neste nível, os fóruns desempenham um papel decisivo na mudança institucional necessária para a consolidação deste campo: a instituição de um quadro de regulação jurídico-político, de um marco legal que permita legitimar e fortalecer a especificidade das práticas de economia solidária.” (França Filho, 2007: 169)

O FDC permite ultrapassar “a ideia de redução da ideia de política ao Estado” por promover um “novo espaço público de proximidade” (França Filho 2007: 162). É por isso um espaço público de natureza associativo para discussão e construção de propostas para o Desenvolvimento Local, através da auto-organização comunitária.

É a instância responsável pelo fortalecimento e acompanhamento da rede local de economia solidária e dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), orientando as acções e projectos a serem desenvolvidos. Serve ainda de instrumento de interlocução com os poderes políticos, que por norma estão muito distantes e desconhecem as reais necessidades destas comunidades, tornando assim o processo democrático mais horizontal e participativo.

O FDC é o espaço onde a comunidade deve elaborar, executar e acompanhar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Comunitário (PEDECO).

A composição, funcionamento, processo de decisão entre outros mecanismos foram discutidos por alguns moradores da comunidade. O FDC é um espaço legitimado por toda a comunidade no momento em que os moradores ou os representantes das principais entidades, núcleos, estruturas locais, etc. acordem sobre a composição, a estrutura, o funcionamento, o processo de decisão, os objectivos e âmbito de actuação do FDC da sua própria comunidade.

A título de exemplo apresentamos a composição do FDC de Marandiba e do FDC de Cairu:

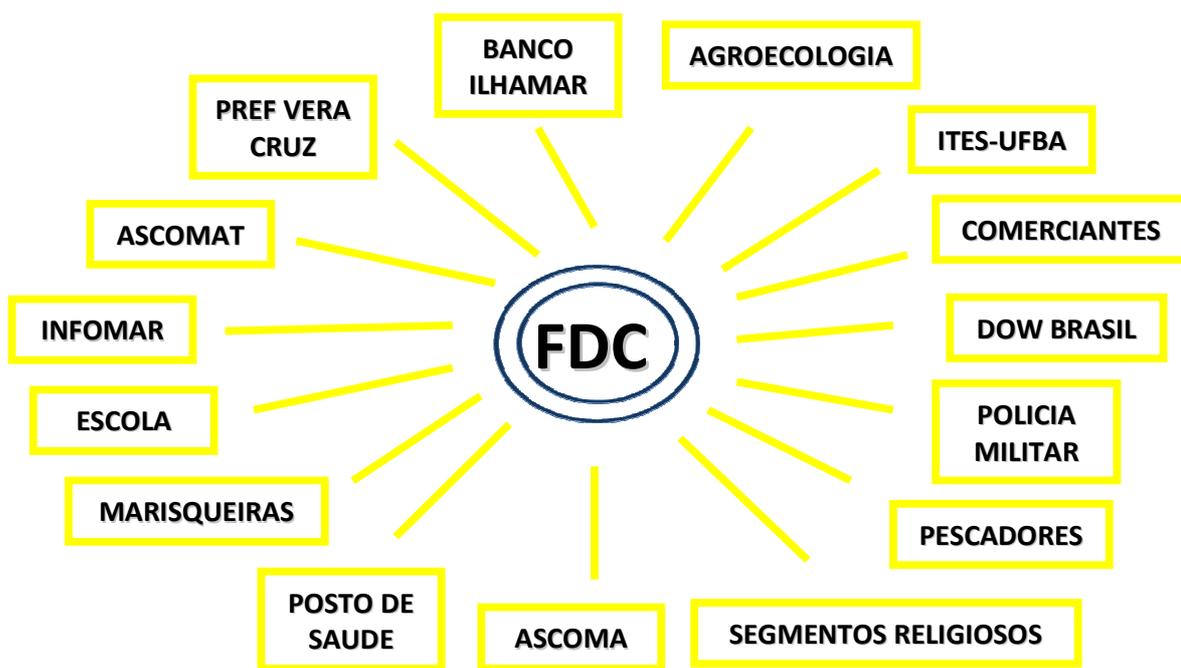


Fig. 14.8 - Composição do FDC de Matarandiba - Fonte: ITES / UFBA

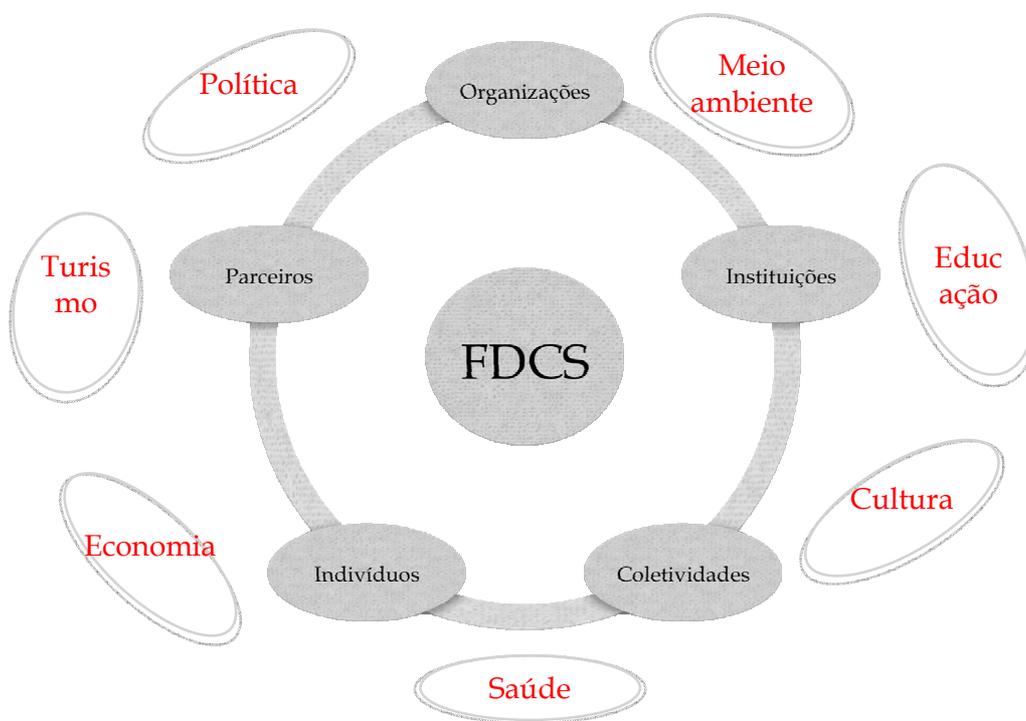


Fig. 15.8 - Composição do FDC de Cairu - Fonte: ITES / UFBA